

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONOMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

EDSON GARCIA FORTUNA

O TRABALHO E SUAS SIGNIFICAÇÕES NA POLÍCIA MILITAR
DE SANTA CATARINA: A VISÃO DOS PRAÇAS

2009/2

EDSON GARCIA FORTUNA

**O TRABALHO E SUAS SIGNIFICAÇÕES NA POLÍCIA MILITAR
DE SANTA CATARINA: A VISÃO DOS PRAÇAS**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.
Orientadora: Professora Doutora Claudia Mazzei Nogueira.

FLORIANÓPOLIS
2009/2

FLORIANÓPOLIS
2009/2

*Não há perigo
que vá nos parar
se o bom de viver é estar vivo
ter amor, ter abrigo
ter sonhos, ter motivos para cantar...
armas no chão
flores nas mãos
e o bom de viver é estar vivo
ter irmãos, ter amigos
vivendo em paz, prontos pra lutar...
o soldado da paz não pode ser derrotado.
ainda que a guerra pareça perdida
pois quanto mais se sacrifica a vida
mais a vida e o tempo são os seus aliados
armas no chão
flores nas mãos...
O soldado da paz não pode ser derrotado
ainda que a guerra pareça perdida
pois quanto mais se sacrifica a vida
mais a vida e o tempo são seus aliados
não há perigo
que vá nos parar
se o bom de viver é estar vivo
ter amor, ter abrigo
ter sonhos, ter motivos para cantar...*

(Os Paralamas do Sucesso, **Soldado da Paz**).

AGRADECIMENTOS

No transcorrer do curso muitas pessoas tiveram papel importante para que se pudesse chegar ao final do ciclo com a certeza de que valeu a pena, entretanto não quero aqui ser injusto com ninguém e limitarei a agradecer apenas alguns, de forma que indiretamente os demais possam sentir-se profundamente agradecidos.

Aos meus filhos, Vanessa e Douglas, meus grandes tesouros, imensos parceiros e compreendedores de tão árdua tarefa que o seu pai estava imbuído, a de buscar o conhecimento. Pela ausência a que os submeti, muito obrigado, só o amor mútuo pode compreender tamanho sacrifício.

À Mari, com a qual dividi a vida por longos anos e hoje trilhamos caminhos distintos. Não conseguiria sem teu apoio e compreensão nos momentos de maior dificuldade.

À Denise e a meus novos filhos, Gabriel e Julia, pelo carinho, amor e compreensão demonstrados ao longo de nossa breve, porém duradoura jornada.

À minha mãe querida, Dona Evanilda, exemplo de fé e perseverança, grande lutadora, incansável em ensinar seus filhos o caminho da verdade, guerreira que sempre me apoiou na conquista de meus objetivos.

Ao meu pai, “Seu Negrinho”, quanta saudade deixaste, quanto orgulho de ser teu filho e poder ter partilhado de tua companhia, obrigado por ter feito parte de minha vida e ser responsável pelo que hoje sou.

Aos colegas praças, companheiros de trabalho pelo apoio recebido até aqui, servindo de suporte para que pudesse enfrentar as longas jornadas de trabalho e estudo.

Aos aprasquianos, povo lutador que serviu de fonte inspiradora para a realização do trabalho, companheiros de tantas lutas. Sigamos em frente, juntos, pois a vitória é nossa.

Aos meus comandantes, que proporcionaram a participação no curso, viabilizando escalas distintas e fazendo concessões sem as quais certamente teria dificuldades em concluir o curso. Muito obrigado, e que o que foi concedido individualmente torne-se prática de gestão e atenda a todos os trabalhadores da Polícia Militar.

Aos meus irmãos e irmãs de sangue, que mostraram-se amigos e cúmplices dos estudos, não medindo esforços para auxiliar quando solicitados.

À minha orientadora, Professora Claudia, pelo apoio e compromisso demonstrados, oportunizando assim a conclusão exitosa do trabalho.

À todos(as) os colegas das diversas turmas, pela amizade e carinho demonstrados durante o curso.

Muito obrigado a todos(as)!

RESUMO

O presente Trabalho de Conclusão de Curso tem sua origem na inquietação do acadêmico em relação à sua condição de trabalhador de segurança pública na condição de praça e buscando na categoria dos praças encontrar indicativos para a compreensão da profissão e do seu trabalho. Foi possível observar na busca das informações muitas contradições a respeito da situação dos trabalhadores como a ausência de direitos e legislações ultrapassadas em relação ao contexto de avanços da sociedade civil nas relações trabalhistas e de direitos humanos. Buscadas essas informações fizemos um mergulho na forma de organização desses trabalhadores na busca de seus direitos, investigando a construção e atuação da Associação de Praças do Estado de Santa Catarina (APRASC), que tem atuado como porta voz dos anseios dos praças na busca dos seus direitos como trabalhadores. Para a realização do presente estudo foi optado pela obtenção de dados quantitativos e análise qualitativa, utilizando como instrumentos a pesquisa bibliográfica e documental para contextualizar as diversas concepções sobre trabalho, visando identificar a relação dessas concepções com a categoria de trabalhadores, objeto do presente estudo. Para finalizar foram aplicados questionários fechados junto a trabalhadores praças da Polícia Militar de Santa Catarina, visando conhecer a opinião sobre o trabalho e sua condição como trabalhador.

Palavras chave: Trabalho, trabalhador, praças, policial militar, direitos, APRASC, organização e luta.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Faixa etária.....	82
Gráfico 2: Tempo de serviço na instituição.....	83
Gráfico 3: Graduação atual na instituição.....	84
Gráfico 4: Tempo na graduação atual.....	85
Gráfico 5: Área de atuação dos participantes.....	86
Gráfico 6: tempo de serviço na mesma função.....	86
Gráfico 7: O que você considera TRABALHO?	87

LISTA DE SIGLAS

ABERSSESC – Associação Beneficente e Recreativa dos Sub Tenentes e Sargentos do Estado de Santa Catarina

ACORS – Associação Capitão Osmar Romão da Silva

APRASC – Associação de Praças do Estado de Santa Catarina

ASSESC - Associação dos Sub Tenentes e Sargentos do Estado de Santa Catarina

BOPE - Batalhão de Operações Policiais Especiais

CSCS - Centro Social de Cabos e Soldados da Polícia Militar de Santa Catarina

CUT - Central Única dos Trabalhadores

FECAPOC - Federação Catarinense dos Policiais Civis

FEPOL/SC - Federação dos Policiais de Santa Catarina

ONG – Organização não governamental

PMSC - Polícia Militar de Santa Catarina

PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

SENASP – Secretaria Nacional de Segurança Pública

SINTE - Sindicato dos Trabalhadores em Educação

SINTESPE - Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
1. FRAGMENTOS DA HISTÓRIA DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA	14
1.1 Legislação que ampara o trabalho da PMSC.....	15
1.2 Quem são os integrantes da Polícia Militar de Santa Catarina?	16
2. TRABALHO: SUAS (RE) SIGNIFICAÇÕES NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA	19
2.1 As várias concepções sobre trabalho	19
2.2 O trabalho na caserna e suas peculiaridades.	24
2.3 A Instituição Polícia Militar e o trabalho	29
2.4 A profissão policial militar como fator de risco ao trabalhador	33
2.5 A relação formal de trabalho com o empregador	36
2.6 Ampliando o olhar sobre a segurança pública	39
3. APRASC – SINÔNIMO DE ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NA SEGURANÇA PÚBLICA	43
3.1 Antecedentes do ano anterior à criação da APRASC	43
3.2 A história da APRASC	48
4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS NA PESQUISA.....	81
4.1. Perfil dos entrevistados	82
4.2. O entendimento dos pesquisados sobre trabalho	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
REFERÊNCIAS	94
ANEXOS	97
APÊNDICES	116

APRESENTAÇÃO

O presente trabalho de conclusão de curso atende às exigências do Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), para obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

O tema abordado tem origem nas inquietações surgidas durante o curso em virtude do cotidiano de trabalho do acadêmico e sua profissão, inquietações estas relacionadas aos poucos direitos da categoria profissional e suas dificuldades em avançar nas suas conquistas.

As dúvidas decorrentes da execução das tarefas cotidianas do acadêmico em seu ambiente de trabalho serviram de base também para buscar mecanismos que possibilitassem adentrar no mundo dos profissionais de segurança, os praças da Polícia Militar de Santa Catarina.

No primeiro capítulo, foi buscado identificar a instituição Polícia Militar, sua história, sua estrutura administrativa e operacional, como é prestado o serviço pela instituição, quem é o público-alvo das políticas públicas na área de segurança e, principalmente, quem são os trabalhadores protagonistas da execução do serviço prestado pela instituição.

Feitas as primeiras descobertas e encaminhamentos, seguiu-se então para a elucidação de como se dá o processo de trabalho dos policiais militares (praças), suas dificuldades, desdobramentos, imbricações, quais os instrumentos utilizados para a execução de suas atividades e muitas outras indagações que visavam estabelecer um parâmetro comparativo capaz de elucidar a categoria trabalho na atividade desenvolvida pelos profissionais da segurança pública catarinense.

No processo de pesquisa documental e bibliográfica ficou evidenciado o pouco material disponível sobre o assunto. E, na maioria das vezes, o assunto foi tratado com ressalva e desconfiança pelos pesquisadores, pelo pouco material existente. Talvez a

escassez esteja vinculada ao fato de envolver um segmento que historicamente exerceu atividades coercitivas no país, por isso seus gestores não fazem muita questão de promoverem a abertura e o conhecimento da instituição como um todo, dificultando assim a execução de trabalhos de pesquisa que envolva-na.

Identificada a instituição Polícia Militar e suas peculiaridades, no capítulo seguinte, pretende-se identificar como se dá a relação entre as instituições de segurança e os trabalhadores através do trabalho. O material pesquisado trouxe à tona uma relação autoritária e de gestão verticalizada na execução das atividades. Os profissionais estão inseridos num contexto de opressão interna exercido pelos gestores sobre seus comandados e também externos, pela pressão que a sociedade exerce ao exigir dos profissionais soluções para problemas que nem sempre está em sua alçada resolver.

As demandas apresentadas pela sociedade à instituição são diretamente absorvidas pelos trabalhadores. E nesse sentido, busca-se identificar as alternativas encontradas pelos trabalhadores para, de alguma forma, responder às demandas. Percebe-se que suplantando ciclos de opressão interna, os trabalhadores buscaram se organizar em torno de uma entidade representativa, a Associação de Praças de Santa Catarina (APRASC), na tentativa de ver suas dificuldades superadas para daí sim prestarem um bom serviço à sociedade catarinense. Surgiram elementos como baixos salários, condições precárias de trabalho, desrespeito aos profissionais e insatisfação com o modelo de gestão institucional, que passaram a ser discutidos e apresentados como contraponto aos graves problemas que a sociedade clamava por serem resolvidos.

Assim, conhecendo os trabalhadores e a instituição, foi possível identificar qual a categoria de trabalho que é executado pelo policial militar, que presta um serviço, de natureza imaterial, sendo um trabalho improdutivo. Esse trabalho realizado não gera diretamente mais-valia e, portanto, não possui as mesmas características do trabalho realizado pelo operário industrial, pois o produto do seu trabalho não é palpável, mensurável diretamente pelo empregador.

O trabalho realizado pelo policial militar precisa de atenção especial em sua análise, pois o empregador (estado), em geral, elege a quem prestar seus serviços, tem as suas prioridades. Historicamente tem sido prestado esse serviço às classes

dominantes em detrimento da classe dominada, a que pertence o trabalhador de segurança.

Na pesquisa que vem à baila no quarto capítulo, fica evidenciada a invisibilidade de condição de trabalhador que precisa exercer o que o trabalho tem de mais importante, que é a construção de novas relações sociais, a construção do indivíduo de forma ampla, socialmente incluído e gerador de benefícios à sociedade com a consciência do seu papel fundamental na estrutura de opressão e discriminação na qual está inserido.

É identificada na pesquisa, através das falas dos participantes, a tentativa de exercer o seu papel social, mais amplo, mas os regulamentos, as amarras do regime militar a que estão sujeitos impedem que os horizontes sejam ampliados e limitam os trabalhadores a reproduzirem de forma sistemática a ideologia que tem predominado no sistema capitalista. No qual as demandas das minorias, no caso os trabalhadores, são desconsideradas, salvo estarem organizados e cientes do seu papel na execução de suas atividades.

Por fim, o presente trabalho busca apresentar as considerações a respeito do que foi indicado pela pesquisa sobre o trabalho, de forma que possa ser aproveitado como instrumento de melhoria da atividade policial no campo de reconhecimento como trabalhadores, como executores de uma atividade essencial à sociedade, embora não esteja diretamente produzindo a riqueza ou os bens que a sociedade elencou como necessários de serem produzidos. Essa carência de reconhecimento se faz também institucionalmente, pois o Estado ao se apropriar da função de fazer segurança pública tem elencado as suas prioridades sem ouvir as demandas institucionais e de seus trabalhadores.

1. FRAGMENTOS DA HISTÓRIA DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA

O resgate histórico da Polícia Militar de Santa Catarina requer que partirmos das instituições militares¹ que remontam às antigas civilizações. O papel histórico dos militares esteve voltado a assegurar o exercício dos governos, a garantia das propriedades, o respeito às leis e a repressão, como instrumento de manutenção do Estado. E a atuação dos militares, na condição de polícia², conforme FRAGA (2005, p. 25), com exigências ampliadas e abrangentes, inicia-se na França, no século XV, quando começa a ser vista como uma instituição destinada a manter a ordem e a segurança pública na sociedade.

A história da Polícia Militar de Santa Catarina data de 05 de Maio de 1835 e foi criada por Feliciano Nunes Pires, então presidente da Província de Santa Catarina, através da Lei Provincial nº 12. O regulamento da Força Policial foi aprovado em 1836, e determinou quais eram as missões da Força Policial e qual a abrangência de sua missão. Além das missões de manter a ordem e a tranquilidade públicas e atender às requisições de autoridades judiciárias e policiais a Força Policial se viu envolvida em diversos conflitos, tais como a Guerra dos Farrapos e a Guerra do Paraguai, por estarem diretamente ligadas às forças armadas militares brasileiras e esses conflitos nacionais, de alguma forma atingiram o Estado de Santa Catarina. Desenhava-se assim, a estreita ligação da Força Policial com o Exército Brasileiro e a defesa da Soberania Nacional, bem como a segurança interna.

Em 1916, recebe a denominação de Força Pública (Lei nº 1.137, de 30 de Setembro) e em 1917 passa a ser considerada, através de acordo firmado entre a União e o Estado, força reserva do Exército de 1ª Linha. Em 10 de Janeiro de 1934, um novo acordo entre a União e o Estado eleva a Força Pública à categoria de força auxiliar do Exército Brasileiro. Nesse mesmo ano, a Constituição Federal também passa a considerar as Forças Públicas como sendo Auxiliares do Exército, conferindo-lhes assim, “status” constitucional. Em 1946, a Constituição Federal altera a denominação para Polícia Militar, descrevendo como missão a segurança interna e a manutenção da ordem. Prevê ainda que a União legisle sobre a organização, instrução, justiça e garantias das polícias militares. Em 1967, a Constituição Federal prevê que a União passará a controlar também o efetivo das PMs, criando a Inspetoria Geral das Polícias Militares (IGPM). Orienta ainda que as

¹ São considerados militares, conforme artigo 142, § 3º da Constituição Federal, os membros das Forças Armadas (Exército, Marinha e Aeronáutica), e militares estaduais, conforme artigo 42, caput, os integrantes das Polícias Militares e dos Corpos de Bombeiros Militares dos Estados, do Distrito Federal e dos territórios. (com alteração feita pela Emenda Constitucional nº 18, de 1998)

² De acordo com o dicionário de política, “polícia é uma definição do Estado que se concretiza numa instituição de administração positiva e visa a pôr em ação as limitações que a lei impõe à liberdade dos indivíduos e dos grupos para salvaguarda e manutenção da ordem pública, em suas várias manifestações: da segurança das pessoas à segurança da propriedade, da tranquilidade dos agregados humanos à proteção de qualquer outro bem tutelado com disposições penais” (BOBBIO; MATTEUCCI; PASQUINO, 1999, p. 944, apud FRAGA, 2002).

polícias militares devam voltar-se às atividades policiais. (sítio eletrônico da PMSC www.pm.sc.gov.br)

A década de 60, por sua vez, descreve um período no qual as polícias militares estiveram afastadas de suas funções civis, tendo nesse período, conforme Muniz (2001), “permanecido mais empenhado nas atividades de segurança nacional, integrando o serviço de informações e contra-informações do Exército” do que a sua atividade constitucional e civil. Essa dupla função das instituições policiais nesse período de dura repressão política levou, segundo Muniz (1999, p. 66), a uma “fragilização da auto-imagem da Corporação policial que foi, em boa medida, contaminada pela memória ainda viva dos duros anos de repressão política”.

Passado o período conturbado das ditaduras militares, pudemos observar no período de retomada das liberdades democráticas uma polícia que passou por transformações institucionais, porém não tem conseguido firmar-se no imaginário da sociedade de acordo com a sua finalidade constitucional, devido aos retrocessos causados pela ditadura militar internamente. A CRFB de 88 deixou claro o papel das instituições de segurança pública no Brasil e a PMSC, assim como outras instituições demonstra o interesse, embora tímido de caminhar nessa direção.

1.1 Legislação que ampara o trabalho da PMSC

Atualmente, a segurança pública é desempenhada pela PMSC com amparo no artigo 144, parágrafo 5º da Constituição Federal, que indica a competência de cada um dos organismos integrantes do Sistema Único de Segurança Pública³. A previsão de que a “segurança pública é dever do estado, direito e responsabilidade de todos”, conforme o texto constitucional nos remete a buscar explicações sobre como e qual é a função dos atores responsáveis pelo cumprimento desse preceito constitucional, a segurança pública no Brasil, e em especial, em Santa Catarina.

No caso da Polícia Militar de Santa Catarina, a Constituição Estadual em seu artigo 107 define quais as atribuições que são de competência da instituição, não sendo diferente nos demais estados brasileiros. Conforme texto constitucional,

³ Ainda conforme artigo 144 da CF/88 são previstos também como sendo órgãos prestadores de serviços de Segurança Pública a Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal, Polícia Ferroviária Federal, as Polícias Civis, bem como os Corpos de Bombeiros Militares, ao lado das Polícias Militares.

Art. 107. À Polícia Militar, órgão permanente, força auxiliar, reserva do Exército, organizada com base na hierarquia e na disciplina, subordinada ao Governador do Estado, cabe, nos limites de sua competência, além de outras atribuições estabelecidas em Lei:

Artigo com redação dada pela Emenda Constitucional n. 33

I – exercer a polícia ostensiva relacionada com:

- a) a preservação da ordem e da segurança pública;
 - b) o radiopatrulhamento terrestre, aéreo, lacustre e fluvial;
 - c) o patrulhamento rodoviário;
 - d) a guarda e a fiscalização das florestas e dos mananciais;
 - e) a guarda e a fiscalização do trânsito urbano;
 - f) a polícia judiciária militar, nos termos de lei federal;
 - g) a proteção do meio ambiente;
 - h) a garantia do exercício do poder de polícia dos órgãos e entidades públicas, especialmente da área fazendária, sanitária, de proteção ambiental, de uso e ocupação do solo e de patrimônio cultural;
- II – cooperar com órgãos de defesa civil; e
- III – atuar preventivamente como força de dissuasão e repressivamente como de restauração da ordem pública.

A Polícia Militar de Santa Catarina está vinculada ao gabinete da Secretaria de Segurança Pública e Defesa do Cidadão, tendo o Comando Geral exercido por um Coronel⁴ indicado diretamente pelo Governador do Estado, sendo pré-requisito ser Coronel. Excepcionalmente o comando pode ser exercido por um Coronel ou posto hierárquico superior do Exército Brasileiro, quando de intervenções promovidas pelo Ministério da Defesa.

A execução das missões policiais se dá com base no poder de polícia, faculdade de que dispõe a administração pública, para condicionar e restringir o uso e gozo de bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado, contrapondo-se a atitudes contrárias, nocivas ou inconvenientes ao bem-estar social, ao desenvolvimento e à segurança nacional. (MEIRELLES, 2002, apud CONSUL, 2005)

1.2 Quem são os integrantes da Polícia Militar de Santa Catarina?

Os trabalhadores, militares estaduais, são divididos em quem exerce as tarefas, quem fiscaliza a execução e quem gerencie dando ordens e estabelecendo as normas e diretrizes a serem rigorosamente seguidas. No que diz respeito ao exercício da

⁴ Coronel é o último posto da carreira dos oficiais das polícias militares.

atividade principal da instituição, ambos os profissionais estão imbuídos dessa missão diretamente, embora a categoria dos praças esteja de forma muito mais presente nas atividades de rua (execução) do que os oficiais, os quais exercem suas atividades de forma mais restrita à gestão da estrutura organizacional. Outra característica fundamental na atividade policial militar é a rigidez e verticalidade no cumprimento das ordens e escalas de serviço.

O ingresso na polícia militar é permitido a todos os brasileiros natos, desde que cumpram os requisitos legais e estejam dispostos ao cumprimento do que prescreve o artigo 5º da Lei 6218/83 (Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina) “A carreira Policial-militar é caracterizada por atividade continuada e inteiramente devotada às finalidades da Polícia Militar, denominada atividade Policial-militar”. É possível identificar a atividade dos trabalhadores da Polícia Militar dividindo-os em dois grupos de acordo com o grau hierárquico ocupado. O primeiro, dos praças, encarregados da execução direta e fiscalização, objeto de estudo no presente trabalho, e o segundo o dos oficiais, encarregados do gerenciamento dos quais não nos ateremos em discorrer de forma mais abrangente.

Cada uma das graduações, no caso dos praças, ou dos postos, no caso dos oficiais, tem atribuições próprias e a ascensão segue normas específicas pré-determinadas em lei⁵ para que o policial usufrua de cada uma delas. Tratando-se dos praças, a legislação que regula as promoções é a Lei Estadual Complementar nº 318/06, que estabelece critérios de acesso promoção, e que dessa forma definem quem será promovido e quando ocorrerão as promoções, em conjunto com a lei nº 6153/82. No caso dos oficiais, a Lei 6.215/83 é a que estabelece as regras mínimas para as promoções, porém não há obrigatoriedade da comissão encarregada do processo de promoção segui-las rigidamente, devido à discricionariedade na elaboração da tabela de acesso e por consequência, da promoção e ascensão na carreira dos oficiais por não haver uma legislação prevendo cada passo para as promoções.

⁵ Embora as regras das promoções estejam estabelecidas em legislação específica, existe na PMSC a Comissão de Promoção de Praças (CPP) e de Oficiais (CPO), as quais analisam o “conceito moral” dos candidatos à promoção, baseando-se na conduta ética e moral dos profissionais, conduta já contestada na justiça conforme processo nº 2009.045082-4 que tramita no Tribunal de Justiça de Santa Catarina.

TABELA n° 1 – Carreira dos praças:

GRADUAÇÃO HIERÁRQUICA DOS PRAÇAS EM ORDEM DECRESCENTE
SUBTENENTE
1º SARGENTO
2º SARGENTO
3º SARGENTO
CABO
SOLDADO DE 1ª CLASSE
SOLDADO DE 2ª CLASSE
SOLDADO DE 3ª CLASSE

TABELA n° 2 – Carreira dos oficiais:

POSTOS DOS OFICIAIS EM ORDEM DECRESCENTE
CORONEL
TENENTE CORONEL
MAJOR
CAPITÃO
1º TENENTE
2º TENENTE

2. TRABALHO: SUAS (RE) SIGNIFICAÇÕES NO ÂMBITO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Eu vejo que ele berra
Eu vejo que ele sangra
A dor que tem no peito
Pois ama e ama...

Um homem se humilha
Se castram seu sonho
Seu sonho é sua vida
E vida é trabalho...

E sem o seu trabalho
O homem não tem honra
E sem a sua honra
Se morre, se mata...

Gonzaguinha

A centralidade do mundo do trabalho encontra eco nesta breve poesia de Gonzaguinha. Objeto de estudo das mais diversas áreas do conhecimento humano, a categoria trabalho também é lócus privilegiado de observação neste recorte por nós eleito como objeto de estudo.

2.1 As várias concepções sobre trabalho

As várias concepções a respeito do significado da terminologia trabalho remetem-nos a complexidade conceitual desta categoria. O enfoque e a metodologia de estudo adotados para delinear uma concepção do que é trabalho alteram, muitas vezes substancialmente, a sua definição. Dependendo da vertente da pesquisa, o trabalho terá uma resignificação em relação a outras vertentes. No entanto, é certo que o trabalho

tem lugar destacado dentre as categorias que envolvem as relações sociais na sociedade em que vivemos. Seu dúbio caráter, segundo Antunes (2006), tanto tem o poder de libertar os sujeitos, como também pode escravizá-los. As cíclicas mudanças ocorridas no mundo do trabalho fomentam uma variedade conceitual poucas vezes observada em outras categorias de estudo.

Nessa mesma linha, Nogueira (2006) escreve:

O trabalho ao longo do processo histórico se apresenta de inúmeras formas, atendendo às necessidades de cada momento. No entanto, ele se mantém sempre como um momento de efetivação de relações sociais, visando à produção social e a reprodução da humanidade. O que nos permite afirmar que o trabalho é um “pôr teleológico” do ser social, que o capacita com um ser consciente. (...) não é por outro motivo que Lukács afirma que Marx tinha razão ao especificar que “O trabalho, como formador de valores de uso, como trabalho útil, é uma condição de existência do homem, independente de quaisquer formas de sociedade, é uma necessidade natural eterna que tem a função de mediar o intercâmbio entre o homem e a natureza, isto é, a vida dos homens.

Essa relação do homem com a natureza foi trabalhada de diversas formas e percorreu inúmeras transformações ao longo da história. A partir da interferência do homem nos processos de produção e reprodução da natureza e do próprio homem e que de alguma forma, interferiram nas relações de trabalho a que o homem estava sujeito. O homem abriu mão da sua individualidade a fim de apropriar-se de novos produtos do trabalho do próprio homem, pois somente o seu trabalho não era suficiente para sua vida, ele passava de alguma forma a realizar uma interação, a cooperação entre os grupos e assim ocorria a divisão social do trabalho.

É possível também destacar as afirmações de Nogueira (2006) que reforçam a ideia acima exposta quando se refere à busca de uma vida dotada de sentido dentro do trabalho (mesmo que saibamos que este sentido é parte do processo de emancipação) é central também porque, por meio do trabalho, ocorre um processo que não se resume à transformação da natureza, mas também possibilita a autotransformação do próprio trabalhador. No entanto, ela faz outra reflexão no sentido de ir além à relação homem-natureza, indicando que embora sejam importantes no processo de desenvolvimento os fatos sociais, no trabalho, o instante do domínio, do controle do homem sobre a natureza, é que seria o momento determinante.

E avançando escreve,

“Podemos dizer que o trabalho é certamente o início “genético do homem que se torna homem” é o fenômeno originário”, “protoforma do ser social”. Embora o surgimento da sociabilidade, da primeira divisão do trabalho, da linguagem simultâneo ao aparecimento do trabalho, elas se originam a partir do próprio ato laborativo. O trabalho, além de se encontrar no centro do processo de humanização do homem, é também uma categoria intermediária, uma vez que possibilita o salto ontológico das formas pré-humanas para o ser social. (Antunes, 1999:136) É através do trabalho que o ser social busca a produção e a reprodução da sua vida societal, que ele cria e renova as próprias condições da sua reprodução. (Nogueira, 2006:165)

Segundo Antunes (2003), os impactos sociais provenientes das alterações do mundo do trabalho na atualidade são fortemente sentidos pela classe trabalhadora. A redução do número de postos de trabalho em conjunto à ampliação dos turnos de serviço e carga horária trabalhada representa uma séria ameaça a históricas conquistas obtidas até então. Resultante destas constatações, o autor lança a hipótese: o trabalhador, a classe que depende do trabalho está desaparecendo? O operariado da era fordista está perdendo seu referencial maior que é sua inserção no mundo do trabalho? A centralidade da categoria “trabalho” perde sua histórica centralidade no universo das relações na sociedade contemporânea?

Outros autores como Friedman y Havighurst (1954) e MOW (1987) , associam a categoria trabalho a construção da identidade e a ampliação da rede de contatos sociais. Na esteira das multifacetadas concepções a respeito do que seja o trabalho, resgatamos na literatura, algumas concepções que se moldaram a partir do século XX e início do século XXI, a respeito desta categoria, para podermos ao fim desta abordagem reduzir aos termos deste trabalho a relação entre o trabalho e o exercício das atividades profissionais do Policial Militar Catarinense como membro integrante da instituição⁶.

⁶ O acadêmico Edson Garcia Fortuna, policial militar, durante a execução do presente trabalho encontrava-se na graduação de 2º Sargento, tendo incluído na corporação no ano de 1988, e, no dia 09 de novembro de 2009, durante a elaboração do TCC foi submetido a um Conselho de Disciplina (Processo Administrativo interno), tendo sido considerado culpado e excluído (demitido) conforme publicação em Boletim do Comando Geral da Corporação nº 85, “a bem da Disciplina”, por haver participado de manifestações reivindicatórias de salário ocorridas entre os dias 22 e 27 de dezembro de 2008.

Quadro 1: Conceitos da categoria trabalho

Autor	Conceito
Friedman e Havighurst (1954); Donald e Havighurst (1959) e MOW (1987)	Trabalho como instrumento para contribuir com a sociedade através de aporte de benefícios e serviços.
Friedman y Havighurst (1954) e MOW (1987)	Trabalho como meio de construção da identidade e favorecimento de contatos sociais.
Friedman y Havighurst (1954) e Parker y Smith (1976)	O trabalho favorece a manutenção de um nível mínimo de atividade necessário para um desenvolvimento físico e psíquico adequado.
Dubin (1958)	Trabalho como emprego contínuo na produção de bens e serviços em troca de remuneração.
Schimm (1966)	Trabalho definido considerando-se seu aspecto normativo, seu caráter de obrigação.
Parker e Smith (1976)	Trabalho como oposto de descanso, como atividade e não- trabalho como não atividade.
Marshall (1980)	Trabalho como esforço da mente e do corpo, realizado parcial ou totalmente com o propósito de obter algum benefício diferente da satisfação que se deriva diretamente do trabalho.
Fox e Hesse-Biber (1984)	Trabalho como uma atividade ou emprego de energia que produz serviços e produtos de valor para outras pessoas.
Fryer e Payne (1984)	Trabalho como uma atividade com um propósito que é diferente ao prazer conseguido em sua execução.
Hall (1986)	Trabalho como esforço ou atividade de um indivíduo realizada com o propósito de prover bens e/ou serviços de valor para outros.
MOW (1987)	O trabalho gera satisfação intrínseca derivada da sua execução.
ANTUNES (1999 / 2001)	O trabalho material acrescenta valor a mercadoria e o trabalho imaterial ativa e organiza a relação de produção-consumo.

Em uma análise superficial poderíamos concluir que trabalho seria a conjunção de todas as concepções acima expostas. No entanto, a multiplicidade de concepções

está presa aos contextos e as prévias concepções de cada autor a respeito da categoria em questão.

Conceber que dimensão simbólica a PMSC atribui ao exercício de suas atividades é tarefa a ser desvelada neste capítulo e inicialmente nos valem das indicações de Dejours, Dessors e Desrioux (1993), segundo os quais a organização do trabalho, caracteriza-se pela sua divisão técnica e social. A primeira diz respeito à divisão das tarefas que conduz alguns indivíduos a decidir por outros o trabalho a ser realizado, o modo de realizá-lo e os ritmos a serem seguidos; a segunda é a divisão hierárquica, o dispositivo de hierarquia, de supervisão, de comando que define e codifica todas as relações de trabalho.

Já no dicionário de sociologia encontramos a definição de trabalho como sendo,

(...) num sentido mais amplo, o esforço humano dotado de um propósito e envolve a transformação da natureza através do dispêndio de capacidades mentais e físicas. Dentro das ciências sociais, existem numerosas explicações concorrentes. A ciência econômica- pelo menos o paradigma neoclássico dominante- sustenta que os valores relativos atribuídos a diferentes atividades produtivas e serviços, e, por conseguinte as recompensas e o status que resultam para os seus fornecedores são governados pelo efeito recíproco das forças de oferta e demanda no mercado (...) a abordagem da sociologia industrial é muito diferente. Sustenta-se que as definições de trabalho são historicamente específicas e refletem os valores, pressupostos e relações de poder dominantes na sociedade (...) a análise marxista, que tem exercido profunda influência sobre o estudo do trabalho e das relações no trabalho, desenvolve esse insight básico. O trabalho, de acordo com a perspectiva marxista, está subordinado ao propósito de reproduzir e expandir o domínio material e político da classe capitalista. (...) Mais recentemente, o debate e a controvérsia centraram-se na questão de apurar se, sob novos imperativos tecnológicos e econômicos, a organização do trabalho e as relações de trabalho estão sendo fundamentalmente transformadas. (BOTTOMORE, OUTHWAITE, 1996)

Buscando aproximar-se da definição sobre trabalho levando em consideração algumas funções psicossociais que o trabalho pode cumprir foi possível identificar onze funções:

1. Função integrativa ou significativa; 2. Função de proporcionar status e prestígio social; 3. Função de identidade pessoal; 4. Função econômica; 5. Fonte de oportunidade para interação e contatos sociais; 6. Função de estruturar o tempo; Função de manter o indivíduo sobre uma atividade mais ou menos obrigatória;
7. Fonte de oportunidades para o desenvolvimento de habilidades e destrezas;
8. Função de transmissão de normas, crenças e expectativas sociais; 9. Função de proporcionar poder e controle; 10. Comodidade e conforto. Os autores acrescentam que embora os estudos sejam coincidentes quanto ao caráter positivo das funções do trabalho identificadas, o trabalho também pode apresentar um caráter disfuncional, na medida em que não favorece a autonomia ao indivíduo, em que se constitui

enquanto atividade monótona, desinteressante, repetitiva, desumanizante, humilhante, geradora de conseqüências negativas para o mesmo. (SALANOVA, GRACIA e PEIRÓ, 1996 apud SANTOS, 2006)

O argumentos de Marx “O homem é o que ele faz” (apud ALBORNOZ. 2000, 68), tem servido de fato como verdade para a sociedade capitalista contemporânea, pois o que se vê até mesmo nas relações do homem com a natureza, tem sido as várias alterações provocadas por suas ações. No entanto, esta mesma verdade, serve também de argumento para a reafirmação de que existem classes muito bem definidas de “homens dentro da sociedade na qual nos vemos inseridos. Os homens que fazem de fato, tem sido os que têm o poder da força, o poder econômico, o poder religioso. A grande massa humana, trabalhadora, executora, tem servido como massa de manobra alienada de intenções dentro deste contexto. Encontramos eco para esta afirmação também em Marx quando afirma que

“...o trabalho começa constituir uma alienação para o homem, o trabalho é externo ao homem , não tem natureza intrínseca. O homem não se afirma a si mesmo, não se sente contente, e sim infeliz. Não desenvolve sua energia física e mental, e sim, mortifica seu corpo e arruína a sua mente.” (Marx 1844, apud SALANOVA, GRACIA E PEIRÓ. 1996 P 41)

Com estes dois últimos argumentos de Marx, conclui-se que o mesmo trabalho que liberta, pode também aprisionar o homem, dependendo de qual lado este está postado nas relações mercantis do trabalho. O que de fato também é uma verdade, é que a centralidade do mundo do trabalho nos processos de produção e reprodução da vida humana é inconteste: 1/3 do tempo de vida do homem é dedicado ao Deus “trabalho”.

2.2 O trabalho na caserna⁷ e suas peculiaridades

A execução das missões policiais se dá com base no poder de polícia, faculdade de que dispõe a administração pública, para condicionar e restringir o uso e gozo de

⁷ O termo caserna é utilizado pelos militares para descrever o quartel, a vida dos militares dentro do quartel, o ambiente do quartel.

bens, atividades e direitos individuais, em benefício da coletividade ou do próprio Estado, contrapondo-se a atitudes contrárias, nocivas ou inconvenientes ao bem-estar social, ao desenvolvimento e à segurança nacional. (MEIRELLES, 2002, *apud* CONSUL, 2005)

Analisando o trabalhador policial militar trataremos como “Militar Estadual ou profissional responsável pela execução da política de segurança pública, funcionário público estatal (logo, tem o Estado como empregador) e é o único profissional que é julgado por duas justiças distintas (a civil e a militar), podendo ser submetido a punições por atos que não redundam em nenhum tipo de pena para o cidadão civil” , conforme a definição de FRAGA (2006).

O desenvolvimento da atividade policial militar tem com principal fundamento o uso do fardamento para diferenciar-se das demais pessoas em eventos, transmitindo a sensação de segurança. Outra característica do trabalho policial são as escalas de trabalho⁸, que variam de turnos de 6 horas de trabalho com folga de 18 horas; 12 horas com folga de 36 horas; 24 horas de trabalho com folga de 72 horas, no entanto, nenhuma das escalas é regra fixa pois a crescente demanda por segurança tem imposto aos trabalhadores escalas como folgas limitadíssimas, chegando em épocas de pico no movimento das praias do litoral catarinense a trabalharem em escalas que propiciam 12 horas de folga para cada 12 horas trabalhadas. Nesses casos, é intercalada uma folga semanal de 24 horas a cada 6 dias trabalhados. Outra consideração importante sobre as escalas de serviço está focada no tipo de regime dos militares estaduais que é de dedicação exclusiva e não raramente, mesmo de folga, são instados a intervirem em conflitos quando na sua hora de folga.

Na busca de um melhor entendimento sobre como se dá o trabalho policial militar utilizaremos também a análise de FRAGA(2006):

Tendo em vista as contribuições marxistas que indicam que um processo de trabalho é composto pelo trabalho em si, pelo objeto e meios pelos quais o

⁸ A Diretriz de Procedimento Permanente n° 005/89 do Comando Geral da Polícia Militar de Santa Catarina regula as escalas dos policiais militares, todavia, as excepcionalidades serão tratadas conforme a necessidade de cada comando onde se apresenta, levando em conta critérios como disponibilidade do efetivo e objetivos da missão a ser desenvolvida.

trabalhador realiza a sua atividade, buscar-se-á, conforme já realizado em outro momento (Fraga, 2005), descrever os elementos constitutivos do processo de trabalho do policial militar:

1. O trabalho propriamente dito – a atividade policial desenvolvida com a finalidade de executar a política de segurança pública; são as ações da polícia (vão desde o policiamento ostensivo até controle de tumulto); é sempre, “em tese”, planejado.
2. A matéria-prima do trabalho policial – é a sensação de segurança social, a ordem pública, o policiamento ostensivo, a defesa pública, enfim, é a segurança pública na sociedade.
 - 2.1 O objeto de trabalho: é etéreo – é a segurança pública (prestação de serviço), tanto formal (variáveis do policiamento), como informal (ações que visam à sensação de segurança da Comunidade).
3. Os meios – tudo aquilo de que o policial militar se utiliza na realização de seu trabalho; podem ser subdivididos em instrumental e conhecimento técnico-operativo.
 - 3.1 Instrumental – são os equipamentos utilizados e os aprestos. São as ferramentas que dão suporte ao PM na realização de suas atividades.
 - 3.2 Conhecimento técnico-operativo da profissão – é aquele adquirido no exercício profissional e o conjunto de conhecimento qualificatório que o PM adquire por meio dos cursos de formação e habilitação.

Outro aspecto da profissão a ser observado é a necessidade de o policial desenvolver sua atividade nas mais diversas situações climáticas e justamente nelas é que o seu trabalho é mais requisitado. Não raramente sendo submetido ao sol forte, chuva, frio, vendavais, cheias, por vezes deixando seus familiares para seguir na ajuda aos atingidos por calamidades ou mesmo nas suas escalas de serviço rotineiras, protegendo comunidades diversas da sua, enquanto sua família nem sempre estará devidamente segura. Corroborando, Pinto (2000), afirma que “em nenhum outro trabalho o profissional se dedica tão intensamente como o faz o policial militar.”

A escolha do tipo de serviço a ser realizado não é uma alternativa do trabalhador tão somente. Em cada momento surgem novas demandas na instituição e assim o trabalhador segue as determinações, e Monjardet (2003) “afirma que o trabalho policial não procede de uma adição de tarefas prescritas, mas da seleção, pelos próprios interessados (no caso a comunidade) de suas atividades. Por esse motivo, são os mecanismos desse processo da seleção os principais determinantes da definição, da organização e da análise do trabalho policial”.

Depois de feita a opção de entrar na polícia militar, a situação dos futuros trabalhadores de segurança pública, nesse caso, os militares é tão peculiar que passou a ser encarada como natural pelas autoridades, mas tratando-se de um segmento tão importante, essa retaliação do “eu” praticada em diversos aspectos na vida do

trabalhador militar não pode gerar reflexos no futuro profissional, no tipo de atividade que ele irá desenvolver futuramente? Esse questionamento sobre o trabalho militar dá-se pois ao trabalhador, são impostas regras que não devem ser seguidas somente no momento da execução de seu trabalho pois conforme FRAGA (2002):

Esse processo de controle transpõe o horário de trabalho, penetrando em sua vida pessoal. Assim, a partir da entrada na vida militar, o recruta não pode mais frequentar lugares considerados inadequados, uma vez que a autoridade se direciona para uma série de itens na conduta da pessoa, tais como roupas, comportamento, maneiras, que ocorrem constantemente e que devem ser julgados. Acontece então o que Goffman (2001) refere como uma perda de decisão pessoal nas instituições totais e, em todos os casos, o militar precisa apresentar uma renúncia a sua vontade. Essa é a disciplina fundamental na vida de um militar: não planeja mais a sua vida pessoal, dado que agora é militar. Por meio da apregoadada disciplina impõe-se aos membros dessa organização uma obediência cega, que passa a ser interiorizada pelos destinatários como vital e imprescindível para a manutenção de toda a instituição e para o status de militar.

Essa constatação é reforçada pelas observações de Muniz (1999, p. 149) que identifica que a disciplina militar restringe o exercício da autonomia por parte do policial militar, o que limita sua atuação e o deixa insatisfeito com o resultado. Além disso, essa orientação rigorosa faz com que os integrantes dessas instituições sintam que suas obrigações militares se sobrepõem a seus direitos civis. Isto, segundo essa autora, cria no policial a sensação de que apenas ele se sacrifica. O descompasso entre a rígida disciplina a que são submetidos e “a multiplicidade de inserções possíveis na vida civil” respalda essa sensação.

A iniciação do civil na vida de policial militar tem algumas peculiaridades a serem observadas de maneira especial pois conforme Lima (2007), “o ingresso na instituição militar corresponde à perda da identidade civil, sendo colocado, imediatamente, pela corporação quais são as normas da casa: é a tentativa de ruptura com a vida civil, por isso a instituição tenta retirar do indivíduo aqueles hábitos e costumes trazidos do meio familiar”.

No meio militar, o indivíduo passa a desempenhar um papel diferenciado de grupo e essa análise NOGUEIRA (2005: p. 82) em seu trabalho sobre as tentativas de auto-extermínio de policiais militares busca desvendar, descrevendo da seguinte forma a atuação do indivíduo no grupo na condição de militar:

“Freud (1976a) apresenta os exércitos, assim como a igreja, como grupos artificiais altamente organizados e permanentes. Segundo ele, “certa força externa é empregada para impedi-los (a esses grupos) de desagregar-se e para evitar alterações em sua estrutura” (Freud, 1976a, p. 119-122), força cujo grau irá variar de grupo a grupo. Nas instituições policiais militares, essa força externa pode ser identificada, por exemplo, em instrumentos como o código penal militar, seus regulamentos disciplinares e demais documentos doutrinários e normativos que produzem. Esse mesmo autor indica que os grupos, de modo geral, exercem uma ação intimidativa sobre o indivíduo, compelindo-o a seguir o exemplo dos que os cercam. A limitação da liberdade do indivíduo no grupo é, para Freud, o principal fenômeno da psicologia de grupo. Essa característica do funcionamento grupal pode ser observada nas instituições policiais militares. Essas instituições tendem a dificultar a expressão do que é individual e singular na medida em que valoriza e estimula uma busca incessante de padronização de comportamentos, atos, da apresentação pessoal, ou seja, na medida em que nessas instituições a disciplina é tomada como valor e doutrina a ser empregada em todas as esferas da vida de seus integrantes. Seriam então características dos grupos organizados, presentes na instituição militar: a submissão do indivíduo a certa pressão visando à coesão grupal e a limitação da expressão de sua individualidade. Freud também define uma força interna ambivalente desde o início mas, também capaz de limitar a liberdade dos membros de grupos: é a identificação. Segundo ele, os membros desses grupos estão ligados por laços emocionais ao chefe e aos demais membros do grupo. Esses laços são da natureza de uma identificação, que é “a forma mais primitiva e original de laço emocional, [...] baseada numa importante qualidade emocional comum” que Freud (1976a, p. 135, 136) supôs residir na natureza do laço com o líder ou com uma idéia ou abstração que ocupe o lugar do líder. “A identificação poderia explicar alguns comportamentos e sentimentos partilhados pelos integrantes de um grupo e contribuir para a falta de liberdade do indivíduo em um grupo”.

No mesmo sentido FRAGA (2002) destaca essa introdução do civil ao meio militar com sendo um mecanismo traumático e de mudanças significativas, pois segundo destaca:

...Quando o recruta chega, vem com uma concepção de si mesmo e do mundo que pensa ser possível e aceitável por conta de suas referências sociais, estáveis no seu meio civil. Na linguagem de Goffman (2001), começa então uma série de rebaixamentos, degradações, humilhações e profanações do “eu”. O seu “eu” passa, então, a ser sistematicamente mortificado, pois começa a passar por mudanças radicais em sua carreira moral, uma carreira composta pelas progressivas mudanças que ocorrem nas crenças que tem a seu respeito e a respeito dos outros que lhes são significativos.

Os rituais de iniciação nas instituições militares são semelhantes e milenares e conforme FRAGA (2002) assim como a crueldade do sistema de controle exercido sobre o indivíduo pois,

(...) os processos pelos quais o “eu” da pessoa é mortificado são relativamente padronizados numa instituição como a PM, como a cisão retalhadora que a polícia impõe entre o civil e o militar, como se este nunca tivesse sido civil, ou ainda, como se não continuasse a ter pessoas que o amam e que ainda são civis: seus amigos, familiares, amores.

Em consulta⁹ recente, realizada pela SENASP, com apoio do PNUD, os profissionais de segurança apontam ainda dados importantes sobre a situação de desrespeito e humilhação vivenciada por eles na instituição e os números apontam que 53,9% dos respondentes da amostra ponderada relataram já terem sido vitimados por humilhação e desrespeito por parte de superiores hierárquicos; 21,1% sofreram o mesmo por parte de colega das dinâmicas construídas por suas próprias instituições. Não casualmente, da mesma posição hierárquica e 7,2%, por colega de posição hierárquica inferior.

2.3 A Instituição Polícia Militar e o trabalho

Quanto à instituição em si, inicialmente faz-se necessário descrever as atividades desenvolvidas pela segurança pública estadual e a polícia ostensiva e preservação da ordem pública¹⁰ constitucionalmente prevista e executada pela PMSC é uma atividade que não gera produtos, é um serviço. É o concebido trabalho imaterial, cujo produto, também é imaterial: a segurança. (HARDT; NEGRI, 2004).

Antunes (1999: p.101-102) busca descrever os trabalhadores que prestam serviços utilizando-se das seguintes afirmações:

(...) a classe-que-vive-do-trabalho¹¹, engloba também os trabalhadores improdutivos, aqueles cujas formas de trabalho são utilizadas como serviço, seja para uso público ou para o capitalista, e que não se constituem como elemento diretamente produtivo, como elemento vivo do processo de valorização do capital e de criação de mais –valia. São aqueles em que, segundo Marx, o trabalho é consumido como valor de uso e não como trabalho que cria valor de troca. O

⁹ A consulta “O que pensam os profissionais de segurança pública, no Brasil” foi realizada pela SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública) em parceria com o PNUD com o objetivo de subsidiar as discussões na I CONSEG (Conferência Nacional de Segurança Pública) — que reuniu entre 27 e 30 de agosto em Brasília, membros do governo, de ONGs e policiais para debater a criação de um Plano Nacional de Segurança Pública. A consulta aos profissionais de segurança ouviu 64.130 servidores, entre policiais militares, civis e federais, policiais rodoviários, peritos, bombeiros, agentes penitenciários e guardas municipais, que participaram dos cursos de à distância promovidos pela SENASP.

¹⁰ Atribuições previstas para as polícias militares conforme artigo 144, inciso IV, § 5º, da Constituição Federal de 1988.

¹¹ Ricardo Antunes utiliza esta terminologia para conferir validade contemporânea ao conceito marxista de classe trabalhadora, pretendendo enfatizar o sentido atual da classe trabalhadora, sua forma de ser. Portanto, ao usar a terminologia “a classe-que-vive-do-trabalho”, Antunes concede amplitude ao ser social que trabalha, englobando os trabalhadores produtivos, improdutivos, desempregados e o subproletariado. (CHAVES, 2006: p. 11)

trabalho improdutivo abrange um amplo leque de assalariados, desde aqueles inseridos no setor de serviços, bancos, comércio, turismo, serviços públicos etc., até aqueles que realizam atividades nas fábricas mas não criam diretamente valor. Constituem-se em geral num segmento assalariado em expansão no capitalismo contemporâneo – os trabalhadores em serviços -, ainda que algumas de suas parcelas encontrem-se em retração, como veremos adiante. São aqueles que se constituem em “agentes não-produtivos, geradores de anti-valor no processo de trabalho capitalista, (mas que) vivenciam as mesmas premissas e se erigem sobre os mesmos fundamentos materiais. Eles pertencem àqueles “falsos custos e despesas inúteis”, os quais, entretanto, absolutamente vitais para a sobrevivência do sistema” (Mészáros, 1995:533).

E prossegue em suas afirmações, indicando que,

...uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital, compreender contemporaneamente a classe-que-vive-do-trabalho, desse modo ampliada, como sinônimo da classe trabalhadora, permite reconhecer que o mundo do trabalho vem sofrendo mutações importantes. Antunes (1999:103).

As mutações indicadas pelo autor não deixam dúvidas sobre a condição de categoria de trabalhador em que se enquadram os policiais militares, facilitando assim a compreensão e aproximação do leitor às observações que buscaremos discorrer. A mensuração do valor deste trabalho, tem resultado ao longo dos tempos em profundos embates entre patrões e trabalhadores. A ausência da mais-valia, imposta pela ausência de um produto material, tem servido de “pedra-de-tropeço” para os trabalhadores, no embate pelos pleitos por um salário adequado às suas necessidades humanas e por outro lado, tem sido uma valiosa inconsistência nas mãos dos empregadores quando afirmam que, o que é justo pelos serviços já está sendo pago.

Na busca de uma explicação para a questão trabalho faz necessária a reflexão no sentido de tipificar o policial como trabalhador levando em conta as argumentações de Frigoto, 1999, *apud* FRAGA, 2003: p.13)

(...) de que o capitalismo atual enfrenta a crise estrutural mais profunda de sua história, e que sua perversa recomposição vem se materializando nas inúmeras formas de violência, exclusão, barbárie e outras inúmeras formas de refrações da questão social, nos quais se inscrevem não raras vezes os pequenos delitos alimentados por esse sistema de produção desigual; então a Polícia Militar – uma profissão eminentemente interventiva que tem como foco a Segurança Pública; a questão discutida nesse espaço de “criminalização da pobreza” ou a “tolerância zero” aos sobrantes do sistema de consumo que historicamente foram fraturados dos seus direitos sociais mais essenciais e vitais à sua dignidade humana, é uma requisição a ser colocada como mais um desafio ético a ser enfrentado pelos trabalhadores sociais, dentre eles, os policiais.

Do serviço prestado baseado na mão-de-obra voluntária há quase dois séculos atrás, até a exigência do bacharelado em direito¹² nos dias atuais, alterou-se significativamente tanto o perfil do profissional de segurança pública catarinense como o nível de exigência aos serviços prestados.

O cenário atual da segurança pública parece caminhar para o assemelhamento às condições vivenciadas no início do século XIX. Pretende-se, com a contratação dos “agentes temporários de serviços administrativos”¹³, tanto a minimização dos custos com a mão-de-obra, como também a desoneração do Estado com os encargos previdenciários.

A Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC) abriu as inscrições para 250 vagas de agente temporário de serviço administrativo (atendimento telefônico). Os aprovados no processo seletivo terão direito a auxílio mensal de natureza indenizatória no valor bruto de R\$ 697,50, e a prestação de serviço será de um ano, prorrogável por igual período, desde que haja manifestação expressa do agente temporário e interesse da Polícia Militar de Santa Catarina. (sítio eletrônico da ACAFE)

Aos mais desavisados, esta situação poderia remeter a uma visão estratégica de redução de gastos dos recursos socialmente produzidos. No entanto, em uma análise mais pormenorizada da situação exposta, passamos a crer que, o que de fato está ocorrendo, é a concretização de uma política sócio-econômica em que o objetivo maior é a preservação do capital publicamente angariado para investimentos no próprio mercado de capitais, em detrimento do investimento em políticas sociais, dentre elas a geração de empregos estáveis e que possibilitem uma adequada manutenção da existência humana, ou ainda sob o argumento da crise fiscal do Estado e por isso retração de investimentos em força de trabalho. A esse respeito, Montaña (2007) afirma que

Na verdade, o fundamento da crise fiscal do Estado tem mais a ver com o uso político e econômico que as autoridades, representantes de classe, têm historicamente feito em favor do capital (e até em proveito próprio): pagamento da dívida pública (interna e externa), renúncia fiscal, hiperfaturamento de obras, resgate de empresas falidas, clientelismo político, corrupção (...) Particularmente no que se refere à intervenção estatal no financiamento público daquelas áreas fundamentais para acumulação de capital e para dar respostas às demandas dos trabalhadores organizados, ela aparece como extremamente deficitária. (MONTANO, 2007. p.218)

¹² Conforme lei Complementar n° 454, de 05 e agosto de 2009, artigo 1° , incisos I e II.

¹³ Categoria de trabalhadores criada conforme a Lei Complementar Estadual n° 302, de 2005, alterada pela Lei Complementar n° 386, de 26 de junho de 2007.

Observa-se que atualmente, algumas entidades representativas dos militares estaduais, com destaque para a APRASC¹⁴ e ACORS, empenham-se através de diversas manifestações pela melhoria das condições de trabalho e salariais. E por outro lado, os gestores estatais introduzem nesta estrutura cujas relações empregador-empregado andam combalidas, um tipo ainda mais precarizado de mão-de-obra que é a força de trabalho temporária.

No ano de 2006, na ocasião da formatura do curso de aperfeiçoamento de oficiais, o então Comandante Geral da PMSC, Coronel Bruno Knihns afirmou que “o maior investimento de uma organização, passaria obrigatoriamente pelas pessoas” (sítio eletrônico da PMSC- <http://www.pm.sc.gov.br/website/rediranterior.php?act=1&id=801>).

Este discurso, embora imbuído de um caráter simbólico em virtude da ocasião na qual foi proferido, é de fato uma sólida verdade, pois em manuais básicos de administração, encontraremos que o maior valor que temos dentro das instituições são os recursos humanos. O que de fato vem ocorrendo, é a precarização dos estatutos do trabalho com o advento dos prestadores de serviço temporários dentro da corporação. As razões desta “fórmula” encontrada pelos gestores estatais encontra sua resposta em outro discurso de outro comandante. No ano de 2005, em seu discurso de passagem do Comando Geral da PMSC ao seu substituto, o Coronel Edson Ivan Morelli afirmou que “...houve um acréscimo de recursos humanos e materiais, em que pese ainda não serem suficientes para atender a demanda.” (Morelli, 2005- sítio eletrônico da ACORS. <http://www.acors.org.br/noticias1.php?codnot=108>).

Esta afirmação de Morelli corrobora para explicar o advento da inclusão de policiais temporários no âmbito da corporação, não só como uma necessidade e anseio da comunidade, mas como uma inovadora estratégia do Estado capitalista para poupar novos investimentos com a força de trabalho necessária para a articulação e expansão da instituição.

Esse processo de reordenamento da PMSC parece enquadrar-se no que Antunes (1999) vai chamar de “processo de reestruturação produtiva do capital”. Segundo este

¹⁴ Sobre a APRASC, trataremos de forma mais abrangente no capítulo reservado à organização dos trabalhadores praças da Polícia Militar de Santa Catarina

autor, este processo começou a ser implementado no Brasil a partir do início dos anos de 1990. O mesmo afirma que o capital tem como resposta à crise de manutenção do seu status, latente nas últimas décadas do século XX, a promoção de um “novo” processo de reprodução do capital: o neoliberalismo, este com uma nova roupagem em seu sistema ideológico e político de dominação fortalecendo os processos de privatização do Estado, com a “desmontagem do setor produtivo estatal”, e a desregulamentação das conquistas trabalhistas.

Tanto a precarização da força de trabalho através da contratação de agentes temporários, quanto à precarização das condições de trabalho dos servidores efetivos dos militares estaduais, coincide com a constatação de Nogueira (2004), onde Estado e mercado permeiam-se e repelem-se o tempo todo. Resultado desse processo tem sido o fortalecimento do mercado, que tem se livrado das regulações do Estado, exercendo tanto sobre a sociedade como também sobre os governos uma ação conjunta tanto de cerco como de sufocamento, e a consequência imediata deste fortalecimento do mercado é o enfraquecimento do Estado e a minimização de suas instituições (NOGUEIRA, 2004, p.125).

2.4 A profissão policial militar como fator de risco ao trabalhador

Os dados apresentados sobre a situação do policial frente ao que a sociedade pensa sobre sua profissão, a sua reflexão sobre seu trabalho cotidiano, estão de forma mais abrangente sendo estudados em tempos de exacerbação da violência em seus aspectos mais cruéis. Os noticiários estão repletos de informações sobre violência e criminalidade. A mídia tem trabalhado fortemente na divulgação de imagens violentas e não raramente, os policiais são o alvo predileto, pois, estão na linha de frente da maioria das ocorrências vultosas e essa exposição gera imagens positivas, mas muito frequentemente ações policiais são julgadas pelos espectadores a partir das imagens e dos comentários dos encarregados de produzir a notícia, que nem sempre são positivos.

Em pesquisa realizada no ano de 2000, com policiais militares do Rio Grande Do Sul, Amador, destaca que os participantes indicaram que a falta de reconhecimento da sociedade é percebida como uma forma de agressão e de desvalorização e é relacionada a uma perda de estímulo à realização do trabalho de rua. Os policiais manifestaram também se sentirem perdidos e confusos no desempenho de suas atividades, uma vez que “desejam fazer alguma

coisa e não conseguem” e não sabem o que fazer com o conhecimento adquirido em formação e treinamento. (Amador, 2000, p. 107).

Sobre essa análise da sociedade na pesquisa da SENASP é apontado que 61,1% dos profissionais da segurança pública, no Brasil, sentem-se discriminados pelas funções que exercem, evidenciando que os policiais brasileiros e demais profissionais da área não apenas entendem que não são distinguidos pelas funções que desempenham, mas também – muito pior – percebem suas respectivas missões como fonte de exclusão ou desrespeito por parte do público.

As autoras Minayo e Souza (2005) ao caracterizarem Segurança Pública em sua pesquisa sobre os riscos na profissão Policial Militar indicam que “Embora seu conceito seja muito mais complexo do que o de policiamento, a segurança é transformada em mandato à instituição policial, de tal forma que a produção e a manutenção da ordem constituem a essência de sua missão e de seu processo de trabalho.” Não entrando no contexto de forma mais aprofundada, é possível perceber que as autoras vão além na dissecação do termo técnico e utilizam o termo para designar um vínculo entre a prestação do serviço que vai além das formalidades, mistura-se o sacerdócio do trabalho policial ao termo formal de Segurança Pública.

Essa condição de risco elevado na profissão que é enormemente sentida pelos profissionais e que nem sempre fica evidenciada em números pela mídia ou até mesmo pela sociedade, em parte pelo desinteresse das instituições em divulgar esses números pois traduzem juntamente com suas expressões numéricas, o risco profissional identificado por Minayo e Souza em sua pesquisa sobre a polícia militar do Rio de Janeiro, onde são processados dados sobre a violência contra os policiais militares e “apresentam taxas de mortalidade por violência 3.65 vezes maiores do que a da população masculina da cidade do Rio de Janeiro e 7.2 vezes a da população geral da cidade. Comparando-se com o Brasil, as taxas são 7,17 vezes as da população masculina e 13.34 vezes as da população geral”(2005).

As autoras escrevem ainda para analisar a pesquisa que,

Seja no sentido de perigo ou de escolha, o conceito de risco desempenha um papel estruturante das condições laborais, ambientais e relacionais para esse grupo social, uma vez que seus corpos estão permanentemente expostos e seus espíritos não

descansam (Gomes et al., 2003). Eles vivem o que Giddens (2002) denomina de "risco de alta consequência". O exercício do trabalho de elevado risco se comprova pelas taxas de mortalidade e de morbidade por agressões de que são vítimas, dentro e fora das corporações, taxas essas muito mais elevadas que as da população em geral. Minayo e Souza (2005)

Ao abordar a questão do trabalho policial na sociedade FRAGA (2006), destaca que este é constituído por um limite que o diferencia: o direito à vida: A vida situa-se como limite, seja pelo risco de vida a que se sentem submetidos os policiais, civis e militares, nos campos e cidades brasileiras, devido ao aumento dos conflitos sociais-agrícolas e à criminalidade urbana violenta; seja pela ameaça à vida, ou no limite da norma social, exercendo um poder de modo próximo ao excesso. É no limite do direito à vida, descrito por Santos (1997), que, não raras vezes, o policial a perde (uma tênue linha que precisa ser equilibrada no seu poder de repreender, de coibir, de orientar e de prevenir que caracteriza a vida cotidiana do policial).

Levando em conta a pesquisa realizada por Poncioni (2003) a qual na busca da identidade profissional do policial militar do Rio de Janeiro, é possível identificar que:

(...) a atividade policial é exercida por um grupo social específico, que compartilha um sentimento de pertencimento e identificação com sua atividade, partilhando idéias, valores e crenças comuns baseados numa concepção do que é ser policial. Considera-se, ainda, a polícia como uma "profissão" pelos conhecimentos produzidos por este grupo ocupacional sobre o trabalho policial – o conjunto de atividades atribuídas pelo Estado à organização policial para a aplicação da lei e a manutenção da ordem pública –, como também os meios utilizados por este grupo ocupacional para validar o trabalho da polícia como "profissão".

A amplitude das atividades desenvolvidas pelos policiais militares, no entanto, está longe de ser descrita por qualquer manual pois o cotidiano indica inúmeros conflitos que exigirão a intervenção do profissional de segurança pública e apresentam-se como novidades. "Cada ocorrência carrega em si, alguma novidade", esse é um jargão utilizado pelos policiais e indica o quão desafiador é o trabalho desses profissionais. As leis, normas de conduta, regras de trânsito e outros manuais devem ser observados e cumpridos, todavia nem sempre reservam solução para os casos que se apresentam ao trabalhador no cotidiano.

Corroborando com isso, Monjardet (2003) escreve:

Os ingredientes novos dos quais são constituídas as situações de trabalho do policial exigem, além do aparato jurídico-legal, sensatez, iniciativa e capacidade de negociação nas situações adversas. É no cotidiano de trabalho com a comunidade, portanto, com os seus interesses e sua seleção, que se determina a definição, a organização e a análise de onde e como o policial pode e/ou deve atuar.

2.5 A relação formal de trabalho com o empregador

Atualmente, a situação dos praças, categoria de trabalhadores que está sendo analisada de forma mais direta neste trabalho, é de permanecerem como militares estaduais, com as instituições militares estaduais sob fiscalização da Inspeção Geral das Polícias Militares, órgão da estrutura do Exército Brasileiro. A condição de militares estaduais se deve a Emenda Constitucional nº 18, aprovada em 05 de fevereiro de 1998 no Congresso Nacional, pois deixaram de ser tratados como servidores públicos militares e passaram à condição de militares estaduais. A mudança decorreu, em parte, das mobilizações ocorridas em diversos estados brasileiros, promovidas por policiais militares que reivindicavam melhorias salariais e de carreira provocando os governadores e os comandos das forças armadas a promoverem as mudanças no sentido de aumentar o controle sobre os efetivos das forças policiais militares estaduais. A mudança constitucional criou obstáculos às possibilidades legais de mobilização e buscou neutralizar a crescente onda de mobilização dos trabalhadores de segurança pública na condição de sujeitos de direitos trabalhistas, colocando-os na condição de militares, categoria de trabalhadores que goza de poucos direitos trabalhistas historicamente.

Na busca da compreensão da profissão policial militar, muitas perguntas surgem, dentre elas o motivo de tais profissionais estarem na profissão, sob tantos riscos e dificuldades. Em parte a pergunta é respondida tomando como base os números apresentados pela pesquisa realizada na Polícia Militar baiana que busca indicar qual a importância do trabalho na vida dos policiais baianos. No que diz respeito à centralidade absoluta do trabalho, dentre outros dados, aparecem números significativos onde “80,7% trata o trabalho policial como uma das coisas mais importantes de sua vida, 12,8% tratam-no como de média importância, e apenas 2,8% consideram o trabalho como uma das coisas menos importantes de sua vida. (SANTOS, 2006: p.106)

Buscando situar o tipo de atividade que a polícia militar desenvolve no trabalho NOGUEIRA (2005, p. 97) refere-se da seguinte forma ao trabalho:

Outra característica importante desse setor é a relação entre a oferta do serviço e a demanda pelos usuários, no caso da polícia, pelos cidadãos. Aqui, segundo Offe (1991, p. 49) observa-se uma sobrecarga sistemática, pois só seria possível minimizar tais condições se fosse possível prever os problemas para que se pudesse equacionar os serviços, o que se mostra, freqüentemente, de difícil realização. Assim, enquanto a instituição policial, órgão do Estado, trabalha com a idéia de controle dos índices de violência, índices toleráveis de violência, o policial militar trabalha com outra lógica: a ele compete o combate diário da violência, sua eliminação, pelo menos em sua área de atuação, pois ele se envolve diretamente nos conflitos, ele se arrisca, cada vez que eles ocorrem.

A controvertida situação dos trabalhadores militares no que diz respeito ao tipo de relação de trabalho é refletida também quando LIMA (2007) escreve sobre a instituição mais adequada para realizar a tarefa de Segurança Pública, se militar ou civil,

Entendemos que a função da polícia é essencialmente civil e não militar, que deve ser civilmente controlada, e suas atribuições de atuar nos conflitos existentes na sociedade devem ter como pressuposto a garantia de segurança da população: não há inimigos a serem combatidos, há crimes e delitos que precisam ser prevenidos e controlados, e isto envolve muito mais que uma ação repressiva, pois compreende um conjunto articulado de setores e segmentos da sociedade atuando para um melhor viver coletivo.

Nesse mesmo sentido, (Santos, *apud* Lima, 2007) reflete que “ É diante destas questões que algumas pistas nos parecem vir do processo de construção de um projeto alternativo de segurança pública que não se pautem na militarização e armamento das ações policiais”, ou ainda as manifestações da sociedade na 1ª CONSEG¹⁵, que dentre outras demandas levantadas naquele espaço, apontou indicativos pela desmilitarização das polícias¹⁶ como mecanismo de melhoria das instituições no seu principal mister, que é a preservação da ordem pública.

¹⁵ 1ª CONSEG (Conferência Nacional de Segurança Pública) Espaço de discussão que envolveu entidades da sociedade civil, autoridades ligadas à segurança pública, trabalhadores da segurança pública, representantes das 27 Unidades da Federação para debater o tema e dali foram extraídos 10 princípios e 40 diretrizes que nortearão as ações na área em todo território brasileiro. (www.conseg.gov.br)

¹⁶ A diretriz nº 12 indica: “Realizar a transição da segurança pública para atividade eminentemente civil; desmilitarizar as polícias; desvincular a polícia e corpos de bombeiros das forças armadas; rever regulamentos e procedimentos disciplinares; garantir livre associação sindical, direito de greve e filiação político-partidária; criar código de ética único, respeitando a hierarquia, a disciplina e os direitos humanos; submeter irregularidades dos profissionais militares à justiça comum”.

Complementando e também refletindo a condição de militares na realização da atividade de segurança pública, Zaverucha, apud Lima, 2007 escreve:

Lembramos então que há uma incompatibilidade entre militarização da segurança pública e aprofundamento da democracia, pois são os regimes autoritários que tratam de militarizar conflitos de natureza social, ou seja, transformam questões de segurança pública em assuntos de segurança nacional.

A desmilitarização ou a construção de um novo modelo de polícia, indicada na 1ª CONSEG, poderá influenciar na construção de uma sociedade onde a cultura dos profissionais fosse respeitada em todos os seus aspectos, sejam emocionais, pessoais, familiares e de profissão. Essas influências, no tocante ao profissional devolveriam ao profissional militar de segurança pública “(...) a “cabeça” e o “coração” que foram excluídos da sua formação policial. É necessário torná-los plenamente humanos, onde, a partir daí, o “agir” será uma dimensão humana”. (CONSUL, FRAGA, SPANIOL, 2002. p.15) ou ainda, valendo-se das palavras LIMA (2007), indicando que “a política de segurança pública no Brasil sempre enfocou as necessidades materiais, de reequipamento das polícias, deixando em segundo plano a dimensão humana dos policiais, e como já dizia Mounier (1964), analisando a sociedade: “a mais racional estrutura econômica, se estabelecida com desprezo das exigências fundamentais da pessoa, trás dentro de si a sua própria ruína”.

A análise que é possível fazer sobre o trabalho policial utilizando-se dos elementos que foram coletados nos remete a compreender que o trabalhador policial, formalmente vinculado ao Estado, seu empregador, na condição de militar estadual, é um servidor público que produz um serviço à sociedade, a segurança. O serviço produzido pelo trabalhador da segurança, embora não seja possível de ser mensurado quantitativamente tem a sua raiz de ser na questão da mais-valia¹⁷. Mesmo não sendo um trabalhador industrial, categoria na qual a mais-valia torna-se mais fácil de ser caracterizada e devidamente organizada. O trabalhador de segurança produz a mais-valia indiretamente ao servir de mecanismo para que o Estado arrecade os impostos da grande indústria, das pessoas físicas, dos comerciantes e outros segmentos sociais e de

¹⁷ Karl Marx chama a atenção para o fato de que os capitalistas, uma vez pago o salário de mercado pelo uso da força de trabalho, podem lançar mão de duas estratégias para ampliar sua taxa de lucro: estender a duração da jornada de trabalho mantendo o salário constante - o que ele chama de mais-valia absoluta; ou ampliar a produtividade física do trabalho pela via da mecanização - o que ele chama de mais-valia relativa. (MARX, 1971)

mercado. A arrecadação de impostos, nada mais é do que a mais-valia e que de alguma forma precisa ser repassada ao Estado para que este garanta a ordem pública, e assim o processo de reprodução da mais-valia se repete.

2.6 Ampliando o olhar sobre a segurança pública

As instituições de segurança do estado, nesse caso a Polícia Militar, têm missões constitucionais bem claras, devidamente explicitadas em nossa carta magna e que servem ao aparato montado pelo capital, modelo adotado pelo estado brasileiro para gerenciar a sua economia, mantendo-se dentro da lógica mundial vigente nas grandes economias mundiais. Esse capital pode ser simbolizado em nosso país por grandes multinacionais, indústrias diversas que foram públicas e hoje são privadas, o próprio capital financeiro nacional e internacional recente modalidade de multiplicação do capital mundial.

As transformações que o capitalismo vem se submetendo ao longo das décadas, buscando a sua sobrevivência e avanço mundial precisam de uma aparato legal para se instalar, aí entram os policiais, gente do povo, assalariados do estado, trabalhadores de segurança, ou, como quer a emenda constitucional n° 18, de 1998, militares estaduais, como garantia de que o Estado possa conter os descontentes e legitimar as mudanças necessárias ao capital. No caso da polícia militar a denominação para o serviço acima descrito é a missão constitucionalmente prevista, ou seja, “polícia ostensiva e preservação da ordem pública”, anteriormente descrita por nós.

Esse conjunto de informações fica mais facilmente compreendido se observarmos o que diz SOARES (2004, p. 1).

Toda forma de estado é uma forma de regulação e de controle social. Toda forma de estado já existente foi criada pela classe dominante para ser gerenciado segundo os interesses da classe dominante. Daí a expressão que na sociedade capitalista “o estado é o aparelho ideológico da burguesia”. Ou seja, a burguesia¹⁸ organiza o estado segundo suas necessidades de controlar a vida de toda a sociedade. Controlar e disciplinar a produção de mercadorias (riquezas), a circulação e distribuição

¹⁸ Por burguesia entende-se a classe dos capitalistas modernos, que são proprietários dos meios de produção social e empregam trabalho assalariado. Por proletariado, a classe dos trabalhadores assalariados modernos, que, não tendo meios de produção próprios, são obrigados a vender sua força de trabalho para sobreviver. (MARX, ENGELS, 1848)

dessas mercadorias. Necessidade de controlar a vida social para que sua forma de organização não sofra interrupções prejudiciais à sua perpetuação. Ou seja, a burguesia cria, através do estado, toda a rede de instituições necessárias ao controle da sociedade, para que sua forma típica de exploração não seja subvertida pela(s) classe(s) explorada(s).

Buscando essas informações, fica de certa forma fácil compreender qual o tipo de relação que os trabalhadores de segurança, como já foi escrito acima, gente do povo, humildes, assalariados, mantém com o Estado. A relação de trabalho da categoria precisa ser mantida de forma rígida e inegociável do ponto de vista da missão a ser cumprida pelo trabalhador e o Estado, através de suas instituições acaba exercendo o seu papel coercitivo contra o trabalhador pela hierarquia e disciplina militar.

Ao aplicar rigidamente sobre os trabalhadores os conceitos de hierarquia e disciplina as instituições conseguem controlar os seus efetivos, limitando o seu acesso às informações, ao progresso das ciências, às novas tecnologias, ao estudo e até mesmo ao lazer. As formas de controle vão desde um salário baixo que inviabiliza a libertação do trabalhador, que permanece seu tempo disponível em função de outras atividades, os famosos bicos¹⁹ ou mesmo de horas extras para compensar as defasagens de salário. Essa escassez de tempo disponível ou tempo livre, remete o trabalhador a uma rotina que não propicia o crescimento intelectual, dificulta as suas relações sociais com outras categorias de trabalhadores e faz com que suas horas de lazer sejam limitadas à família e/ou mecanismos de reprodução da ideologia vigente como, a televisão.

Os aparatos estatais para controle da ordem são exercitados pelo trabalhador de segurança contra outros grupos de trabalhadores muitas vezes de forma inconsciente, mecânica, através da estrutura institucional de formação e treinamento, e que não refletem, por vezes, a aspiração interior do trabalhador de segurança, que seria dialogar e compreender as reivindicações e necessidades daqueles contra os quais está exercendo o poder coercitivo. Essa visão não é única e exclusiva do policial militar, pois outros pesquisadores já percebem o alcance dessas situações, dentre eles podemos citar Pinheiro (1997) quando escreve que a percepção das elites de que os pobres são

¹⁹ Atividade extra realizada por muitos militares em suas horas de folga para complementar sua renda e bastante valorizada pela impossibilidade de vínculo empregatício, baixo custo e também pelo reflexo psicológico amedrontador que o policial provoca, inibindo os virtuais praticantes de delitos a agirem no local onde ele (policial) exerce o “bico”.

perigosos é reforçada pelo sistema judiciário que acusa e pune apenas os crimes praticados pelos indivíduos das classes mais baixas, enquanto os crimes praticados pelas elites ficam sem punição.

SOARES (2004: p. 2) descreve dessa forma

A polícia é o braço armado da classe dominante. Todo estado até hoje existente, em qualquer período histórico, precisou de uma força (ou de forças) de contenção dos explorados. As forças armadas, que deveriam servir para a defesa do território, da soberania e da nação, muitas vezes também têm servido de agentes de repressão das classes oprimidas do próprio país, sobretudo nos países subdesenvolvidos da sociedade capitalista. A própria polícia é apresentada à sociedade como um instrumento de realização da justiça, como um devotado guardião da lei, argumento que até embala nossos²⁰ sonhos de defensores do bem. Numa ideologia que, ao invés de dividir os homens e as classes entre exploradores e explorados, opressores e oprimidos, divide entre o bem e o mal, é muito útil que nós policiais e demais agentes do estado sejamos convencidos de que defendemos o bem contra o mal. Aí, inventamos até poesias, falando da nossa bravura para fazer prosperar o bem. Agarramos-nos com algumas leis e, sob seu manto, descemos o cacete em miseráveis e nos movimentos sociais organizados (...) Os crimes praticados contra a constituição, contra a declaração universal dos direitos humanos não estão em nossa alçada.

O trabalhador de segurança, que desenvolve um trabalho útil, necessário à sociedade, é considerado uma categoria social na ordem social vigente e embora os direitos e deveres desses trabalhadores sejam suplantados pelos interesses da classe dominante e pelo Estado, são evidentes esses direitos e de grande importância para a sociedade como um todo. Os anseios da categoria apresentados em inúmeras oportunidades em de diversas formas carecem de uma maior atenção dos detentores do poder pois, de alguma forma estão ligados à própria manutenção do Estado e da sociedade como um todo. A falta de uma identificação correta das demandas desses trabalhadores, de políticas públicas de longo prazo, podem resultar no caos, pois a apropriação do aparelho de segurança via trabalhadores, retirando-os da função social, de trabalhadores sociais que são, pode representar a perda de um direito social importantíssimo, que embora esteja sendo prestado de forma direcionada historicamente, requer grande preocupação das autoridades estatais.

²⁰ Amauri SOARES, é policial militar de Santa Catarina, atualmente na reserva remunerada, pois exerce o mandato de Deputado Estadual em Santa Catarina até 2010, é cientista político formado na Universidade Federal de Santa Catarina.

Não raramente o trabalhador de segurança ao buscar informar-se sobre os motivos das manifestações que ele reprimiu, descobre que as demandas eram justas e serviriam ao próprio instrumento de repressão, nesse caso o militar estadual, futuramente. Mas essa reflexão nem sempre, ou dificilmente é propiciada pois poderia influir nas decisões do militar em atuar ou não atuar quando fosse instado a fazê-lo, pois conforme LIMA (2007) um aspecto relevante é pensar que, no Brasil, onde há democracia sem cidadania, tradicionalmente a questão social foi tratada como “caso de polícia” e os excluídos do trabalho, de moradia, de saúde, de educação e de outros direitos constituíram-se as “classes” perigosas, foco da repressão policial. E segue, citando Pinheiro (1997) que alerta que a percepção das elites de que os pobres são perigosos é reforçada pelo sistema judiciário que acusa e pune apenas os crimes praticados pelos indivíduos das classes mais baixas, enquanto os crimes praticados pelas elites ficam sem punição.

Em nome da democracia estatal, as forças repressivas são utilizadas contra os demais trabalhadores visando garantir o estado mínimo, burocratizado, elitizado e extremamente recompensador para os proprietários dos meios de produção, que por sua vez, mantém o Estado com altos impostos e privilégios repassados através de políticas compensatórias que só servem a alguns. Essa subordinação do estado ao capital reflete-se nas instituições encarregadas de manter a ordem pública na medida em que as promoções aos altos escalões são feitas de forma política, o acesso aos cargos de maior relevância são direcionados aos que cumprem o seu papel de subserviência sem contestação, garantindo assim a perpetuação ideológica nas instituições estatais. Essa necessidade gerada em relação às polícias é refletida por SOARES (2004, p. 4-5),

(...)Todas as instituições, da igreja aos meios de comunicação, são importantes para o controle ideológico da sociedade, mas, em determinados movimentos isso pode ser insuficiente, pode surgir grupos de pessoas, categorias de assalariados, movimentos sociais, partidos políticos ou até mesmo a classe inteira (aglutinada em centrais sindicais) que saiam do controle ideológico da burguesia, rompam a mansidão de gado do trabalho cotidiano e resolvam se insurgir contra os patrões e as instituições estatais da burguesia. Aí não bastam o convencimento, não bastam os intelectuais orgânicos sempre afinados com o discurso dominante, é preciso força. É, sobretudo, por isso que as instituições policiais existem: mapear, investigar, espionar e reprimir a massa explorada e oprimida toda vez que esta representar uma ameaça ou um prejuízo para a classe dominante.

A descrição aqui feita visa trazer um panorama sobre a atividade do policial militar e aproximar o leitor do trabalho desenvolvido por esses profissionais da segurança pública, aproximação esta que se aprofundará ao conhecermos a forma como os trabalhadores se organizam para reivindicar seus direitos ou construir tais direitos, os quais não encontram reflexo na legislação brasileira em sua plenitude.

No próximo capítulo buscaremos conhecer a Associação de Praças do Estado de Santa Catarina, entidade que tem como associados os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina, mas que em virtude da proibição legal de sindicalização dos militares estaduais²¹, acaba atuando como representante dos trabalhadores nos aspectos ligados à construção e/ou manutenção dos direitos dos trabalhadores praças.

3. APRASC – SINÔNIMO DE ORGANIZAÇÃO DOS TRABALHADORES NA SEGURANÇA PÚBLICA

Aqui buscaremos descrever a trajetória de organização dos trabalhadores da segurança pública, dando ênfase aos praças, pela identificação do acadêmico com a categoria, seu engajamento na construção da história da entidade que os representa, a APRASC, e por serem os praças a categoria com maior número de trabalhadores dentre os componentes do sistema de segurança pública estadual.

3.1 Antecedentes do ano anterior à criação da APRASC

A construção da APRASC deu-se por uma necessidade dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, os quais não se sentiam contemplados com a representação que a categoria tinha então, exercida única e exclusivamente por associações não identificadas com a mobilização e a luta em prol da categoria, com uma representatividade fraca frente aos desafios

²¹ As previsões sobre a proibição de manifestações dos trabalhadores podem ser encontradas no artigo 45 da Lei 6218/83 (Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina) que prevê que “são proibidas quaisquer manifestações coletivas, tanto sobre atos de superiores quanto as de caráter reivindicatório ou político.”, ou ainda artigo 31, § 7º, da Constituição Estadual e artigo 142, § 3º, IV da Constituição Federal que estabelece que “são proibidas a sindicalização e a greve” aos militares, além da previsão no regulamento disciplinar em diversos dos seus artigos (decreto lei nº 12.112), além de todas as condutas tipificadas como crime no Código Penal Militar, que preserva dentre outras penas a de morte em caso de guerra, mostrando todo o conservadorismo contido.

que os sucessivos governos impunham à categoria, insistindo em criar um fosso de desigualdade entre oficiais e praças, principalmente na questão salarial.

A rigor, as entidades de nível estadual que existiam até então, a Associação de Sub Tenentes e Sargentos (ASSESC) e o Centro Social de Cabos e Soldados (CSCS), eram entidades criadas e regidas sob a égide dos regulamentos militares, e o seu exercício, via de regra, seguia os conceitos dos “círculos militares” existentes nas Forças Armadas, separando cabos e soldados de subtenentes e sargentos, e funcionando como espaço de recreação, de conagração e como clube social. Não era raro as assembleias serem precedidas de ofício ao comandante das instituições militares, solicitando permissão para a realização do evento, convidando o comandante para participar na condição de presidente de honra dos trabalhos. Embora isso não tenha sido uma regra nos últimos vinte anos, sua ocorrência também não provocava estranhamento, visto que quase todos consideravam “normal”, ou estavam acostumados com esta situação.

Tal forma de organização, evidente, escondia um conceito cheio de significados. Não se pode afirmar que havia autonomia das entidades supostamente representativas dos praças com relação aos comandantes, constitucionalmente nomeados pelos governadores, e isso fazia toda a diferença. Com essa forma, as entidades jamais poderiam atuar conforme a vontade soberana da categoria, pois o imperativo de aceitar a supremacia do comandante sobre a vontade dos praças, através da diretoria das entidades, impossibilitava o encaminhamento das demandas segundo os anseios e as necessidades dos praças. As entidades existentes até 2001 eram, portanto, organismos que não conseguiriam, mesmo querendo, sobrepor-se às imposições vindas da estrutura de comando.

Até mesmo nos momentos de levantamento espontâneo dos praças, recorrentes desde pelo menos 1992, as entidades viam-se presas a uma estrutura organizativa incapaz de levar adiante os encaminhamentos tidos como necessários pela maioria. E, no período de 1992 até o final daquela década, houve movimentos dos praças, sempre ocorridos quando de decisões governamentais que provocavam revoltas no interior dos quartéis, revoltas estas sempre relacionadas ao tratamento salarial diferenciado entre oficiais e praças.

Por sua vez, os oficiais sempre entenderam que o salário que recebem é inferior à sua formação voltada para exercer a função de administração e comando da instituição, ou seja, entendem que recebem muito pouco para a quantidade de serviço que realizam. Esse sentimento dos oficiais relaciona-se não só com o valor real do salário em termos de poder aquisitivo, mas também e de forma muito simbólica com a proporção do seu salário com relação ao salário dos praças, especialmente dos praças de maior graduação e de maior tempo de serviço, que, recebendo hora extra e adicional noturno desde 1995 (Lei Complementar

137/95) em alguns casos chegavam ter remuneração superior aos primeiros postos do oficialato, jovens tenentes, com pouco tempo de serviço. Manter uma diferença salarial tão baixa, como eles julgavam que estava, era algo inconcebível e desta forma havia, sob a ótica dos oficiais, a necessidade de restabelecer a justiça salarial. Também requeriam os oficiais que houvesse equiparação entre os seus salários e os salários dos delegados da Polícia Civil, direito que continuam almejando.

Os praças sempre consideram que recebem salário inferior ao necessário para manter a dignidade de suas famílias, e não foram raras as manifestações, individuais ou coletivas, geralmente espontâneas, quando não desesperadas, para demonstrar a situação calamitosa. Muitos praças ainda hoje não possuem casa própria, quase todos moram em bairros pobres, mesmo em favelas, por vezes regiões conflagradas pelo tráfico de drogas e por alto índice de criminalidade. O sentimento de indignação tem sido uma constante ao longo dos anos e das décadas.

Oficiais e praças compartilham, desta forma, de um mesmo ideal, o de ter uma remuneração maior. Esse sentimento comum, no entanto, não constrói demandas comuns, pois, via de regra, os oficiais entendem que requerer maior salário apenas para eles, que são um grupo relativamente pequeno (cerca de mil em todo o Estado), é mais eficiente do que colocar na pauta a demanda de todos os militares estaduais, cujo efetivo, considerando ativos e aposentados (reserva remunerada e reformados), chega a aproximadamente 18 mil servidores. Além disso, conforme exposto acima, entendem que sua autoridade está relacionada à diferença de salário entre a última graduação dos praças (subtenentes) e o primeiro posto dos oficiais (2º tenentes). A luta comum por maior remuneração, fica, portanto, somente em palavras, pois os interesses são totalmente distintos e controversos.

O movimento reivindicatório ocorrido no ano de 2000, e seus resultados, foram pedagógicos para tornar clara a situação colocada acima e a necessidade que os praças tinham de constituir uma entidade que os unificasse e que pudesse constituir suas pautas de reivindicação e seus encaminhamentos de forma autônoma. Até este período, é possível que ninguém fizesse a avaliação da situação da forma exposta acima, no que tange a impossibilidades das entidades até então existentes darem conta do enorme desafio de representar com legitimidade e autonomia a maioria dos militares, que são os praças.

Ao relatarmos aquele movimento, fazemos por sua importância para os acontecimentos posteriores. Desde o começo do ano 2000, os oficiais vinham se mobilizando para auferirem a tão sonhada equiparação salarial com os delegados. Para realizar essa mobilização, no ano anterior haviam criado a Associação Capital Osmar Romão da Silva (ACORS) entendendo que o Clube Barriga Verde dos Oficiais, organizado nos moldes filosóficos de círculo militar, não

conseguiria sobressair-se à subordinação ao comandante geral, como sempre, nomeado pelo governador e fiel representante deste no interior da instituição.

A criação da ACORS, protagonizada por jovens oficiais, quase todos os capitães e tenentes à época, possibilitou ao oficialato uma voz soberana, autônoma com relação ao comando. Atividades mais pontuais ou mais coletivas, de contestação, começaram a despontar. Ainda no primeiro semestre do ano 2000, definiram como forma de manifestar seu descontentamento, o uso de uma fita preta, amarrada no punho, mesmo nos horários de serviço, e até mesmo nas solenidades militares. Depois disso, pensaram uma ação, que deveria ser bombástica: entregar a espada ao governador, como forma simbólica de manifestar o desprestígio que julgavam estar sofrendo. Apenas uma espada, símbolo do poder dos oficiais, foi entregue ao governador Esperidião Amim em uma reunião, e a versão divulgada pela imprensa foi de que os oficiais haviam homenageado o governador.

Depois do mês de outubro daquele ano, por uma discordância pontual do presidente da Associação de Sub Tenentes e Sargentos (ASSESC), sargento Mafioleti, com a prefeita da capital, Ângela Amim, esposa do governador, estavam dadas as condições para a unidade, mesmo que superficial, entre oficiais e praças. O Centro Social de Cabos e Soldados (CSCS), presidido pelo cabo Dilmo, acabou sendo “convencido” a participar. Além destas entidades, os oficiais articulados em torno da ACORS, conseguiram estabelecer linhas consensuais para a adesão da Federação Catarinense dos Policiais Civis (FECAPOC). Ainda houve a participação de mais algumas entidades, de policiais civis e de policiais e bombeiros militares.

Assim, praças, oficiais e policiais civis uniram-se em torno da Federação dos Policiais de Santa Catarina (FEPOL/SC) e arregimentaram significativa quantidade de lideranças das respectivas instituições, as quais percorreram todo o Estado de Santa Catarina, mobilizaram suas bases e, com isso, obtiveram êxito relativo, realizando talvez a maior manifestação conjunta das categorias que se tinha notícia até então, no dia 8 de dezembro de 2000. Não se sabia de outro movimento tão expressivo que tivesse propiciado a união das categorias em torno de um mesmo objetivo, a correção das injustiças salariais na caserna. No mesmo dia 8 de dezembro, antes da manifestação, foi realizada uma assembléia geral unificada, na capital, onde foi deliberado, por unanimidade, começar uma paralisação das atividades de polícia e de bombeiros na manhã do dia 13 de dezembro.

No entanto, essa paralisação não houve na maioria das cidades do Estado, pois os oficiais, que na prática eram a direção real de todo aquele movimento, receberam uma proposta do governo, solicitada que foi pelo comandante geral de então, coronel Valmor Backes. A

proposta consistia em 2,5 soldos²², e mesmo que a exposição de motivos do comandante geral tenha sido assinada no dia 30 de novembro, já sendo de conhecimento pleno dos participantes do movimento no dia 8 de dezembro, data a assembléia, as deliberações foram tomadas, pois os oficiais garantiam, de público, que não aceitariam tal proposta que discriminava a maioria, e que continuariam lutando pela pauta de todos os demais sub-grupos.

A realidade, no entanto, foi mais cruel que as manifestações emocionadas da assembléia. Mesmo que alguns diretores da ACORS tenham continuado a dizer que não aceitavam tal proposta, a maioria dos oficiais aceitou, e refluíu do movimento. No dia 13 de dezembro, apenas o 1º Batalhão da Polícia Militar, situado em Itajaí, entrou efetivamente no movimento de paralisação, nos moldes definido pela assembléia do dia 8. Na capital, oficiais que até o início daquele mês incitavam os praças a participar do movimento, no dia 13 e nos seguintes, apareciam com uma prancheta, anotando o nome dos praças que argumentavam que queriam ficar no interior dos quartéis, e não deslocar para as atividades normais de policiamento. Muito embora a torre de comunicação da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros da capital tenha sido sabotada, ficando a segurança pública de toda a Grande Florianópolis sem comunicação de rádio, o movimento real, como estava planejado, não aconteceu.

A mobilização em Itajaí resistiu bravamente por mais de 48 horas, num aquartelamento garantido exclusivamente por praças. Foram convencidos a abandonar o movimento, mediante o argumento de que nada mais poderiam fazer sozinhos. Mais de cem praças daquele batalhão foram punidos, transferidos, humilhados, justamente por terem realizado com êxito uma tática que fora sugerida e deliberada em uma assembléia onde os oficiais eram os dirigentes.

Ainda para auferir o desfecho cínico daquele movimento, os comandantes de batalhão assinaram um documento, garantindo que, no momento se comprometiam a garantir a normalidade do serviço, mas que, se até o mês de março do ano seguinte (2001) o governo não desse encaminhamento adequado a todas as demandas, eles próprios estariam à frente do movimento.

Os dirigentes dos praças no movimento de novembro/dezembro de 2000 foram vencidos em seus argumentos e viram os oficiais receber do Sr. Esperidião Amin Elou Filho,

²² O soldo é a base da remuneração do militar, sendo que ao soldo são incorporadas outras gratificações no decorrer da carreira. Na época da concessão da gratificação de 2,5 soldos aos oficiais e nenhuma vantagem aos praças, o soldo equivalia a 14,7% do salário total do militar, sendo assim, 2,5 soldos equivalia a um aumento de 36,9% para os oficiais, ou R\$ 1.200,00 (um mil e duzentos reais) para os 2º tenentes, até pouco mais de R\$ 1.700,00 (um mil e setecentos reais) para os coronéis.

governador do estado, durante a operação veraneio de 2000/2001 o equivalente a 2,5 soldos mensais a título de ‘indenização’. Esse fato, que muito revoltou os praças e as outras categorias, no entanto, sem poder real de mobilizar a categoria, e também sem determinação para isso, dado o caráter não autônomo das entidades, as lideranças das associações de praças acabaram se conformando com o encaminhamento dado pelos oficiais. O movimento deveria ser retomado em março de 2001.

Mas o mês de março chegou, o governador reeditou a gratificação de 2,5 soldos aos oficiais, e o movimento não conseguiu se reorganizar. Como registrado acima, as entidades dos praças eram incapazes de conduzir sozinhas qualquer movimento com a envergadura necessária ao desafio. Os comandantes dos batalhões nunca mais voltaram a falar do seu compromisso com os demais segmentos da segurança pública estadual. Um deles, coronel Eliésio Rodrigues, à época comandante do 4º Batalhão, na capital, é o comandante geral desde janeiro de 2007, e também nunca mais falou do assunto. Essa mácula ficou na consciência de cada praça: enquanto os oficiais ganharam um incremento salarial significativo, os praças que efetivamente fizeram o que havia sido deliberado foram punidos, humilhados, tiveram que responder inquéritos e processos administrativos.

3.2 A história da APRASC

Quem foram os protagonistas da Criação da APRASC?

O desenrolar dos acontecimentos do movimento de 2000, dirigido pelos oficiais, e suas conseqüências, deixaram os praças com o sentimento de abandono, e mesmo de traição por parte dos oficiais. Aqueles que institucionalmente, pela legislação, pelos costumes e pela tradição militar são os comandantes deixaram nos praças o sentimento de que só podem contar consigo mesmos para o encaminhamento de suas demandas. Na tradição militar, é comum entender-se que o bom comandante é aquele que não abandona seus comandados em nenhuma circunstância, especialmente nos momentos mais difíceis. As circunstâncias e o desfecho do movimento de 2000 foi uma pá de cal nesse sentimento dos praças, pois, somado a exemplos passados daquela mesma década, os praças perceberam ali que foram usados como massa de manobra para que os oficiais tivessem algum êxito nas reivindicações que estavam defendendo desde algum tempo.

Circunstâncias não diretamente ligadas a esse sentimento, mas tendo-o como pano de fundo, propiciaram o surgimento de um processo que viria a redundar na criação da APRASC. No mês de abril de 2001, uma divergência interna na Associação de Sub Tenentes e Sargentos (ASSESC), levou alguns de seus conselheiros a iniciar um movimento pela criação de uma

nova entidade, que deveria chamar-se APESC (Associação de Praças de Santa Catarina) (ver anexo A). O elemento novo seria a unificação dos cabos e soldados com os sub tenentes e sargentos em um único organismo organizativo, quebrando o conceito de círculo militar que separava esses dois sub grupos pela hierarquia.

Iniciado nas unidades militares contíguas ao 4º Batalhão em Florianópolis (Comando do Policiamento da Capital – CPC, 4º Batalhão, Oficina Mecânica, Centro de Operações Policiais Militares – COPOM, Diretoria de Apoio Logístico – DALF) o movimento cresceu com rapidez. Em duas semanas mais de setecentos praças dessas unidades e da Companhia de Policiamento de Guarda, da Trindade, assinaram um documento manifestando seu interesse em pertencer a uma associação que unisse todos os praças num mesmo organismo representativo.

No entanto, a idéia logo foi abandonada por falta de interesse efetivo de dar continuidade àquele sentimento generalizado dos praças. Os iniciadores daquele movimento vislumbravam mais uma situação de favorecimento pessoal do que uma idéia coletiva a ser construída. Nas primeiras reuniões, eram dezenas os praças que participavam, mas destacavam-se os sub tenente Bitencourt e Ivo Ramos, o então sargento Gilberto, os soldados Lino e Pereira, empolgados que estavam com a criação da nova entidade. O cabo Manoel João da Costa, que trabalhava no Hospital da Polícia Militar (HPM) foi convidado e começou a participar, chamando o sargento Soares, da Companhia de Guarda.

Mas as razões pessoais de parte do grupo de praças citados acima não correspondiam diretamente aos anseios legítimos dos praças. Alguns deles, que eram conselheiros da ASSESC, estavam agindo no sentido de contrapor uma posição específica do presidente da entidade, sargento Mafioletti, que acertara com o comandante do Comando do Policiamento da Capital (CPC), coronel Cabral, uma contribuição financeira da entidade para a promoção das olimpíadas das unidades subordinadas ao CPC (todas as unidades militares estaduais da Grande Florianópolis). No fundo, buscavam uma forma de retomar a diretoria da Associação dos Sub Tenentes e Sargentos nas eleições que seriam realizadas no mês de novembro daquele ano.

Em seguida à realização das primeiras reuniões do grupo que anunciava a determinação de criar uma nova entidade, o sub tenente Bitencourt foi transferido para a cidade de Tubarão, justamente porque opôs-se à proposta de financiamento das olimpíadas do CPC por parte da ASSESC, ele que era conselheiro nato, uma vez que fora presidente na metade da década de 1990. Ficaram os demais trabalhando pela criação da nova entidade, o que passava por reuniões quase ordinárias e semanais para a discussão de uma proposta de estatuto e de outros encaminhamentos necessários.

Mas os encaminhamentos para a construção da entidade que deveria ser chamada de APESC, unindo todos os praças foram perdendo força, e as reuniões, inexplicavelmente, persistiam em debater os problemas da ASSESC, o que fez muitos cabos e soldados, que eram maioria no início do processo, perder o estímulo em continuar participando das reuniões. Os interesses de alguns dos envolvidos no processo de construção se desvirtuaram e passaram a priorizar abertamente a ASSESC, em detrimento da nova entidade. Em parte, podia-se entender o interesse, pois a ASSESC tinha um patrimônio considerável, com status de entidade representativa há muito consolidado, embora não o fizesse a contento. Assumir a presidência do histórico Clube dos Sub Tenentes e Sargentos, significava conseguir esse status rapidamente, em um único processo eleitoral, que se avizinhava.

Querendo efetivamente dar continuidade ao movimento de criação da APESC, a entidade que deveria unir todos os praças, alguns dos participantes do movimento agiram no sentido de não parar de mobilizar a categoria para o objetivo, o que pode ser percebido no panfleto datado de 30 de maio de 2001, distribuído em algumas unidades, inclusive do interior do Estado, onde era descrita desta forma a criação da APESC:

“Está nascendo uma nova consciência - Você vai ouvir falar, nas próximas semanas, da criação da Associação de Praças do Estado de Santa Catarina (APESC). Melhor que isso é o fato que você pode participar desse momento histórico. Esse movimento começou em algumas unidades da Grande Florianópolis e está se deslocando para outras cidades. Já são mais de mil assinaturas de adesão à proposta de criarmos uma entidade de todos os Praças, que seja representativa dos nossos interesses, que sirva como entidade de classe, de defesa jurídica e de reivindicação de direitos. Só existe uma forma de alcançarmos nossos objetivos e não sermos enrolados: é nos organizando por nós mesmos, com autonomia e clareza dos caminhos a seguir. Não podemos esperar mais com os braços cruzados...”

O conteúdo do panfleto acima não expressa os acontecimentos das semanas subsequentes. Por fim, parte do grupo que restara, resolveu deixar claro que, naquele momento, deixariam a idéia de criar uma nova entidade, e focariam esforços no sentido de preparar mais o grupo de sub tenentes e sargentos para buscar êxito na eleição da ASSESC. Ficaram isolados, portanto, os cabos e soldados, bem como os sargentos que não tinham perspectiva de disputar a diretoria daquela já histórica entidade.

Por haver tomado um rumo diferente do esperado e não ser possível corrigir tal situação dois dos participantes do processo de criação da APESC, sargento Amauri Soares e cabo Manoel João da Costa, inconformados com a situação, tomaram iniciativa no sentido de recompor um grupo que deveria fazer o que, para eles, era tão necessário naquele momento: denunciar a discriminação salarial entre oficiais e praças, o descaso do governo com relação à maioria dos policiais e bombeiros militares, que eram os praças.

A intenção inicial não era formalizar uma entidade, e sim formar um grupo coeso, de absoluta confiança, que pudesse, de forma sigilosa, realizar as ações de denúncia das iniquidades internas à instituição militar estadual. A proposta de se criar a entidade só passou a ser discutida por este novo grupo quando já eram mais de vinte os participantes.

Os primeiros encontros

Entendendo que não era possível realizar os encontros de forma aberta para discutir os verdadeiros motivos da criação de uma entidade de organização dos praças, o Sargento Amauri Soares e o Cabo Manoel João da Costa passaram a convidar alguns companheiros de trabalho para as primeiras discussões. As reuniões aconteciam cercadas de sigilo. Havia grande cuidado em escolher o local da reunião assim como em falar ao telefone sobre o assunto a ser discutido. As pessoas convidadas eram escolhidas criteriosamente pois tinham que inspirar total confiança e não se intimidar com o fato de estarem participando de um grupo de ação política, uma organização que poderia ser tratada como atentatória contra a hierarquia e a disciplina, bases da instituição Polícia Militar de Santa Catarina, e desta forma seus articuladores, inimigos da cúpula da corporação. Assim foi realizada a primeira reunião, no dia 26 de julho de 2001, no auditório do Hospital Florianópolis. Era uma noite fria e a reunião ocorreu num clima de extrema tensão entre os participantes. Era visível o clima de preocupação. Foram posicionadas pessoas para vigiarem o hall de acesso à escadaria do prédio onde se situava a sala de reunião. Na porta da sala onde se realizava a reunião era posicionado mais um “sentinela”, e, como todos eram membros do grupo, se revezavam para que todos pudessem participar das discussões. Dessa primeira reunião participaram somente onze praças, todos lotados na Capital do Estado. Após a primeira reunião ocorreram diversas neste clima, até que no mês de agosto, marcou-se a formalização da entidade para o dia 25 de agosto, data emblemática que no calendário marca o dia do soldado.

Um episódio marcou sobremaneira o grupo que criaria a nova entidade, ainda antes da formalização e do seu registro, e dá uma dimensão da disposição dos companheiros em mudar o modelo existente até então de representação e luta dos praças da Santa Catarina. Sabia-se que no dia 9 de agosto daquele ano, os servidores públicos estaduais, realizariam um ato público contra o governo do Estado. Após contatos com lideranças sindicais que representavam os demais servidores públicos estaduais, os praças articularam a participação do grupo no ato. Já nas semanas anteriores, a proposta de participação no ato dos servidores públicos foi feita ao grupo anterior, que declinou da criação da nova entidade, em uma reunião no Hospital da Polícia Militar. No entanto, aquele grupo, já reduzido pela ausência de cabos e soldados, declinou também de uma atividade dessa natureza, embora não tenham dito isso de forma clara

ao proponente, que ainda era um membro do grupo. Por certo, aquelas lideranças da velha e tradicional Associação de Sub Tenentes e Sargentos, consideravam absurda a idéia de policiais militares participarem de uma manifestação de cunho sindical de trabalhadores civis. A idéia, no entanto, vigorou no seio do novo grupo, construído de forma sigilosa, e reunindo praças sem nenhuma pretensão que não a de manifestar seu repúdio contra as injustiças existentes na caserna.

Numa das reuniões sigilosas, o grupo que foi o embrião para a formação da APRASC, discutiu a participação na manifestação do dia 9 de agosto, e dessa reunião resultou a preparação de um panfleto explicativo sobre as condições de vida dos praças, suas demandas mais sentidas e sobre a iniciativa de criação de uma nova entidade. No panfleto, intitulado “POLICIAL MILITAR, LUTE POR SUA SEGURANÇA”, era descrita a situação salarial vivida e colocada em evidência a discriminação existente na corporação, exacerbada com um aumento diferenciado concedido à categoria dos oficiais que receberam em forma de gratificação, o aumento equivalente a 2,5 soldos conforme descrito:

“Nós Policiais Militares vivemos uma situação contraditória. Enquanto atuamos em nome da lei, enquanto os governantes usam de leis ultrapassadas e anti-democráticas para nos ameaçar e manter o silêncio nos quartéis, não vimos cumprido nosso direito de alimentar nossas famílias e prestar um bom serviço à sociedade.

Ao mesmo tempo que a sociedade reclama mais policiamento não existe concurso público sequer para suprir o número de policiais que se aposentam, saem da polícia, perdem as condições físicas e psicológicas de trabalho ou morrem. Nós que continuamos aptos para o trabalho, para sustentar nossas famílias, temos que mendigar o direito da hora-extra, trabalhando muitas vezes doentes, sem falar do estresse diário da maioria que é forçada a fazer “bico” para incrementar o salário. Outra injustiça que tem indignado todos os Praças e até os Oficiais inativos foi a medida discriminatória que concedeu 2,5 soldos aos oficiais que têm condições de trabalhar, manobra esta utilizada para enfraquecer o movimento reivindicatório do final do ano passado, que buscava atender as necessidades de todos os policiais catarinenses.

Continuamos fiéis àquela pauta de reivindicações, mas no momento temos que ser firmes em alguns pontos específicos:

- *Dois soldos e meio para todos os Policiais Militares, ativos e inativos;*
- *Manutenção e cumprimento da lei de hora-extra, sem as cotas arbitrárias, e sua extensão aos oficiais;*
- *Fim imediato das prisões e detenções disciplinares;*
- *Direito de ir e vir, liberdade de expressão e de manifestação do pensamento.*

O que reivindicamos é bem pouco: apenas o que nos permita viver dignamente e prestar um bom serviço à sociedade. Nosso Movimento é pacífico e busca conquistar isso.

Apoiamos as justas reivindicações de todos os servidores públicos.

Convocamos todos os policiais de folga e familiares para participar da manifestação dos servidores públicos desse dia 09 de agosto (se não tiver prontidão).”(Anexo B)

No panfleto, como está explícito, além de esclarecer o movimento que estava sendo criado eram chamados os praças a comparecerem na manifestação dos servidores públicos estaduais, também em campanha para que fossem cumpridos alguns acordos salariais, numa tentativa de dar visibilidade e inserção dos praças no contexto reivindicatório e classista que os servidores públicos representavam.

Uma madrugada longa

Buscando chegar aos praças de todo o Estado, a equipe organizadora da APRASC deliberou que os panfletos chamando para o evento do dia 09 de agosto de 2001, apresentado acima, deveriam ser encaminhados de alguma forma a todos as localidades do Estado, principalmente onde houvesse batalhões. Havia o entendimento entre os participantes da necessidade do esclarecimento sobre o novo momento vivido pelos praças em termos de organização da categoria.

Preparado o material, o grupo foi dividido em duplas e na madrugada do dia sete para oito daquele mês seguiram para as principais cidades, do litoral sul ao litoral norte, planalto serrano, planalto norte, grande Florianópolis, médio vale e alto vale do rio Itajaí-Açú. Para as cidades do interior o panfleto foi encaminhado disfarçando sua embalagem visando não ser identificado o conteúdo, pois alguns dos contatos eram somente telefônicos, mas de praças também descontentes com a atual situação.

As despesas com locomoção, telefone, trocas de serviço, selos, transporte de ônibus ou transportadora e tudo mais era garantida pelos próprios participantes do movimento, e mais tarde, com alguma ajuda do movimento sindical de Florianópolis, que se empenharam em ver o movimento sair do papel por conhecerem os líderes e acreditarem na lisura na condução dos trabalhos. Mas a força motriz foi o comprometimento dos próprios membros.

A solidariedade e o desprendimento dos participantes eram demonstrados em todos os locais visitados, conseguindo assim boa receptividade do material, embora alguns praças que estivessem de serviço, ao lerem o conteúdo, demonstrassem algum receio em circular com o material na mão, sendo necessário a entrega direta ou em pontos estratégicos, para que o objetivo fosse atingido e os oficiais não tivessem acesso ao material, e nem descobrissem quem o estava entregando. O cuidado era necessário pois os oficiais poderiam ao ler o material, buscar argumentos para “em tese” configurar a distribuição ou leitura como um crime militar, pois o Código Penal Militar prevê inúmeros tipos penais a serem utilizados conforme a interpretação dos legisladores.

Feita a entrega, entre as cinco e as sete horas da manhã, o resultado seria conhecido no dia 09/08/2001, dia da manifestação dos servidores públicos estaduais, e percebia-se a necessidade de articular um contato com os demais representantes de servidores para que não houvesse desencontros na condução do movimento, pois historicamente policiais e servidores das demais categorias foram considerados em lados opostos, embora enfrentassem os mesmos problemas no que diz respeito ao seu empregador, o governo do Estado. No dia 8 de agosto, em virtude do aparecimento inesperado do material em quase todas as maiores cidades do Estado, nos quartéis e em alguns terminais de ônibus, um silêncio compulsivo tomou conta da caserna. Na tarde daquele dia, viaturas do serviço de informação da Polícia Militar, estiveram espreitando as casas de alguns dos líderes do movimento, de forma aberta, as casas dos sargentos Amauri Soares e Edson Garcia Fortuna, que saíram de casa.

Foi realizada uma reunião com a direção do movimento sindical, que tinha como principais articuladores os sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores, especialmente, o Sindicato dos Trabalhadores em Educação- SINTE, o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Estadual - SINTESPE, o Sindicato dos Bancários, entre outras entidades. Nessa reunião foram acertados os detalhes de onde estaríamos nos incorporando ao movimento, qual seria a nossa participação, se teríamos espaço na manifestação, para expor a situação vivida pelos praças, e como se daria a atuação dos demais servidores caso houvesse uma intervenção policial na manifestação, além de outras coisas que faziam parte do contexto de uma manifestação de servidores públicos.

Além do material escrito, já exposto, foi confeccionada uma camiseta, que deveria ser usada pelos praças e familiares que participariam efetivamente da manifestação. Evidente que em pequeno número, pois, se o movimento todo era formado por pouco mais de vinte praças, coincidiu que a maioria dos participantes estava de serviço justamente naquele dia, pois eram quase todos da Companhia de Policiamento de Guarda, da Trindade.

A coragem e determinação dos líderes é posta à prova

Após todos os detalhes acertados, valendo-se de estratégias militares, foi acertada a chegada dos principais líderes do movimento ao local da manifestação. Temia-se que o comando da corporação fosse intervir na participação dos militares no ato, dessa forma foi planejada a chegada de cada membro da comissão provisória da APRASC, ainda em sigilo na tropa, por uma rua diferente do centro de Florianópolis. Só, ou com a família, para que se algum dos membros fosse detido no caminho, não inviabilizasse a participação dos demais, pois a participação ocorreria de qualquer forma. Entendia-se, corretamente, que depois da

chegada ao local do ato, não seria politicamente conveniente para o comando mandar prender os militares participantes, ali, no meio de uma manifestação de milhares de servidores públicos. As conseqüências aos participantes ocorreriam ao longo do tempo, mas todos já tinham combinado que até quinze dias de prisão valeriam a pena para o feito que iam realizar.

Muita tensão, apreensão e nervosismo cercaram a chegada até o local, pois se sabia que após a confecção dos panfletos e sua distribuição dentro dos principais quartéis de Santa Catarina, havia tido um estremecimento nas bases da instituição. Tinha-se certeza de que haveria represálias, em virtude do panfleto, cujos autores seriam identificados no ato e pela própria participação nele. Era necessário, portanto, todo o cuidado para que a participação não fosse frustrada, já que ela seria o desfecho de uma ação que tinha por objetivo tornar pública a intenção deliberada de construir a nova entidade. Vencida essa primeira dificuldade, entendia-se que o movimento estava pronto para sair do sigilo e ganhar o mundo, o que demonstraria capacidade tática para burlar o serviço de inteligência do comando e coragem dos seus membros.

Todos os praças e familiares que se propuseram participar do ato chegaram ao local programado, um corredor de um dos auditórios da catedral metropolitana de Florianópolis, de onde podiam observar a movimentação dos demais servidores, e, de lá, incorporar-se ao ato no momento oportuno. Sem muita surpresa, enquanto eram distribuídas as camisetas alusivas ao ato, (vendidas pelo valor de cinco reais como forma de cobrir o seu custo) dois policiais do serviço reservado (P-2)²³ chegavam ao local, subindo da Praça XV de Novembro em direção ao prédio dos auditórios da catedral. Não tinha mais como sair dali, a não ser que fosse para abandonar o objetivo. O pequeno grupo, consultado, resolveu ficar, e receber os informantes do comando sem titubear.

O tenente e o sargento do P-2, os quais eram conhecidos dos praças manifestantes, cumpriram bem seu objetivo. Não disseram que estavam a serviço, e até concordaram, verbalmente, com os objetivos dos manifestantes. Pediram uma camiseta para cada um dos dois, para poderem participar do ato. Entendendo que dissimular era a melhor saída, foram entregues as camisetas aos dois novos “manifestantes” que pagaram alegremente para não estragar o suposto disfarce. Depois daquele momento houve um clima de descontração, pois

²³ O serviço reservado é encarregado das investigações de policiais militares e colabora nos serviços de planejamento e execução de operações da Polícia Militar que requerem a presença de policiais em trajes civis. É denominada Agência Central de Inteligência, que coordena as ações das demais agências espalhadas pelo Estado.

todos souberam que o movimento já estava honrosamente identificado, bem como seus líderes, quais eram os objetivos e qual seria a forma de participação no ato dos demais servidores.

Ali era dado início ao movimento histórico dos praças na Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, pois contando com seis praças, alguns familiares de praças e os “espiões” (úteis para fazer número) iniciava-se abertamente a luta por justiça salarial dentro da instituição militar estadual, agora com caráter classista e não mais de clube social e recreativo. Pelo contrário, com o foco voltado ao trabalhador da Segurança Pública, em todas as suas particularidades e necessidades históricas.

Ali nascia, pela audácia de um pequeno grupo, uma entidade que se tornou vanguarda no meio militar e que buscava na articulação com as entidades representativas dos servidores públicos e movimentos sociais o apoio necessário ao início de sua difícil atividade representativa. Após acompanhar todo o ato dos servidores, desde a saída em frente da Catedral Metropolitana de Florianópolis, percorrendo algumas ruas do Centro de Florianópolis, com cerca de dois mil participantes, com panfletagem aberta a todos os transeuntes, feita por praças e familiares, o ato chegou a frente ao Palácio do Governo, na Praça Tancredo Neves. Seguravam a enorme faixa, com dizeres relativos ao instante, o sargento Edson Garcia Fortuna e o soldado Edemilson de Março²⁴, o primeiro revezando uma das pontas da faixa com o então cabo Antônio Edílson Gomes de Medeiros, enquanto Fortuna ajudava o soldado Moisés de Barros (já falecido) e seus familiares na intensa panfletagem, junto com o então cabo José Leal de Oliveira Godóy. Na frente do palácio, no meio do ato das outras categorias, o Sargento Amauri Soares abriu um precedente histórico no movimento sindical de Santa Catarina, discursando aos participantes na condição de militar e mostrando que, embora em alguns momentos estivessem em trincheiras distintas, a situação de servidores estaduais unia militares e civis em algumas bandeiras justas. Isto foi marcante, e, embora as palavras tenham servido para incriminá-lo na ótica dos comandantes e da Justiça Militar, elas serviriam principalmente para coroar de sucesso o início das atividades da APRASC, antes mesmo de ser formalizada.

Daquele ato surgiram inúmeras conseqüências aos participantes. A responsabilidade estampada no rosto de cada um de que a luta seria árdua e repleta de obstáculos, os processos administrativos e judiciais, a identificação por seus comandantes, futuras perseguições por suas posições, a troca de escalas de serviços, a perda de promoções e tantas outras conseqüências, sejam veladas ou explícitas, que desafiavam e tornavam a atividade mais difícil.

²⁴ Nome fictício

O dia da formalização da entidade

Enfim, no dia 25 de agosto foi efetuada a regularização da documentação e dado entrada em cartório do estatuto social da Associação de Praças do Estado de Santa Catarina - APRASC. Poderia ser um dia pomposo, com grande divulgação nos meios de comunicação, com jornais informativos para levar aos integrantes da corporação a novidade que se apresentava, mas não foi desta forma. Os idealizadores sabiam disso, e a formalização foi discreta.

A Assembléia de fundação da APRASC foi marcada para um sábado, não por coincidência a data em que se comemora o Dia do Soldado, no mesmo auditório do Hospital Florianópolis, onde outras várias vezes o grupo se reunira em sigilo para debater as questões de interesse dos praças. Trinta e três (33) praças participaram dela, e um civil parente de um dos praças, o então soldado Antônio da Silva, que era conhecido como “galo” e já é falecido, assim como o já citado soldado Moisés de Barros. Foram reapresentados os propósitos, organizada a composição da diretoria provisória, assim como da parte legal da entidade, o que se fazia necessário para impedir qualquer tentativa de conter a formalização da associação como forma de repressão ao movimento iniciado pelos praças.

A precaução e a pequena divulgação da assembléia de fundação, para quem não vive na caserna, pode parecer um exagero, e até um cerceamento da publicidade da participação. Era necessário que fosse assim, e, portanto, foi legítimo, pois o ineditismo da iniciativa causaria transtornos na caserna caso se efetivasse, o que aconteceu de forma inevitável.

Depois da legalização da entidade, foi iniciada a busca por filiados nos quartéis. O convencimento dos praças foi uma tarefa árdua inicialmente, pois havia o medo da repressão, a desconfiança por ser novidade, o fato de haver uma forte pressão por parte da cúpula da instituição. Os regulamentos militares são coercitivos nesse sentido, valendo citar a previsão no item 004 da Portaria 009/PMSC/2001 que regulamenta o Processo Administrativo Disciplinar na Polícia Militar de Santa Catarina, onde dispõe que “Freqüentar ou fazer parte de sindicatos, associações profissionais com caráter de sindicatos ou similares” é considerado infração disciplinar e tem como previsão de punição a detenção de até 48 horas aos que incorrerem em tal prática, além do Estatuto dos policiais militares e o Código Penal Militar, os quais são de extremo rigor para com os servidores e totalmente desatualizados em relação aos avanços no campo dos direitos humanos conquistados nos últimos anos pela sociedade como um todo.

Embora houvesse a previsão da infração disciplinar, os envolvidos na construção da entidade não envidaram esforços e seguiram no trabalho de filiação de praças. A notícia da criação da APRASC correu rapidamente nos quartéis. Logo os praças já sabiam da novidade e

sentiam a necessidade de se filiar, como resposta dos praças ao descaso com a questão salarial e as condições de trabalho. Era preciso ser contundente, e houve a compreensão coletiva da necessidade.

O principal foco inicial e disseminador das filiações foi o quartel da Companhia de Policiamento de Guarda – CPGd, em Florianópolis, por ser o local de trabalho da maioria dos articuladores iniciais do movimento, dentre eles o Sargento Amauri Soares. Assim, a filiação naquele local foi maciça, assim como no Hospital da Polícia (HPM) onde trabalhava o então cabo Manoel João da Costa e na então 2ª Companhia do 7º Batalhão, onde trabalhava o sargento Edson Garcia Fortuna. Dos praças da Companhia de Guarda, bem como de outros espalhados em outras unidades, partiram as primeiras contribuições financeiras para que a entidade fosse mantida enquanto não eram realizados os primeiros descontos em folha de pagamento, ato que dependia da Secretaria de Estado da Administração.

Os primeiros materiais informativos

No dia 05 de setembro de 2001, enquanto ainda tramitavam os encaminhamentos administrativos, a diretoria provisória da APRASC lança o seu primeiro informativo. Material de apenas uma página, fotocopiadas, que conclama os praças à participação, conforme segue:

“Em 25 de agosto último, dia do Soldado, foi fundada a Associação de Praças do Estado de Santa Catarina- APRASC, UM A ENTIDADE DE CLASSE QUE TEM COMO OBJETIVO UNIR, DISCUTIR E DEFENDER OS INTERESSES DA NOSSA CATEGORIA. Entendemos que a categoria do praças está completamente dispersa, desorganizada, sem uma perspectiva unitária de luta. Por isso estamos construindo um mecanismo representativo (a APRASC), capaz de unir todos os praças em torno de um programa que contenha nossas principais necessidades.

Não estamos construindo um partido, nem uma candidatura a deputado. Nosso objetivo é a defesa da categoria, sem confundir isso com cargo parlamentar, com partido, com candidatura, com essa ou aquela autoridade. Também não prometemos assistência médica, odontológica, clube social, etc. Para isso já existem instituições e entidades que descontam de nossos salários para nos prestar esses serviços. Nossa tarefa será cobrar para que essas organizações cumpram como devem suas obrigações.

Uma estrutura que tenha como objetivo defender judicial e extra-judicialmente a categoria, que possa aglutinar todos os praças para conquistas salariais e melhores condições de vida e trabalho, precisa, no entanto, algum recurso para funcionar. Por isso foi aprovado na assembléia de fundação e está registrado no Estatuto que a contribuição dos associados será igual a 2% do soldo do soldado (que correspondera a 3,34 reais).

A próxima Assembléia Ordinária da APRASC, que será realizada em novembro próximo, elegerá a Diretoria executiva e o Conselho Fiscal para a primeira gestão de dois anos. Até lá temos uma Diretoria Executiva e um Conselho Fiscal Provisórios, cujo principal objetivo é divulgar a criação da APRASC e construir a adesão. Nesse sentido contamos com seu apoio, sendo um associado, compondo o Conselho de Representantes e, principalmente, participando das atividades que viermos a realizar.

Faça contato conosco ou com o membro do Conselho de Representantes de sua unidade. Se onde você trabalha ainda não tem esse representante, você pode cumprir esse papel, ajudando a construir a APRASC, que deve pertencer a todos os praças e não apenas à Diretoria. (APRASC- Diretoria Provisória. Florianópolis, 2001)²⁵ (anexo C)

Passado o processo de criação e a distribuição do primeiro panfleto informativo, foi elaborado o jornal informativo que foi denominado “O PRAÇA”, tendo o seu primeiro exemplar circulado em novembro de 2001, conforme anexo D. O jornal tinha muitas barreiras a vencer, pois a circulação nos quartéis não era aceita abertamente, seja por decisão discricionária dos comandantes que entendessem não aceitar, seja pelo medo dos praças que temiam ser reprimidos caso fossem flagrados lendo ou repassando o referido informativo.

Muitos assuntos permearam o informativo e provocaram discussões acaloradas nos quartéis. Os assuntos variavam desde uma simples escala de serviço abusiva, até mesmo desvios de material ocorridos, o que, além de serem denunciados no jornal informativo eram encaminhados ao Ministério Público Militar ou a outros órgãos, conforme a necessidade demandasse. Como se pode constatar já no jornal O PRAÇA nº 01. Mas o principal foco do jornal eram as discussões em torno das condições de trabalho dos profissionais da segurança pública de Santa Catarina, que foi o alvo principal dos editoriais e das notícias divulgadas no jornal informativo. Como exemplo, podemos citar a edição número 01 do jornal, da qual podemos extrair algumas frases que indicam a proposta da entidade:

“...a realidade atual nos obriga a conquistar os espaços democráticos e fazer deles os fóruns de discussão dos nossos principais problemas: salário, condições de trabalho, segurança no trabalho apoio institucional, moradia digna, saúde, plano de carreira e respeito humano. Tudo isso, apesar de nunca nos ter sido garantido, não pode nos parecer estranho e faz parte do nosso dia-a-dia de profissional de segurança...” (O PRACA, p. 01, 2001); ou ainda: “...Chega de violência contra a polícia! Essa violência vem na forma de salário archoado, de discriminação no tratamento, de fim de ano na miséria (e longe da família para trabalhar na Operação Veraneio). Isso tem um custo, e não podemos continuar bancando os heróis enquanto outros recebem honrarias...” (O PRACA, p. 02, 2001); e ainda “...Por outro lado, e com certeza, diretamente relacionado com esse aumento da criminalidade, temos a diminuição do efetivo PM e BM em 5%, em apenas dois anos e meio. Por falar nisso, alguém lembra quantos anos fazem que não se viu um único Aluno-soldado num quartel da PM catarinense? Estamos ficando velhos, estressados, e cada vez mais mal pagos...” (O PRACA, p. 04, 2001).

²⁵ Anexo C

A primeira manifestação pública como entidade formalizada

A primeira atividade de rua da nova entidade, agora formalizada, foi marcada para o dia 29 de janeiro de 2002: uma panfletagem. O local escolhido foi a chamada “esquina democrática”²⁶, e o inesperado, porém, aconteceu quando as autoridades de Segurança Pública decretaram estado de prontidão em todos os quartéis de Santa Catarina, chamando todos os militares para o interior dos quartéis naquele dia. Tal fato repercutiu na mídia inesperadamente, e os cinco mil panfletos que foram distribuídos explicando a situação salarial dos trabalhadores da Segurança Pública acabaram tornando-se insignificantes frente à cobertura jornalística dada ao fato. A inabilidade política do comandante geral da PM de então, coronel Backes, o mesmo que havia solicitado pela exposição de motivos nº 171 os 2,5 soldos de gratificação aos oficiais da ativa no ano anterior, acabou dando ao ato, que seria modesto, uma repercussão que em muito contribuiu para dar publicidade à nova entidade. Desde aquele dia, a APRASC tornou-se conhecida em todo o Estado de Santa Catarina, pois a mídia cobriu amplamente, até mesmo em espaços nacionais.

O curioso é que devido ao chamamento dos trabalhadores aos quartéis, somente dois trabalhadores da ativa participaram da panfletagem, os sargentos Edson Garcia Fortuna e Edevaldo das Luzes²⁷, o primeiro com o pé quebrado e o outro de férias. Participou, ainda, o soldado reformado (aposentado por invalidez), Juscelino Procópio Vieira, juntamente com mais alguns familiares, cabendo citar a mãe, o irmão e a irmã do sargento Fortuna, respectivamente, Evanilda dos Prazeres Garcia Fortuna, Domingos Antonio Garcia Fortuna e Edileuza Garcia Fortuna, esta última esposa do sargento Amauri Soares, que estava, por óbvio, de prontidão na Companhia de Guarda. Como não é militar, estando livre dos draconianos regulamentos, Edileuza concedeu todas as entrevistas. A atividade inédita para uma associação de militares, e o medo das autoridades que, ao decretar prontidão, acabou dando ao ato uma dimensão acima do esperado pelos próprios organizadores.

A perseguição ao movimento

²⁶ A esquina democrática situa-se na confluência das ruas Felipe Schmidt com Deodoro, no Centro de Florianópolis-SC, e historicamente tem sido utilizada para atos da mesma natureza por outras entidades representativas de trabalhadores e da sociedade civil.

²⁷ Nome fictício

Na proporção em que avançava na direção de conseguir o diálogo com o governo do Estado, a APRASC se distanciava da legislação que regia a caserna, é claro que segundo o ponto de vista dos comandantes. Os oficiais que comandavam a Polícia Militar buscaram então mecanismos de repressão para barrar o avanço dos praças e impedir que se organizassem, pois uma entidade com o caráter reivindicatório da APRASC, na cabeça deles, significava um risco para a hierarquia e a disciplina, bases da estrutura militar. Conforme prevê o Estatuto dos Policiais Militares de Santa Catarina, em seu artigo 14, “A hierarquia e a disciplina são a base institucional da Polícia Militar. A autoridade e a responsabilidade crescem com o grau hierárquico”.

Sendo assim, foram instaurados inúmeros procedimentos administrativos, ações penais e cíveis contra os envolvidos nas atividades da APRASC, além das punições de caráter moral, como a pressão psicológica, as transferências de local de trabalho, e um maior rigor na apuração de possíveis transgressões disciplinares, em tese, praticados pelos associados e, especialmente, pelos diretores da APRASC, os quais eram punidos exemplarmente pelos comandantes.

Esse processo de criminalização das lideranças foi tema de um dos jornais informativos que recebeu como título da reportagem “Balanço da Inquisição”, publicada na edição nº 04 de *O Praça*, onde era noticiado o seguinte:

*“Porque a APRASC existe, e porque ela é do jeito que a maioria dos praças quer que ela seja, temos uma série de ações dos órgãos de comando contra algumas pessoas. São Processos Administrativos Disciplinares (PAD), Sindicâncias e Inquéritos Policiais Militares (IPM). Vamos resumir, para poupar papel:
Cb J. Costa – transferência do HPM para o Forte Santana e um PAD;
Cb Gilmar – transferência da 5ª do 4º (Monte Cristo), para a 1ª do 4º (centro);
Sgt Roberto – Um PAD;
Sd Rocha Cardoso – Um PAD;
Sgt Fortuna – Três IPM’s, dois PAD, ameaça de transferência e um futuro processo na Auditoria;
Sgt Soares – três IPM’s, três Sindicâncias, quatro PAD’s e transferências da Cia de Guarda (Penitenciária) para o COPOM. Três dias de arranhamento.
Isso até aqui, pois o desenrolar dessa situação pode levar a outros desfechos. Conforme definido em reunião da diretoria da APRASC, nos caos de clara perseguição por participar de atividades reivindicatórias, como está claro que são todos os casos acima, a APRASC banca advogado. Assim, o escritório do Dr. Luis Claudio Fritzen, tem atendido sempre que procurarmos, razão pela qual informamos todos os aprasquianos que eventualmente forem citados por perseguição por ter defendido direito, que devem nos procurar para agendarmos o necessário acompanhamento de defensor.”(O PRAÇA. p. 05, 2002).*

Um caso em especial chamou a atenção pela natureza e pela proporção que tomou. No jornal O PRAÇA nº 04 foi denunciada a seguinte situação:

“Tem Unidade importante na Capital que está mandando tirar a direção hidráulica dos santanas novos. No início era porque os equipamentos estavam dando problema, depois passou-se a limpar todos. E, assim, em plena era da informática, a Polícia teima em ficar no que é mais antiquado. E tem vários Policiais se

perguntando sobre o destino dos hidráulicos tirados das viaturas. Enquanto isso, dizem, estão gastando 2 mil e seiscentos reais (R\$2.600,00) para colocar ar condicionado na viatura do Oficial de Serviço Externo. Será?!!!” (O PRAÇA, nº 04. p. 02, 2002)

Como resultado da notícia publicada no referido jornal, o então presidente da entidade, Sargento Amauri Soares, foi condenado a oito meses de prisão pela Justiça Militar. Sendo que do extrato da sentença em primeiro grau foi o seguinte:

“Resolve o Conselho Permanente de Justiça tomar conhecimento da denúncia e por quatro votos a um, julgá-la PROCEDENTE, EM PARTE para, por DECLASSIFICAÇÃO, CONDENAR o acusado, à pena de 08 (oito) meses de detenção, por infração ao art. 215 c/c art. 218, III e IV, ambos do CPM. A reprimenda legal é transformada em prisão, ex vi do art. 59 do CPM. Estabelece-se o regime aberto para cumprimento da reprimenda, em obediência que dispõe o art. 33, 2, "c" do CP. Concedo-lhe o benefício do SURSIS pelo prazo de 02 (dois) anos, com a condição de prestar serviço à comunidade (art. 608, 2, II do CPPM).(Processo-Crime nº 023.02.045191-4. Sentença publicada no dia 19/10/2005 no sitio eletrônico <http://tjsc23.tj.sc.gov.br:8080/cpo/pg/show.do>)

A aliança com a sociedade civil

Os atos de perseguição às lideranças, com o intuito de neutralizar o avanço da APRASC, todavia, surtiram efeito inverso. Houve a partir do aumento da repressão uma enorme adesão, com a expansão das filiações ao interior do Estado, de onde diariamente chegavam fichas de filiação e, principalmente, a adesão de novas lideranças nas diversas regiões, que se comprometiam a dar prosseguimento de expansão da entidade.

Eram intensas as movimentações dos praças e dentre elas é possível citar o dia de conscientização sem multa, Vigília Cívica em frente o Palácio do Governo Estadual, assembléias, pedidos de investigação junto ao Ministério Público Estadual, Audiência Pública nas Câmaras de Vereadores de diversos municípios catarinenses para discutir o tema Segurança Pública, além de uma intensa agenda de contatos com lideranças de movimentos sociais e populares com intuito de fortalecer o movimento dos praças, lastreando as atividades num processo de aproximação dos trabalhadores dos demais setores populares, conforme é possível observar nos materiais dos anexos E, F, G, e I

No editorial do jornal O PRAÇA nº 04 fica evidente a determinação de seguir lutando:

“... No último dia possível, em frente ao Palácio, foi marcado mais um ato. Naquele começo de noite do dia 05 de abril, um grupo determinado mostrou que não tem medo, e que a opressão não pode ser maior que o nosso sentimento de justiça.

Naquela ocasião, sentimos que apesar de nem todos os praças serem ainda sócios, a grande maioria se identificava e apoiava nosso movimento. Jamais calarão a nossa voz, pois desde o início sabíamos o que nos esperava em cada esquina. Dignidade e consciência do dever cumprido não se troca por favor, nem se joga fora na primeira represália...”(O PRAÇA, nº 04, p.02, 2002)

A aliança selada com a sociedade civil e em especial com os movimentos sociais em muitos momentos foi o sustentáculo das atividades dos praças, pois a cúpula que comandava a instituição sabia que não havia somente um grupo de policiais e bombeiros descontentes com salário que realizava os trabalhos da APRASC. Os movimentos sociais de Florianópolis, os sindicatos e parte dos partidos políticos também apoiavam os praças, e assim, fortaleciam as reivindicações e também inibiam as ações que pudessem desmobilizar ou mesmo destruir a APRASC.

O incentivo da entidade ao exercício da cidadania

No processo eleitoral de 2002, onde seriam escolhidos o presidente, governador, dois senadores, deputados federais e estaduais, a APRASC construiu uma atividade inédita no seio policial militar. Foi realizada a primeira Convenção Estadual dos Praças²⁸, com intuito de buscar a escolha de um candidato único que representasse a categoria no pleito. O objetivo era manter a cadeira de deputado estadual que o deputado Jaime Mantelli ocupava, representando os praças, já que é Sargento da Polícia Militar.

A atividade foi um sucesso em termos de maturidade política, porém não atingiu o objetivo principal que era escolher um candidato único. Apesar da convenção, houve diversos policiais, sejam praças ou não, que não compreenderam o significado do momento e lançaram-se ao pleito, resultando em nenhum praça ou oficial da Polícia Militar ou do Corpo de Bombeiros eleito, ficando a categoria sem representação na Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Outro fato que merece destaque na intervenção política da APRASC foi a realização de um debate com os candidatos ao cargo de governador do estado, ocasião em que foi apresentada uma carta com as reivindicações da categoria (anexo J) Os candidatos que não agendaram sua participação responderam à carta enviada pela APRASC, à exceção do governador e candidato à reeleição, Esperidião Amin, que não agendou a reunião e nem respondeu ao ofício. Essa atitude da diretoria pretendia proporcionar aos praças a certeza de

²⁸ Conforme anexo H

que poderiam ser protagonistas das decisões políticas que envolviam seus interesses como cidadãos catarinenses e como profissionais da Segurança Pública, conforme consta no editorial do Jornal O PRAÇA nº 07 (2002):

“Cada momento da nossa história deve ter uma prioridade, mas todas as prioridades devem conduzir aos mesmos objetivos de construir e reconstruir a vida com mais abundância e com menos sofrimento. É com essa baliza que temos trabalhado na APRASC, desde antes de sua criação até o presente momento. Acabamos de completar um ano, e já fizemos por merecer a bandeira de maior entidade representativa de Praças de nosso Estado. Mas estamos apenas começando.

A prioridade atual é contribuirmos para a fecundidade de reflexão sobre o rumo que queremos seguir, e o momento não poderia ser mais adequado, pois estamos às vésperas de um pleito eleitoral que vai eleger os dirigentes (presidente, governadores, senadores e deputados) da esfera nacional e estadual. Esse é um momento privilegiado; um erro significa, no mínimo, quatro anos de trabalho contra nós mesmos.

Eleição é também o momento apropriado para prestação de contas, embora alguém possa dizer que é “politicagem” falar de problemas em momento eleitoral. Ora, que discurso enganoso é esse? Acaso querem que não se fale dos problemas para beneficiar politicamente justamente aqueles que tinham a obrigação de evitar os problemas?

Nós compreendemos justamente o contrário: é, sobretudo nos momentos eleitorais que os problemas precisam ser colocados na roda, para que a sociedade possa avaliar, refletir e cobrar dos candidatos suas posições. Quem teve oportunidade para resolver esses problemas, e não resolveu, também tem que ser avaliado por isso.

Seria uma postura covarde deixar passar a eleição para depois falar que os problemas existem, até porque depois as autoridades vão dizer que o “povo” as elegeu porque concorda com seus pontos de vista. Isso seria uma irresponsabilidade muito grande no caso da Segurança Pública.

Não tem como continuar essa mesma postura por mais quatro anos. Nosso compromisso com a sociedade, que paga o nosso salário, nos obriga a informar a verdade. Falar depois da eleição é o mesmo que falar só daqui a quatro anos.

Mas as autoridades, cientes de que não podem explicar os fatos que aterrorizam a sociedade, apelam para atitudes discricionárias, do tipo mandar tirar um outdoor mesmo que ele esteja baseado em dados oficiais. Falar a verdade ofende, pois pode arranhar o verniz que tenta mostrar um quadro horroroso como uma linda pintura.

Estamos sim falando de eleição! E quem quiser contribuir para que a situação atual de desrespeito com os Praças e de abandono com a Segurança Pública continue, é só permanecer calado. Quem defende que tudo tem que continuar na situação atual não está parado. Finge que está parado, diz que política não lhe interessa, mas pelos bastidores está trabalhando para manter os mesmos governantes. Se nós concordamos com eles, é fácil, basta fingir que acreditamos no que dizem, permanecendo distantes do debate. Mas, se sabemos que é preciso mudança, então temos que nos mexer, conversar com os colegas de trabalho, com a família, com os amigos e vizinhos. A mudança é possível, basta você também acreditar.

A APRASC continuará seu caminho, independente do resultado dessa eleição. Mas estamos diante da possibilidade de escolher: queremos continuar por esse caminho de espinho e chicotadas, ou queremos ajudar a trilhar uma estrada de mais diálogo, respeito e boa vontade? Optamos pela segunda alternativa: trabalhar por mudanças! Queremos contar com todos os praças guerreiros desse Estado!” (anexo J)

O resultado do processo deu vitória ao candidato Luis Henrique da Silveira, com uma diferença de 20.724 (vinte mil, setecentos e vinte e quatro) votos, sobre o candidato da situação, Esperidião Amin. Considerando-se que Amin, que era governador em exercício, seis meses antes da eleição tinha total favoritismo, com índices bem acima dos 50% de intenção de

votos segundo todas as pesquisas, o resultado foi uma surpresa. Não resta dúvida que o voto maciço dos praças em nome da mudança pode ser afirmado como decisivo, embora, evidente, vários outros fatores contribuíram, a começar pelas alianças que Luiz Henrique fez já desde os anos anteriores, quando era prefeito de Joinville.

Em relação aos trabalhadores da Segurança Pública, Luiz Henrique assumiu muitos compromissos, antes do primeiro turno das eleições de 2002, entre o primeiro e o segundo turnos, e mesmo depois de eleito, quando voltou a se reunir com oficiais e com praças, em separado, levando muitos praças às lágrimas ao garantir que não haveria mais discriminação salarial, que acabaria com a prisão e detenção na esfera administrativa e que possibilitaria a construção de um plano de carreira. Mas nem tudo foi tão fácil, e os compromissos foram parcialmente cumpridos durante o primeiro mandato.

Muito embora os avanços tenham sido alcançados a partir de muita reivindicação e mobilização, até mesmo radicais, é preciso afirmar que o primeiro mandato de Luiz Henrique, entre janeiro de 2003 e dezembro de 2006, foi de avanços para os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, que, pela primeira vez numa história de quase 170 anos, puderam ver um governador falando de suas demandas. E isso só ocorreu pela existência da APRASC, ou, mais corretamente dizendo, pela existência da luta coletiva, organizada e autônoma dos praças, através da APRASC. Até mesmo os avanços havidos, que hoje são difundidos como dádivas do governo e do comando, só ocorreram porque centenas e milhares de praças se propuseram, inclusive, a sofrer o castigo das imposições militares para levarem suas demandas aos escalões mais altos do poder do Estado. Não fosse isso, não só o governo não tomaria tais medidas, como sequer ficaria sabendo da existência das demandas.

Antes de 2001, não havia a possibilidade de um praça de Santa Catarina ostentar uma faixa ou distribuir um panfleto ou jornal dizendo o que queria, sem ser preso imediatamente. Os que tentaram, em atitudes individuais e desesperadas, foram presos e/ou excluídos. A possibilidade estava na organização de um coletivo capaz de ações audazes, inicialmente muito cuidadosas, e isso foi o que a APRASC conseguiu fazer, embora a maioria considerasse impossível. Depois, mesmo com processos, punições disciplinares e até mesmo condenações judiciais, as manifestações públicas realizadas por praças, foram tornando-se “naturais”, sendo criminalizados apenas os “excessos”, excessos que estavam (e estão) sempre ao livre arbítrio do

juízo, arbitrário, dos oficiais, da maioria ou de alguns deles, disfarçado de poder discricionário²⁹.

Avanços e recuos da luta política

Dentre os avanços alcançados estão a anistia aos trabalhadores envolvidos em atos de reivindicação salarial nos anos de 2000, anteriormente à criação da APRASC. Em cinco de maio de 2003, no quinto mês do seu primeiro mandato, Luiz Henrique anistiou os praças que haviam sido punidos em virtude do movimento de novembro e dezembro de 2000. Depois, em 2005, o mesmo governador assinou outro decreto, anistiando os praças punidos ao longo do ano 2004, quando se manifestaram por seus direitos já durante o governo do próprio Luiz Henrique, quando vários diretores foram beneficiados com a anistia.

Outro avanço foi a abertura para o diálogo na construção de uma lei salarial. Foram quase duas dezenas de reuniões durante o ano de 2003, coordenadas pelo secretário de segurança da época, João Henrique Blasi, envolvendo todas as entidades representativas dos servidores da segurança pública, que culminou com o encaminhamento à Assembléia Legislativa de um projeto de Lei Complementar, aprovada em novembro daquele ano e sancionada por Luiz Henrique em 15 de dezembro, recebendo o número 254. A Lei Complementar nº 254 foi o espelho do que os praças sempre almejavam: uma escala vertical de salários, definindo uma amarração onde cada sub grupo teria um percentual do maior nível hierárquico de cada instituição, e perfazendo uma diferença de no máximo quatro vezes entre o maior e o menor salário.

Aprovada e sancionada a lei, tratava-se de buscar sua execução. Mas isso gerou muita polêmica, pois logo de início muitas autoridades alegaram a impraticabilidade da Lei. Para se ter uma idéia, as entidades representativas dos oficiais não assinaram o ante-projeto de lei na última reunião do grupo de discussão criado para tratar do assunto mesmo já tendo ocorrido diversas reuniões anteriormente. Já os delegados assinaram, mas, menos de três anos depois, entraram com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) buscando anular alguns de seus artigos. Destes acontecimentos ulteriores, pode-se avaliar que, na verdade, oficiais e delegados nunca concordaram com o conteúdo da Lei 254, especialmente nos artigos que faziam a amarração entre o maior e o menor salários e na impossibilidade de qualquer dos sub grupos ter

²⁹ Marçal (2008) define poder discricionário como aquele que o direito concede à Administração Pública para a prática de atos administrativos com liberdade na escolha de sua conveniência, oportunidade e conteúdo.

incremento salarial diferenciado. Se os praças almejavam a escala vertical, o sonho dos oficiais era ter a equiparação salarial com os delegados. Já os delegados, buscavam liberdade para saídas salariais exclusivas de sua categoria.

O ano de 2004 foi de intensas mobilizações dos praças, e o resultado de tanta mobilização foi a concessão de um abono de 250 reais para os praças no dia 1º de dezembro de 2004, abono depois estendido à base da Polícia Civil e aos Agentes Prisionais. Com tal abono, que na própria lei era definido como parte integrante da Lei 254, que depois seria incorporado, o governo evitou uma paralisação dos praças, que começaria naquele mesmo dia. Depois, em outubro de 2005, um ano antes do processo eleitoral de 2006, diante de mais uma mobilização dos praças, o governo concedeu mais 20% de incremento, relativo aos direitos previstos na Lei 254, parcelados em quatro vezes. Foi a última vez que Luiz Henrique negociou salário com os servidores de base da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros.

A Lei 254, mesmo aprovada e sancionada por Luiz Henrique, nunca foi colocada em prática na sua totalidade. Em fevereiro de 2009, já na segunda metade do segundo governo de Luiz Henrique, respondendo a ADI dos delegados, o Supremo Tribunal Federal considerou inconstitucionais seus artigos 11 e 12, justamente os que definiam o quanto o governo deveria pagar, assim como a forma de fazê-lo. Estava ferida de morte a Lei almejada pelos praças, nunca tendo sido cumprida integralmente pelo governador que a sancionou.

Mas é preciso dizer que no primeiro mandato, o governo de Luis Henrique da Silveira também teve um papel importante no que diz respeito ao reconhecimento da categoria dos praças como trabalhadores, pois chamou a APRASC para conversar, possibilitou organizar as demandas e dar encaminhamento a elas. Embora o resultado não seja tão significativo, houve uma visão aberta ao segmento representativo da base da Segurança Pública de Santa Catarina.

Com a abertura política proporcionada pelo Governo Estadual e assimilada, mesmo a contragosto, pela cúpula das instituições de segurança, a APRASC cresceu vertiginosamente em número de filiados chegando ao ano de 2004 na marca de cinco mil associados, representando 1/3 dos associados possíveis no Estado. A entidade passou a ser conhecida e reconhecida em Santa Catarina de forma diferenciada, mostrando uma alternativa à organização dos servidores da Segurança Pública e também abrindo um canal de diálogo com as autoridades sem precedente em nosso Estado, e esse fator gerou a necessidade de ampliar as relações, o que será relatado a seguir.

Relações com sociedade civil se ampliam

Por entender representar uma categoria de trabalhadores, a APRASC, através de sua direção, buscou informar-se sobre direitos dos trabalhadores, legislações similares, processos de formação, mecanismos de avanço dos trabalhadores e da instituição da qual faziam parte e também sobre as demandas da sociedade no que diz respeito à Segurança Pública e seus desdobramentos.

Nesse sentido, a APRASC esteve representada em Brasília nos movimentos contra as mal chamadas Reforma da Previdência, Sindical e Trabalhista; no Grito dos Excluídos em Florianópolis (07/09/04)³⁰; no Fórum Social Mundial em Porto Alegre no ano de 2005³¹; lutando pela não privatização do serviço público em geral; participando das lutas contra a ALCA (ver anexo L); em solidariedade pelo transporte público gratuito aos estudantes; pelo não aumento das tarifas do transporte público. Embora nem sempre reconhecida como protagonista e enfrentando o próprio olhar de desconfiança de boa parcela dos trabalhadores que representava, que não estavam habituados a lutar por melhores condições de trabalho e salário, tampouco por outros direitos sociais básicos, ainda mais em conjunto com setores dos movimentos populares historicamente reprimidos pela Polícia Militar, a APRASC não deixou de estar à frente de todas as lutas importantes para a sociedade e para os trabalhadores.

Um episódio em especial merece destaque. Trata-se da participação no Fórum Social Mundial, realizado em Porto Alegre-RS, em janeiro de 2005, e do panfleto lá distribuído pela APRASC (ver anexo M). Para lá foi um ônibus lotado de trabalhadores da Segurança Pública e não foi para prestar segurança, mas para participar dos debates e contribuir de sua forma ao fortalecimento do democrático e avançado evento. No Fórum Social foram distribuídos cerca de oito mil panfletos, ressaltando a importância do evento, mas principalmente, trazendo o contraponto sobre a discriminação sofrida pelos profissionais de Segurança Pública, em parte fortalecida pelo processo histórico no qual foram utilizadas como instrumento para manutenção das ditaduras, aqui e na América Latina. Com o título instigante, que dizia “Eu Não Matei Vladimir Herzog” o panfleto circulou no evento e teve uma grande aceitação. Fez o resgate histórico da morte do jornalista Vladimir Herzog, enforcado em uma cela de delegacia no município de São Paulo durante a ditadura militar, morte esta ainda envolta em mistério por conta das circunstâncias em que ocorreu. Mas essa chamada e apresentação tinham um objetivo bem definido: questionar o uso das instituições de segurança, especialmente as polícias

³⁰ Ver panfleto no anexo K

³¹ Realizado em janeiro de 2005, contou com 155 mil participantes representando 135 países e 6.588 organizações; 6.823 jornalistas; 2.800 voluntários 2.500 trabalhadores da Economia Popular e Solidária. Foram 2.500 atividades autogestionadas entre as quais: 130 shows; 115 filmes e vídeos e 96 exposições de artes. (disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Fórum_Social_Mundial).

militares, no combate e repressão aos movimentos sociais. O texto busca separar, embora a própria Constituição Federal não seja clara quanto a isso, o conceito de segurança pública do conceito de defesa da ordem.

Outra situação que merece destaque é o forte estreitamento de laços entre a APRASC, através de sua direção, com os movimentos dos trabalhadores em geral. Foi fomentada intensa discussão, definidas estratégias de luta conjunta dos trabalhadores, tanto em Santa Catarina como no Brasil. De forma geral, os posicionamentos da APRASC não convergiam para o pensamento predominante das centrais sindicais existentes e dessa forma a APRASC, embora sem direito de votar e ser votada participou com seus diretores ativamente da discussão sobre a criação de uma nova central de trabalhadores. Buscava-se (e busca-se) com isso, uma central sindical que representasse de forma mais ampliada, autônoma e classista, os interesses dos trabalhadores brasileiros, tendo a APRASC contribuído nas discussões e de forma material para apresentar a categoria dos trabalhadores da Segurança Pública no contexto dos demais trabalhadores, num momento de descontentamento destes com a conciliação de classe e com o atrelamento das centrais existentes até então aos governos. Esse assunto foi publicado no jornal “O Praça” em diversos dos seus números, e, por óbvio, difundido aos associados.

Dentro da lógica do fortalecimento da luta dos trabalhadores como um todo a APRASC opôs-se à precarização dos serviços de Segurança Pública, posicionando-se contra a contratação de policiais aposentados para exercer atividades em prédios públicos como escolas, teatros, secretarias e outros. A entidade foi enfática em defender a não contratação dos chamados policiais temporários e para isso acionou o Ministério Público do Trabalho, visando conter o processo de instalação desse serviço onde os profissionais são contratados com salário bem abaixo do pago aos policiais de carreira e exercem funções substituindo os de carreira. A ação foi ganha e a contratação passou a ser considerada ilegal, estando sob contestação por parte do Estado.

Na mesma linha de raciocínio, a entidade opôs-se a contratação de empresas de vigilância para exercer a atividade de segurança externa em estabelecimentos penais de Santa Catarina, não sendo possível barrar a aprovação da lei³², no segundo mandato de Luiz Henrique. Todavia, houve um desgaste do governo pela caracterização de privatização do serviço público estabelecida no referido projeto.

³² Lei Complementar estadual nº 452, de 05 de agosto de 2009.

O aniversário de cinco anos da entidade

Ao avaliar os jornais da entidade e buscar dados para a realização de um balanço dos cinco anos de existência foi possível constatar que foram inúmeros os avanços, mas destacam-se o Plano de Carreira, que possibilitou num único dia, em maio de 2005, que fossem promovidos mais de 400 trabalhadores, e mais de 1000 em um único ano, fruto do plano construído em parceria com a entidade e trabalhadores.

É possível destacar ainda a aposentadoria alcançada pelas praças femininas, às quais viram aprovado o projeto de aposentadoria especial que garantiu aposentadoria aos 25 anos de contribuição, benefício já pago a outras categorias de policiais no Brasil.

Como parte desses avanços, foi conquistada a lei que beneficiou o topo da carreira dos trabalhadores da base, os quais obtiveram o benefício de passarem para a reserva remunerada, ou aposentadoria, com salários integrais do cargo imediatamente superior, e que nesse caso específico, significa adentrar ao círculo hierárquico superior, sem gozar das prerrogativas do cargo, exceto salário. Também a conquista do pagamento de parte da chamada Lei 254, aprovada em 2003 e que garantia o estabelecimento de um piso ao salário dos praças que não poderia ser inferior à $\frac{1}{4}$ do salário mais alto da categoria, mesmo que em forma de abono salarial e parte em percentual, mas houve, enfim um incremento salarial significativo, mesmo que distante do pretendido pela categoria.

Num contexto de dificuldades e pouco amadurecimento político dos praças identificamos como um dos avanços obtido nos primeiros cinco anos, a eleição com expressiva quantidade de votos de um deputado estadual, o Sargento Amauri Soares, que antes de lançar-se candidato ocupava a cadeira de presidente da APRASC, licenciando-se para concorrer ao cargo de deputado. Poderia significar pouco, pois em outras oportunidades os trabalhadores da Segurança Pública já estiveram representados na Assembleia Legislativa, porém não com tanta legitimidade como ocorria com o sargento Amauri Soares. A eleição também foi ímpar, pois foi construída com doações voluntárias dos trabalhadores, os quais sustentaram todo processo e puseram-se à disposição para todas as demandas que uma candidatura com esse caráter requeria para obter êxito eleitoral. Como parâmetro do tipo de trabalho que Soares estava disposto a empreender no legislativo catarinense pode relatar o que ele disse em seu primeiro discurso: “...Não vamos votar absolutamente nada que seja contra os interesses dos trabalhadores...” (O PRAÇA n° 30), demonstrando com isso o total comprometimento com a categoria que representava.

Dentre as plataformas utilizadas para alcançar o sucesso nas eleições constavam não somente a tradicional chamada para as necessidades da categoria, mas uma chamada ao exercício do voto consciente, ao exercício da cidadania, tão negados à categoria da Segurança Pública por conta de seu histórico de manipulação pelos mandatários do poder no Estado de Santa Catarina. Essas plataformas são exercitadas no jornal O Praça, que utiliza de sua penetração no seio da categoria para praticar cidadania, e temos como exemplo o nº 32, que estampa essa vontade de forma clara na página 2:

“O valor pago por um voto geralmente se esgota em poucos dias, enquanto que as conquistas através da organização e da luta são duradouras e se mantêm por gerações. Em respeito à luta dos trabalhadores brasileiros que brigaram por nosso direito de votar, e dos aprasquianos guerreiros que lutaram para conquistar a Lei 254, o Plano de Carreira, os abonos, a cristalização do contracheque, as milhares de promoções e a aposentadoria especial para as militares femininas e para os subtenentes, não venda seu voto.”

Embora tenha havido inúmeras conquistas durante os primeiros cinco anos de existência da entidade, nada foi conquistado de forma tranqüila e sem luta. Muitos trabalhadores utilizaram de expedientes nada convencionais para manifestar sua insatisfação com as condições de trabalho e salarial. Foram realizados atos em frente às sedes das secretarias, (regionais, de segurança pública, da administração), foram feitas passeatas, assembléias, jornais, seminários, incluindo aí a interrupção do trânsito das pontes que liga a ilha ao continente (no dia 15 de setembro de 2004) e muitas outras atividades que mostraram o desejo e a determinação dos trabalhadores em fazer valer os seus direitos. As diversas atividades desenvolvidas poderiam ser tratadas como rotineiras em outras categorias, porém passam a ter um caráter diferenciado ao serem realizadas pelos praças, pois não são autorizados pelos seus estatutos e regulamentos disciplinares a realizarem tais atos, dessa forma tomam amplitude e são os indícios de que a categoria está com seus dias de submissão ao sistema contados, ou no mínimo, sob perigo de acabarem.

Uma ferramenta que em outras circunstâncias poderia ser utilizada contra a categoria acaba sendo utilizada positivamente quando a cúpula da instituição passa a tratar os trabalhadores como massa de manobra de um grupo por eles identificado como “arruaceiros” e que não representa os interesses da corporação. Esse descaso com a capacidade dos trabalhadores discernirem sobre seus anseios e capacidade de organização facilita o trabalho de organização da categoria que procura com isso mostrar a sua verdadeira face de cidadãos conscientes aos que menosprezam sua capacidade de reflexão e ação.

O suporte jurídico às atividades

A busca de mecanismos para ampliar a luta contou também com os preceitos legais. Embora os militares sejam regidos por legislações peculiares, com julgamentos por duas justiças, a militar e a comum, podendo ser apenado nas duas, havia uma demanda reprimida de processos a serem encampados pelos praças. Nesse ponto, a assessoria jurídica da APRASC propiciou a aproximação do associado dos seus direitos. As condutas a que nos referimos parecem óbvias pois um simples esclarecimento sobre a legislação que favorecia ao trabalhador, a ação coletiva através da entidade e a simples defesa em processos administrativos que não obedeciam a princípios constitucionais básicos, o da *ampla defesa e do contraditório* de forma clara e objetiva são práticas muito comuns em outras esferas da sociedade, já bastante difundidas, mas o meio militar carecia (e carece) de tais procedimentos em sua rotina e essa tem sido a tarefa histórica da assessoria jurídica.

Na caserna, os direitos são ínfimos e pouco respeitados, mas a luta da APRASC incentivou a abertura de novos caminhos rumo ao saudável exercício da cidadania por parte de muitos praças. Desde um simples direito desrespeitado, até uma falsa comunicação de crime, fato muito comum de acontecer contra os policiais e que levava muitos trabalhadores aos tribunais, até as ações na justiça, acontecimentos até então pouco usuais em nosso meio, passaram a ser uma constante.

As mulheres tomam a dianteira da luta

No ano de 2008, após longo período de falta de credibilidade do governo, que desde outubro de 2005 não avançava no cumprimento da Lei 254, cercando-se de todos os mecanismos possíveis para que os praças não se manifestassem, a APRASC programou uma reunião de diretoria e um grupo de esposas de praças, ao saber da reunião, teve uma idéia interessante, a de mobilizar as mulheres para lutar com os praças.

As mulheres buscaram a sua organização autônoma e realizaram uma grande assembléia no dia 11 de dezembro, antecedida por intenso trabalho de mobilização das esposas e familiares de praças, os quais compareceram em massa na cidade de Florianópolis. Como primeira deliberação do movimento, foi escolhida a tarefa de fazer um protesto em frente aos quartéis de Florianópolis, ato que foi de grande repercussão interna, pois era inconcebível os quartéis do Comando Geral da Polícia Militar de Santa Catarina e do principal batalhão de policiamento de Florianópolis, o 4º BPM, estarem fechados por um grupo de mulheres de praças, mas foi o que aconteceu no dia onze de dezembro de 2008 e após este protesto tornava-se conhecido o Movimento das Esposas e Familiares de Praças, inédito em de Santa Catarina

com este caráter. Tal movimento foi repetido de forma intermitente, nas cidades de Criciúma, em 15 de dezembro, de Chapecó, no dia 18 e em Lages no dia 19 daquele mesmo mês. (ver anexo N)

A organização do movimento deu-se de forma espontânea, canalizando uma demanda que as mulheres, como companheiras dos praças, sentiam mais intensamente. Os seus companheiros traziam para o lar muitas das decepções do trabalho. A falta de direitos, os regulamentos disciplinares, a cobrança da sociedade e muitos outros fatores, aliados ao baixo salário pago aos profissionais, reflexos sentidos de forma muito mais intensa pelas mulheres. Foi também das mulheres a iniciativa de no mesmo ano de 2008, no mesmo mês de dezembro, organizar uma grande assembléia conjunta com a APRASC e dali desencadear manifestações ininterruptas em frente aos quartéis. No dia 22, pela manhã, começaram a chegar diversos ônibus, oriundos do interior de Santa Catarina, concentrando-se na Praça Tancredo Neves. Dali, após conversas e encaminhamentos, as mulheres rumaram para os quartéis da grande Florianópolis, tendo como deliberação uma manifestação pelo período de 24 horas em frente aos quartéis. A capacidade de organização das mulheres e facilidade em convencer seus companheiros acabou por promover o fechamento de todos os quartéis, em efeito cascata, para outros municípios como Chapecó, Balneário Camboriú, São Miguel do Oeste e Laguna. Por fim, foram fechados 36 quartéis em diversos municípios, onde a organização do movimento das mulheres tinha alguma força e organização, mesmo que insipiente.

A manifestação, que tinha como objetivo forçar o governo estadual a abrir um canal de negociação, não alcançou seu objetivo. Houve um endurecimento por parte das autoridades, com ameaças de prisão, de processos aos que permanecessem em frente aos quartéis. A atitude de enfrentamento acabou fortalecendo o movimento com a adesão de muitos praças, que estavam nos quartéis e que isoladamente acabaram negando-se a trabalhar em solidariedade às mulheres. As viaturas de trabalho deixaram de circular por conta de ações como esvaziar os pneus, falta de comunicação, não funcionamento da Central de Emergência que concentra a entrada de ligações para ocorrência, ações estas praticadas isoladamente em diversas unidades de policiamento.

Embora amplamente divulgado e devidamente registrado por todas as lentes da imprensa, as autoridades têm negado a autoria das manifestações por parte das mulheres, imputando aos praças que são ou que foram lideranças da APRASC, todos os atos, e assim abrindo precedente para a criminalização de uma movimento legítimo. A imprensa comportou-se como uma mera executora das ordens governamentais, utilizando-se de todos os mecanismos possíveis para criminalizar o movimento das mulheres, tratando em todas as manchetes como crime de motim, previsto no Código Penal Militar, com previsão de pena entre oito e 20 anos.

Há informações, repassadas pelos próprios repórteres, de que na época dos fatos eles foram orientados por seus redatores a divulgar somente a versão governamental. As entrevistas eram realizadas com as participantes do movimento, todavia não eram divulgadas tais entrevistas em qualquer dos meios de comunicação. Somente após a divulgação do fato no jornal Folha de São Paulo, com uma versão construída a partir do que as mulheres acabaram relatando aos jornalistas, ou seja, a versão real dos fatos, a imprensa da Santa Catarina começou a divulgar uma versão mais próxima da realidade, mas nunca deixou de caracterizar o movimento como motim, o que só pode ser feito por militares em circunstâncias bem específicas. Essa maior divulgação em Santa Catarina, portanto, só passou a ocorrer já no 4º dia de manifestação, quando o movimento já ia à exaustão.

Entre 22 a 27 de dezembro de 2008, período de duração das manifestações em frente aos quartéis, a disposição das mulheres em realizar as atividades com envolvimento direto nas decisões, com busca de soluções aos problemas relacionados à comida, alojamento, debates com os participantes, busca de alternativas para negociação com o governo, o que mostrou não haver possibilidade de retrocesso no processo de construção do movimento das mulheres. Os enfrentamentos às autoridades, os problemas internos por conta da pressão, após cinco dias de manifestações, isso tudo não desanimava as mulheres que se mantinham firmes no propósito.

Embora o movimento tenha sido deflagrado pelas esposas e familiares de praças e elas é que tomavam as decisões nos portões dos quartéis, foi inevitável a participação efetiva dos próprios praças. Em muitos quartéis, havendo insuficiente quantidade de mulheres para segurar os portões fechados, os policiais e bombeiros militares assumiam essa tarefa. Sempre quando havia um enfrentamento, sempre caracterizado pela intervenção de um oficial que tentava reprimir o movimento ou furar o bloqueio, acabavam atuando os próprios praças. Em várias circunstâncias, oficiais foram para o confronto físico com as mulheres, tendo mesmo sacado arma de fogo para ameaçar ou por temor, típico de quem é minoria num espaço de conflito. Em um desses episódios, um major foi desarmado, por praças, depois de atropelar as mulheres e furar o bloqueio. Outras duas vezes oficiais estiveram com arma em punho, diante de praças que gritavam para eles atirarem. Se nenhum tiro houve, é preciso que se diga que se chegou muito perto disso. (ver anexo O)

Comandante Geral por Meia Hora

Desde o segundo dia daquela longa e singular jornada, havia a ameaça de ataque armado ao movimento, sempre prometido durante a noite. Embora o Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE) não tenha sido fechado, a maioria dos praças que lá trabalha

apoiava o movimento, mesmo que de forma velada. Por isso, as informações corriam todos os começos de noites. Na noite de 25 de dezembro, no entanto, ordens foram dadas no sentido de preparar um ataque para o começo da manhã do dia 26. As informações, de diversas fontes de dentro do BOPE, informavam seus conhecidos no movimento. Como a quantidade de informações eram muitas, e vindas de praças conhecidos, o movimento preparou-se para resistir ao ataque.

O clima em todos os quartéis ficou muito pesado, e em muitos lugares as reservas de armamento já estavam sendo vislumbradas. No quartel do Comando Geral da PM, as lideranças que foi possível reunir deliberaram sobre o assunto. Não usariam as armas, mas não permitiriam nenhum policial de serviço permanecer no quartel, pois o serviço de guarda dos quartéis não havia sido obstruído. Como as autoridades se preparavam para um ataque, seria ingênuo para os integrantes de o movimento permitir que algum policial, sob as ordens dos oficiais, permanecessem na retaguarda (às costas) do movimento. Tomada a decisão, foi escolhido o sargento Edson Garcia Fortuna³³ para executá-la. Assim, acompanhado por vários companheiros e por algumas esposas, este se deslocou ao corpo da guarda do Quartel do Comando Geral (QCG), apresentou-se ao capitão de serviço, e informou-lhe da decisão. O capitão, que já tinha ouvido pelo microfone a decisão tomada, tomou a devida posição militar, e transmitiu a responsabilidade pelo quartel ao sargento Fortuna, retirando-se com os praças a seu comando para outra unidade, ali mesmo naquele quarteirão. Por meia hora, o comando geral esteve com o sargento Fortuna, mas vale registrar que isso foi apenas uma simbologia, pois, na prática, fazia cinco dias que não havia mais comando de oficiais nas principais unidades policiais do Estado. Ou, por outra, o comando estava sendo exercido por praças.

Naturalmente, esse fato exasperou o comandante da instituição, coronel Eliésio Rodrigues, que fez contato com o próprio sargento Soares. Foi acertado, por telefone e diante das câmeras de televisão e de centenas de manifestantes, que não haveria ataque armado ao movimento, e, assim, a guarda do quartel poderia ser restituída. Acordo feito, acordo cumprido, e ainda foi possível dormir alguns minutos naquela longa noite.

O sargento Fortuna, já na manhã do dia 22 de dezembro, havia assumido a incumbência de ser o coordenador geral das atividades operacionais, devendo ficar sempre em local privilegiado para poder dirimir todos os problemas que não houvesse solução em cada local, evidente que auxiliado e escudado por vários outros companheiros. No dia 22 esse posto de “comando” esteve na Praça Tancredo Neves. Mas já no segundo dia o acampamento de comando foi transferido para a Praça Getúlio Vargas (conhecida como Praça dos Bombeiros),

³³ Como já foi citado anteriormente, autor do presente trabalho acadêmico

exatamente na frente do QCG e do quartel dos bombeiros do Centro de Florianópolis. Como o presidente em exercício da entidade, sargento Amauri Soares, não estava no local, e esteve impedido na maior parte do tempo para evitar o encontro com os oficiais de justiça que circulavam, como era já esperado, o sargento Edson Garcia Fortuna acabou sendo o comandante geral das operações do movimento. Se não havia inicialmente a intenção de tomar o Quartel do Comando Geral, isso acabou ocorrendo pelo desenrolar dos acontecimentos do dia 25 para 26 de dezembro de 2008.

Mesmo não sendo, à época, diretor da APRASC, o sargento Fortuna acabou conhecido como uma das lideranças, senão a principal liderança daquele movimento. Naturalmente, tem arcado com as conseqüências posteriores, embora dezenas de outros tenham entrado no mesmo “rol dos culpados”. E é justo que se diga que um movimento dessa envergadura tem sempre muitas lideranças, pois sua organização depende de muita mobilização, de muita movimentação, de muitos argumentos. Eram mesmo dezenas de lideranças, dentre praças e esposas de praças, alguns surgidos naqueles dias, outros que vinham já de oito anos de organização da APRASC, como é o caso do próprio Fortuna.

Também foi crucial ao êxito do movimento das mulheres a participação das entidades da sociedade civil organizada, como sindicatos, associações e grupos diversos que buscaram a mediação do diálogo e se colocaram à disposição com apoio logístico ao movimento, mesmo que de forma singela, tomando como referência a amplitude e gravidade da situação, não percebida em tempo pelo movimento dos trabalhadores em geral, que na época dos fatos já havia fechado suas portas para os feriados de final de ano. Como a mídia local não divulgava os fatos, muitos dirigentes acabaram tomando conhecimento do que ocorria somente após o movimento ter sido encerrado. Mesmo assim, após o evento, um manifesto que contou com dezenas de entidades subscrevendo, assim como autoridades diversas, foi escrito e divulgado em todo país, bem como no exterior. Num de seus trechos, a categoria ficara devidamente identificada classe trabalhadora: “...*A questão é que o movimento dos praças é organizado, disciplinado e combativo, mas pacífico; um movimento de trabalhadores da segurança, que aposta na elevação da consciência do povo e sabe da justeza de suas bandeiras como parte do povo, que se organiza segundo as mais democráticas tradições dos movimentos de trabalhadores*” (O Praça n° 40, 2009)

O movimento das esposas e familiares de praças, apoiado pela APRASC, após cinco dias de fechamento dos quartéis e intensa mobilização, em 27 de dezembro foi encerrado após alguns fatores que foram cruciais. A justiça estadual estipulou uma multa de trinta mil reais diários se os quartéis continuassem fechados. Por não encontrar o presidente da APRASC ou

algum responsável formal pelo movimento, a mesma justiça acabou por aumentar o valor da multa para noventa mil reais por dia que os quartéis ficassem obstruídos

Líderes do movimento, então, fizeram uma avaliação levando em conta a multa e também a convocação da Força Nacional por parte das autoridades de Santa Catarina. Além disso, o desgaste das pessoas era imenso, pois o movimento tinha ido muito além das perspectivas iniciais. Em uma reunião entre lideranças do movimento das esposas e dos praças resolveu-se encerrar o movimento às 13 horas do dia 27 de dezembro, sendo realizada uma assembléia onde se prometia a possível retomada do movimento a partir do dia 7 de janeiro caso o governo não apresentasse um encaminhamento para a questão salarial. No entanto, como era de se esperar, aquele foi o último dia das atividades de paralisação, de fechamento dos quartéis. No dia 7 de janeiro o movimento até foi retomado, mas noutra perspectiva, mesmo que a promessa do governo, mais uma vez, tenha ficado apenas na palavra.

A consciência de que o movimento foi vitorioso foi geral, entretanto a notificação da APRASC no momento da assembléia realizada em 27 de dezembro de 2008 pela justiça indicava que as autoridades públicas não estavam satisfeitas em ver o movimento encerrado. O Governo no Estado impetrou uma ação, com pedido de liminar parcialmente concedido solicitando a dissolução da APRASC e bloqueio de seu sítio na rede mundial de computadores por prática continuada de diversos crimes contra o Estado de Santa Catarina. Parte da ação foi aceita e o sítio na rede mundial de computadores foi fechado liminarmente, embora reaberto por medida cautelar no final de janeiro do ano seguinte. Já a ação para fechamento da APRASC não obteve sucesso liminarmente, sendo discutida no mérito ainda hoje na comarca da Capital, sob o processo número 023.09.000003-2.

Também foi julgada no dia 4 de fevereiro, coincidentemente, a Ação Direta de Inconstitucionalidade proposta pela Associação dos Delegados de Polícia do Brasil, em relação a alguns artigos da Lei 254/03, principal bandeira de luta dos praças e familiares. Esse coincidente julgamento pelo STF dá uma noção do quanto os poderes estão intimamente ligados, mostrando afinidade nos discursos e na ação.

Os “Quartéis da Liberdade” e a Longa Marcha da Inquisição

Além dos processos citados acima, as autoridades da Segurança Pública, ou, mais precisamente, os oficiais da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, aproveitaram do momento político de retração do movimento e da determinação expressa do Governador Luiz Henrique da Silveira de “punir exemplarmente” os servidores que estiveram envolvidos nas manifestações, para desencadear um processo de perseguição aos praças, com processos

administrativos e criminais, transferências de cidades e de funções, proibição de participação em cursos internos e externos de interesse da corporação, conceitos negativos nas promoções, visando demonstrar aos trabalhadores que o poder estava nas mãos deles, o Governo do Estado de Santa Catarina e seus subordinados nos escalões de comando das instituições militares.

Como saldo parcial do processo de perseguição, já foram expulsos onze praças (número que tem sido elevado todas as semanas), havendo mais de trinta com processo em andamento com a mesma finalidade, assim como inúmeros processos criminais abertos na Justiça Militar por crime de motim, desobediência, incitação ao crime, etc. Dos processos administrativos já encerrados, resultaram em mais de mil praças punidos com prisão administrativa, que é cumprida dentro dos quartéis e vai para a ficha de conceito do praça punido, prejudicando, inclusive, a progressão na carreira.

Como estratégia de resistência aos ataques, a partir do dia 7 de janeiro, foram construídos os chamados “quartéis da liberdade”, que consistiam em vigílias permanentes, 24 horas por dia, realizada por praças, familiares e apoiadores em acampamentos em praça pública. Nestas vigílias, como locais de concentração dos praças e familiares, eram definidas as estratégias a serem adotadas pelo movimento para resistir à repressão imposta aos praças e às esposas. As cidades onde houve mobilização e montagem do “Quartel da Liberdade” foram Florianópolis, Lages, São Miguel do Oeste, Chapecó, Blumenau e Laguna, sendo que o de Florianópolis foi mantido até o dia 16 de julho, mais de meses, portanto. A manutenção das vigílias tinha o objetivo de mostrar o poder de organização e assim inibir a ação das autoridades que, ao verem a organização e permanente atenção dos praças, poderiam temer uma ação imediata.

Pode-se dizer que esta tática cumpriu seu objetivo, pois, no final de dezembro e começo de janeiro, temia-se pela prisão preventiva de alguns dos líderes do movimento, acontecimento que não seria absurdo e é mesmo muito corriqueiro em instituições militares, mesmo diante da menor discussão que um “subordinado” tenha com seu “superior” hierárquico. Para se ter uma idéia, a primeira decisão pela exclusão de um praça ocorreu depois do fechamento de cinco das vigílias, e tais decisões foram tomadas sempre em momentos escolhidos pelas autoridades.

Partindo das vigílias, foram realizadas inúmeras manifestações em frente aos quartéis quando eram chamados praças para prestarem depoimentos ou em atos semanais previamente programados pelo movimento “Mulheres que Lutam”³⁴ em conjunto com movimentos sociais,

³⁴ Nome fantasia adotado pelo movimento das esposas e familiares de praças após os acontecimentos.

sindicatos, movimento estudantil e outras entidades da sociedade civil, em repúdio às perseguições aos praças e na busca do restabelecimento do diálogo. As vigílias também serviram de apoio para o planejamento da luta, sendo um permanente instrumento de retomada das atividades quando o desânimo dos lutadores e lutadoras se apresentava. (ver anexo Q)

O encerramento das atividades nos quartéis da liberdade deu-se no dia 16 de julho, quando houve a aprovação de um projeto de “valorização profissional dos militares estaduais”, de um abono salarial aos servidores da Segurança Pública e também a criação de um pecúlio a ser pago aos trabalhadores mortos ou feridos em serviço, este último, uma antiga reivindicação da categoria. Compreendendo que o projeto de “valorização” não contemplava a categoria, mas que naquele momento a situação era inevitável, foram retomadas as atividades normais da APRASC e do movimento das mulheres em suas bases. A partir daquele momento, com a aprovação dos projetos, encerrava-se uma etapa importante e havia necessidade de preparar o movimento para as novas atividades, além do cansaço natural depois de sete meses de mobilização ininterrupta, se contar-se o tempo desde o início do movimento de fechamento de quartéis, em 11 de dezembro de 2008. Não se tem notícia de alguma outra vigília que tenha ficado aberta durante tanto tempo.

É preciso dizer que as instituições do Estado, sem exceção (as poucas exceções são de pessoas, e não de instituições), têm concordado com as punições aos praças que participaram do movimento do mês de dezembro. Isso mostra, mais uma vez, que o Estado é uma estrutura autocrática, voltada para a defesa da ordem, pouco acessível aos clamores populares, mesmo quando realizado por amplas parcelas da sociedade. No tocante ao tratamento da questão salarial, o governador Luiz Henrique termina seu segundo mandato como mais um governo “dos oficiais e dos delegados”. As vantagens, mesmo quando parcialmente estendidas aos praças, aos policiais civis de base e aos agentes prisionais, são absurdamente discriminatórias, desproporcionais aos pressupostos defendidos e ainda inscritos e válidos no artigo 27 da Lei 254, de que a diferença entre o maior e o menor salário deve ser de quatro vezes. O recrudescimento do regime disciplinar interno aos quartéis, o fechamento das outras instituições do Estado, deu aos oficiais e aos delegados a possibilidade de obterem incrementos salariais exclusivos e, quando para todos, concedidos de forma desproporcional. Estes elementos indicam a necessidade de uma avaliação aprofundada dos fatos, e sobre a auspiciosa tarefa de organizar os militares, mesmo que de base, como trabalhadores que são.

A situação encontrada nos quartéis atualmente é desoladora, pois as autoridades saíram fortalecidas dos episódios e aproveitaram desse momento para mostrar suas verdadeiras demandas, que até então eram defendidas somente em reuniões da cúpula e que passaram a ser abertamente defendidas, aumentando a cisão entre a cúpula e a base da segurança pública. Aos

praças tem restado o descontentamento que é manifestado nas conversas entre os trabalhadores no cotidiano, situação que gerou reflexos nos índices de criminalidade do Estado e tem gerado crises sem precedentes na Segurança Pública de Santa Catarina, comprometendo até mesmo a execução dos serviços essenciais das instituições.

A APRASC, por sua vez, não tem medido esforços para expor a situação às autoridades e opinião pública, através dos informativos mensais e também da cadeira parlamentar ocupada pelo deputado estadual Sargento Amauri Soares, presidente da APRASC, além do permanente processo de discussão com outras entidades civis do Brasil, assim como fazendo um trabalho permanente de informação dos trabalhadores através da rede mundial de computadores e suas ferramentas de discussão. A busca da reparação das injustiças tem sido tarefa importante desenvolvida pela assessoria jurídica da entidade e que torna a APRASC uma importante ferramenta de apoio aos trabalhadores da Segurança Pública, em especial aos praças e seu trabalho.

4. DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS DADOS COLETADOS NA PESQUISA

A pesquisa foi realizada através de questionários com sessenta trabalhadores praças da Polícia Militar de Santa Catarina, utilizando-se do caráter da voluntariedade em estar participando da pesquisa, sendo o questionário enviado aos interessados por meio eletrônico ou de correspondência tradicional e as respostas, sem a presença do elaborador, eram respondidas no próprio local de trabalho dos participantes. Algumas perguntas não foram respondidas pelos participantes, seja por desconhecimento ou fuga do tema da pesquisa e dessa forma inviabilizaram a análise dos dados, portanto não estarão sendo contempladas no relatório.

Para obtenção dos resultados, estruturamos a pesquisa em cinco perguntas, sendo objetivas em relação aos dados de identificação pessoal e profissional dos trabalhadores, e abertas em relação ao trabalho, das quais somente parte delas será discutida e analisada pois a sua incompletude prejudicou a análise total das perguntas.

Os participantes da pesquisa não serão identificados no trabalho, assim como a instituição, no sentido de preservar as suas opiniões e sentimentos a respeito do trabalho e da instituição à qual pertencem. A partir das respostas obtidas e consideradas para o presente trabalho foram organizados os dados, os quais serão apresentados em gráficos de forma quantitativa e analisados de forma qualitativa, possibilitando uma aproximação ao universo dos trabalhadores de segurança pública, e algumas respostas subjetivas mas significativas do ponto de vista do esclarecimento da opinião dos profissionais serão expostas na íntegra no sentido de aproximar aos leitores da dificuldade em obtenção dos resultados.

4.1. Perfil dos participantes

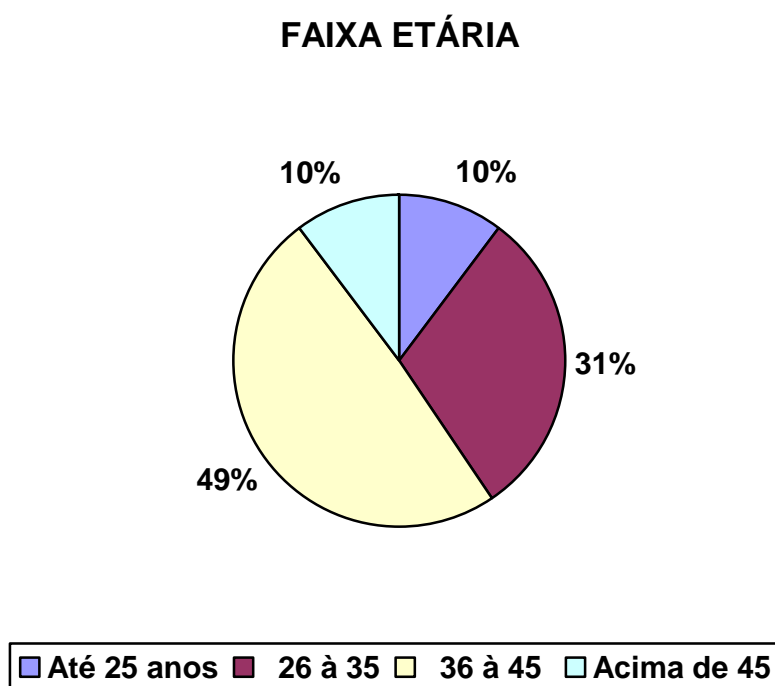


Gráfico 1: Faixa etária

Em relação à faixa etária dos participantes, é possível perceber que a maior concentração está na faixa dos 36 a 45 anos de idade, com 49%, seguidos de 31% entre 26 a 35 anos, indicando uma preocupação por revelar poucas contratações de novos profissionais, em especial na última década, assim como podem indicar falta de investimentos na segurança pública, contrastando com os dados que a mídia divulga sobre a violência e criminalidade, tanto o tipo de violência praticada, como a quantidade são cada vez mais ascendentes.

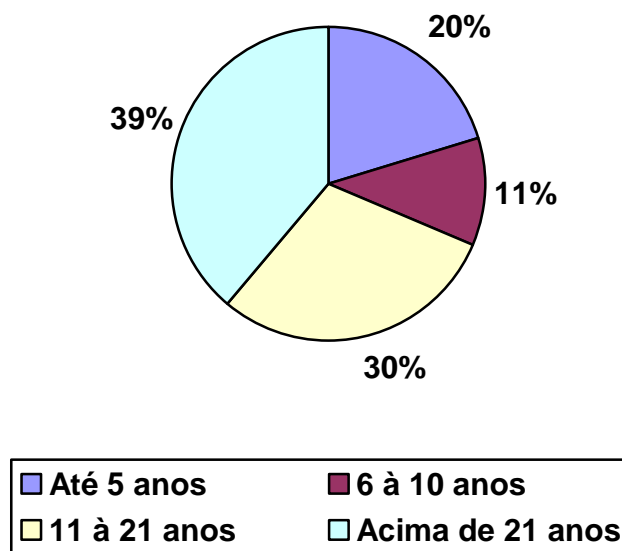


Gráfico 2: Tempo de serviço na instituição

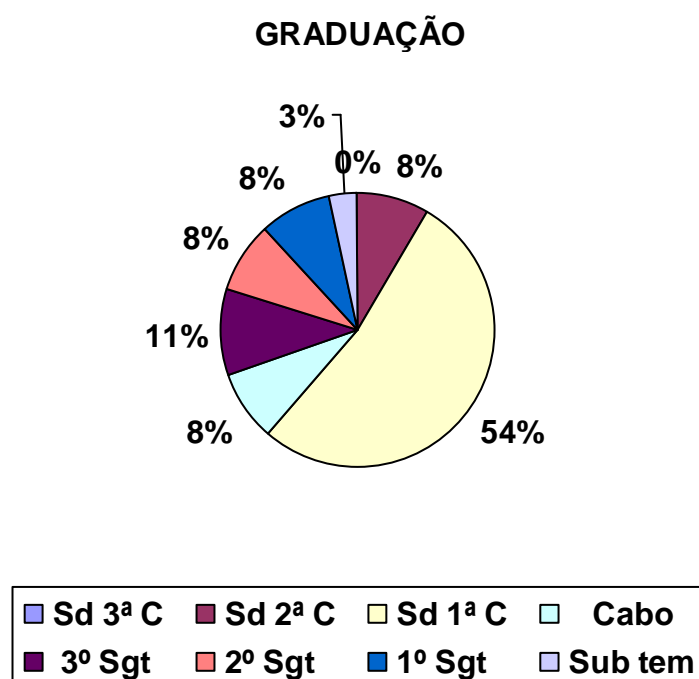
Os dados sobre o tempo de serviço dos trabalhadores indicam a confirmação dos dados sobre a faixa etária, acima analisados. A maior parte dos entrevistados possui tempo de serviço na corporação acima dos 21 anos, ou seja, 39%. Levando em consideração esses dados e as perspectivas de aposentadoria dos trabalhadores que hoje é de 30 anos de serviço para a categoria analisada, há indicativos suficientes para que as contratações sejam reavaliadas.

Esses dados ao serem comparados com o sentimento dos trabalhadores participantes de uma pesquisa da SENASP, encontram resposta e são fortalecidos pois na pesquisa 80,7% dos trabalhadores entrevistados entendem que o contingente policial é insuficiente.(SENASP,2009).

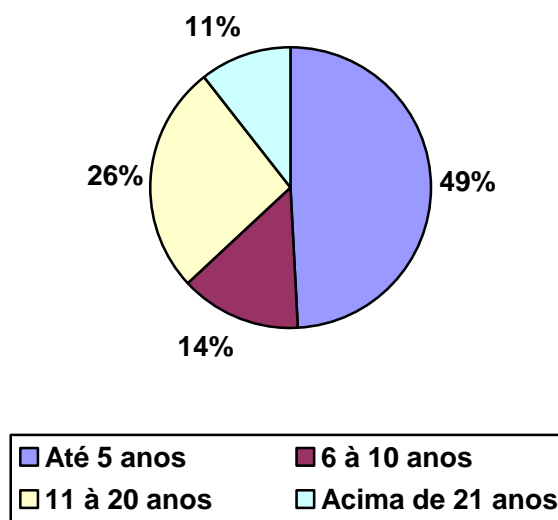
Como forma de reforçar os indicativos, é possível extrair dos questionários que (...) *“na parte funcional estamos bastante defasados com o número do efetivo, é uma verdadeira corrida contra o relógio para darmos conta de tudo o que nos é incumbido.”*:

Sobre a graduação hierárquica, há necessidade de abordar os dois gráficos a seguir conjuntamente pois percebermos que 54% dos entrevistados estão na graduação de soldado com mais de cinco anos de serviço e destes, 49% permanecem na mesma

graduação. A ascensão na carreira carece de uma revisão por parte dos empregadores pois pelos números apresentados também no gráfico 4 é possível perceber que 37% (somando-se as duas categorias, 26 % e 11%) dos participantes estão acima dos 11 anos na mesma graduação, mostrando uma grande contundência dos dados.



TEMPO NA GRADUAÇÃO

**Gráfico 4:** Tempo na graduação atual

Sobre a graduação hierárquica, ou estrutura funcional da instituição, há necessidade de abordar os dois gráficos a seguir conjuntamente pois percebermos que 54% dos participantes está na graduação de soldado com mais de cinco anos de serviço e destes, 49% permanecem na mesma graduação. A ascensão na carreira carece de uma revisão pelos números apresentados, pois também no gráfico 4 é possível perceber que 37% (somando-se as duas categorias, 26% e 11%) dos participantes estão acima dos 11 anos na mesma graduação, mostrando uma grande contundência dos dados.

ÁREA DE ATUAÇÃO

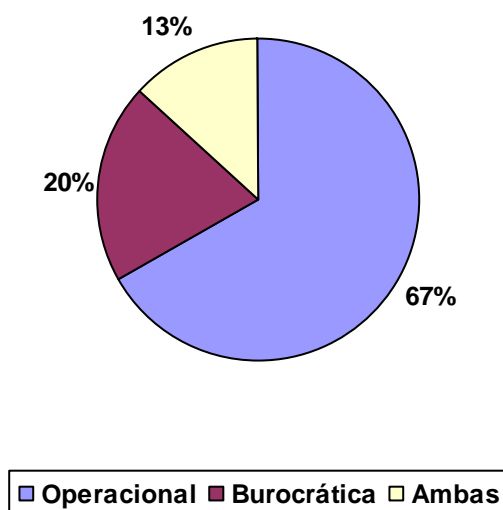


Gráfico 5: Área de atuação dos participantes

TEMPO NA MESMA FUNÇÃO

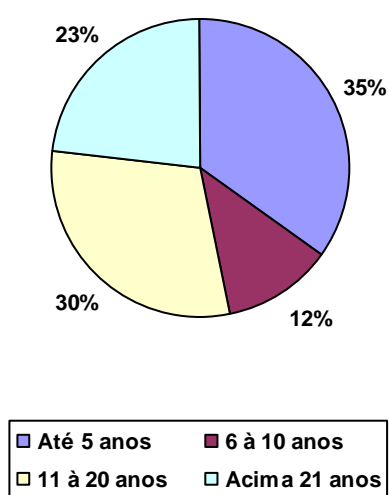


Gráfico 6: tempo de serviço na mesma função

As duas perguntas, expressas no gráfico 5 e 6 tinham como objetivo demonstrar a experiência dos trabalhadores na sua respectiva área de atuação, o que ficou demonstrado pelo grande tempo da maioria dos participantes, 53% (23% + 30%) que já têm mais de 10 anos de

serviço na mesma função. No gráfico 5, fica também uma constatação, de que embora a função da segurança pública seja diretamente nas ruas, há um número significativo de trabalhadores nas funções burocráticas, contrariando a missão constitucional da instituição pesquisada.

4.2. O entendimento dos participantes sobre trabalho

A pergunta subjetiva aplicada tinha o seguinte tema: “O que você considera TRABALHO?”, e as respostas aos questionários foram variadas. Após analisadas, porém, foram agrupadas conforme a incidência nas respostas dos participantes e distribuídas indicaram que 34% dos participantes reconhece o trabalho como voltado somente à questão financeira; 18% concebem trabalho como uma satisfação pessoal; 18,% como algo importante/necessário à sociedade; 15% tiveram dificuldade em definir o que é trabalho; 5% como um benefício somente à instituição empregadora; 5% vê o trabalho como algo direcionado a alguns interesses de terceiros; 2% apresentou somente críticas ao seu trabalho;

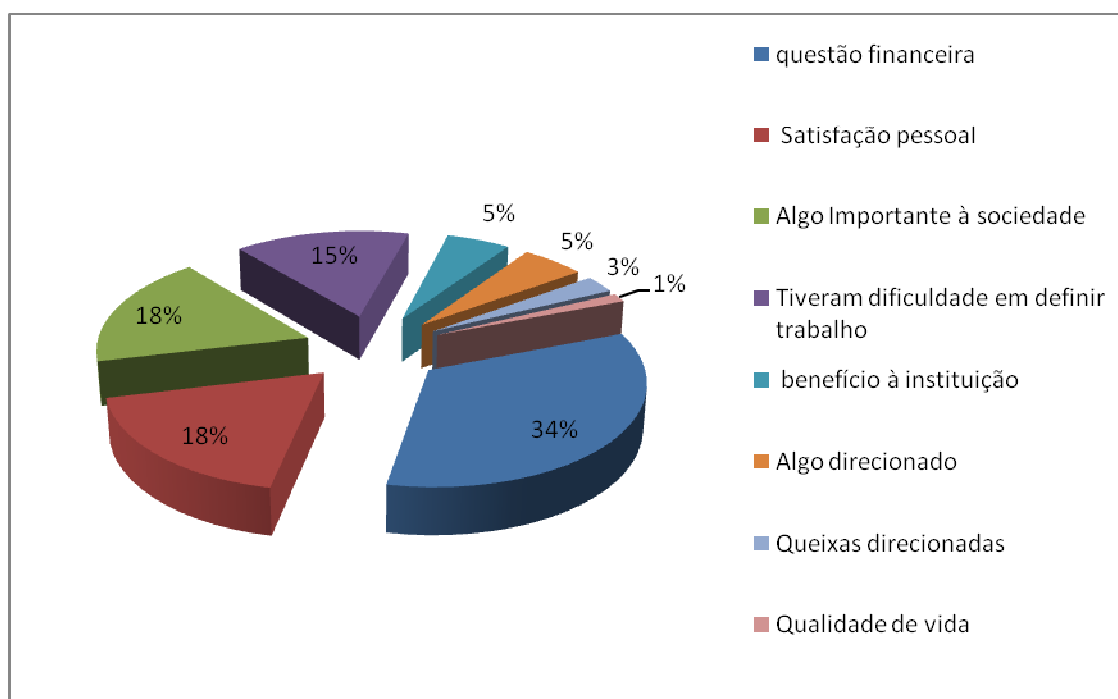


Gráfico 7: O que você considera TRABALHO?

A resposta predominante, com incidência em 34 % dos participantes não é novidade, pois estamos numa sociedade capitalista e nosso trabalho tem como principal aplicação a busca de aporte financeiro para sobrevivermos nas regras do capitalismo. O

trabalhador exerce o domínio sobre a natureza e acaba sendo dominado pelo próprio homem e seu sistema perverso de exploração, o capitalismo. Os trabalhadores que foram objeto da pesquisa, embora no grupo de prestadores de serviço, como já anteriormente discutido, estão referendando as afirmações quando um número tão expressivo coloca com função predominante do trabalho a busca da sobrevivência, 34%, seguido dos 18% que entendem o trabalho como mecanismo de satisfação pessoal. Embora com denominação um pouco diferente, a busca da satisfação pessoal, revela a individualidade nos participantes, mola mestre do capitalismo e que tem serviço para a sua proliferação pelo mundo mesmo nos momentos de crise mais aguda.

Outro dado bastante significativo que aparece é o relacionado à preocupação do indivíduo em dar a sua parcela de contribuição à sociedade com 18%, revelando uma preocupação desse segmento de trabalhadores com a sociedade, tema diretamente relacionado com o principal foco da atividade da segurança pública, que é o cidadão, seja para proteger seu patrimônio ou a vida do indivíduo. Esse dado também demonstra a centralidade que o trabalho exerce sobre a vida de parcelas significativas da sociedade, independente do tipo de atividade laboral que exerce.

Abaixo são apresentados alguns trechos das respostas dos trabalhadores que foram expostas nos questionários e ao transcrevê-las buscamos apresentar uma noção da forma utilizada por eles para se expressarem.

(...) *“alcançar os objetivos traçados pela instituição.”*

(...) *“é fazer algo, cada um produzir em sua função, é dedicar-se inteiramente, dando resultado positivo satisfazendo seu empregador bem como procurando retorno monetário em benefício próprio. Ter uma profissão é sentir útil, desempenhá-la com eficiência traz satisfação própria e dos superiores.”*

(...) *“trabalho no meu entendimento é exercer uma profissão, desempenhar uma função. Ou melhor ainda, que essa atividade humana fosse desenvolvida com amor, com prazer, onde certamente teríamos uma melhor qualidade de vida”.*

(...) *“esta ligado a uma vocação, algo que fazemos com prazer, que nem sempre conseguimos este prazer no trabalho, mas é nele que buscamos nosso sustento para nossas famílias e temos a realização profissional.”*

(...) *“é tudo aquilo que o ser humano desenvolve em prol da sociedade, podendo ser remunerado ou não.”*

(...) *“um serviço manual ou intelectual que gera resultados ou garante que um resultado seja atingido mediante uma contra-prestação em dinheiro e um reconhecimento perante a sociedade.”*

(...) *“é a função que você executa a outro a fim de recebe/ser recompensado pela atividade desenvolvida em prol de outros.”*

(...) *“toda ocupação em qualquer área, onde é depreendido esforço humano em prol da coletividade. É a geração de riqueza através de trabalho, digno, humano, dando o mínimo de garantias constitucionais para cada cidadão.”*

(...) *“trabalho é a atividade física, ou não, em que nos ocupamos e onde exercemos funções que serão remuneradas “posteriormente” para garantir nossos “anseios” pessoais.”*

(...) *“Exercer qualquer atividade física ou intelectual, seja de forma autônoma, informal, contratado, registrado, concursado ou para satisfação pessoal própria ou de terceiros, particular ou para iniciativa pública ou privada, que produza qualquer transformação, para fins de “pró-labore”, vantagens ou conhecimento.”*

(...) *“é o emprego do qual nos ocupamos com o fim de sermos remunerados, é de vital importância que tenhamos nossa ocupação, pois é mandamento bíblico, “disse o Senhor DEUS: do suor do teu rosto comerás o teu pão até que tornes a terra. Gn 3.19, óbvio está que a intenção do Sr. Não era castigar o homem, pois doce é o sono do trabalhador Ec. N 5.12, sendo assim creio que todos nós devemos ter uma ocupação lícita de maneira que possamos nos promover e ver o bem dos nossos e de todos.”*

(...) *“exercer uma função com o propósito de beneficiamento próprio ou de uma coletividade com fins lucrativos ou não. Desempenho de funções atividades e elaborações de metas podem ser conceituados como trabalho também”.*

(...) “é uma parte da vida que dedicamos ao conjunto social, afinal o trabalho, por menos importante que seja tem uma importância na sociedade. É uma forma de se sentir útil e desenvolver as relações sociais.”

(...) além de necessário à sobrevivência do homem, é também de extrema importância na dignidade do ser humano, na auto-estima, na valorização dos princípios básicos, dos valores morais e éticos.

Embora as respostas tenham apresentado mais de uma finalidade para o trabalho e assim tenham dado mais de uma interpretação sobre a opinião do trabalhador, foi possível perceber que há o predomínio das respostas voltadas ao trabalho como instrumento de satisfação de desejos materiais, de qualidade de vida ligada ao campo do consumo, da apropriação de bens de capital. Houve também respostas que indicaram uma satisfação do indivíduo com sua profissão, com o tipo de atividade que exerce e indicam uma identificação que vai além da remuneração e das condições de trabalho, independentemente desses requisitos para o profissional, mas essas respostas não foram predominantes, conforme os dados apresentados no gráfico 7 demonstram.

Não foi possível detectar uma identificação dos trabalhadores com o setor de serviços, cujo produto é imaterial, nesse caso, a segurança. Os trabalhadores puseram-se na condição de produtores de algo que indicava materialidade, algo palpável, inclusive dificultando as respostas sobre o tema, pois não é comum, como no caso da instituição militar, o trabalhador refletir sobre seu trabalho, sobre sua produtividade, suas metas, fatores criados para mensurar a produção no meio capitalista em que vivemos.

Sobre a pergunta formulada para identificar se os praças consideram-se trabalhadores, o predomínio foi do entendimento de que são trabalhadores, por 95% dos trabalhadores e apenas 5% não se reconhece como trabalhador. Os dados corroboram o que já havia sido indicado anteriormente a esse respeito quando da pergunta sobre trabalho. Mesmo sendo um trabalho não mensurável do ponto de vista da produção, os profissionais compreendem a sua função como uma produção de algum bem, nesse caso a segurança pública e assim, conseguem identificar-se como trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi possível identificar no decorrer do presente trabalho que as mudanças societárias decorrentes da mais nova crise do capital, amplamente sentida em todos os continentes, afetam de forma significativa a segurança pública como prestação de serviço. Os reflexos são sentidos na falta de empregos, nas subcontratações, terceirizações, nos salários cada vez menores, conseqüências estas que remetem a um ciclo de violência crescente e diretamente sentido pelos profissionais de segurança pois trabalham diretamente com esses reflexos em suas jornadas de trabalho.

Essas conseqüências que mudaram a forma como o trabalho é encarado, concebido, não mudou, todavia, a forma como os serviços prestados pela categoria de trabalhadores estudados se posiciona, em virtude de sua proximidade com o estado o seu empregador direto e do qual emanam as ordens e prioridades a serem cumpridas pelos trabalhadores da segurança.

Nesse sentido é possível destacar o que Soares (2005) escreve

Os governos se sucedem, no Brasil, e a violência criminal cresce dramaticamente, mas o problema não chega a ser enfrentado com políticas públicas apropriadas e recursos correspondentes à magnitude da tragédia social envolvida. É curiosa esta reiterada omissão, este silêncio, este imobilismo. A violência criminal parece sofrer de uma estranha invisibilidade conceitual, cuja conseqüência parece ser a dificuldade em assumir e implantar políticas públicas específicas, ainda que os efeitos da violência ocupem as primeiras páginas dos jornais, diariamente.

A categoria de trabalhadores que é responsável por significativa parcela de resolução de conflitos sociais de toda ordem tornou-se, ao longo da evolução das formas de exploração do homem pelo homem, um instrumento de coerção das classes dominadas com o propósito de manter os interesses das classes dominantes intactos. Sejam elas servos, escravos, operários, ou proletariado, como melhor convier para análise, têm sido alvo das políticas de segurança para permitir que a ordem não seja quebrada. A ordem, porém, que o polícia tem que garantir, conforme COSTA (2005) “é uma ordem desigual, desumana e socialmente perversa, por ser aquela que, emana das políticas públicas discriminatórias.”

Os instrumentos de dominação modernos, construídos para tornar a dominação mais imperceptível estão também caindo na invisibilidade por parte dos trabalhadores

da segurança. Essa invisibilidade da violência urbana contra e do trabalhador de segurança são reflexo das contradições que nos deparamos. O desemprego crescente fabrica cidadãos que passam fome, dependentes de políticas públicas que atendam às suas necessidades como saúde, educação, moradia, e o trabalhador de segurança necessita visualizar tais problemas e compreender que seu trabalho também é social. As atividades de segurança pública estão diretamente voltadas à proteção dos interesses não se restringindo aos que o estado elegeu proteger por conta de interesses políticos e financeiros nem sempre claros.

Ao refletir sobre o trabalho voltado à segurança pública foi possível redescobrir a própria profissão, encontrar na atividade até então desenvolvida uma alternativa viável para dar respostas à sociedade sobre as dificuldades encontradas para conviver com o fantasma da violência que ronda a sociedade contemporânea. A atividade profissional desempenhada no campo da segurança pública carece de estudos aprofundados sobre os profissionais. Mergulhando nas peculiaridades da segurança pública será possível compreender boa parte das causas e das soluções para a violência. Ao trabalhador envolvido no processo não há muitas saídas pois não é detentor dos meios para provocar as mudanças e as regras impostas pelas instituições não são favoráveis à implementação, requerendo assim a intervenção da sociedade nas questões de interesse coletivo, no sentido de oferecer um contraponto ao instituído, que já se sabe, não está obtendo os resultados que o conjunto da sociedade anseia.(anexo R)

As modernas tecnologias, os avanços científicos em diversas áreas do conhecimento, as mudanças sociais, etc., são elementos a serem considerados pelas instituições de segurança pública de forma a aliar tais conhecimentos ao que está sendo executado. Não há intenção com essa indicação em buscar avanços no sentido de substituir o homem em suas funções e refletindo Antunes (1999) o qual expressa que projetos importantes fracassaram ao desconsiderarem o trabalho(...) “As máquinas inteligentes não podem substituir os trabalhadores. Ao contrário, a sua introdução utiliza-se do trabalho intelectual do operário, que ao interagir com a máquina informatizada acaba também por transferir parte dos seus novos atributos intelectuais e cognitivos á nova máquina que resulta desse processo. Antunes referia-se ao operariado industrial mas as afirmações servem ao caso da atividade de segurança.

Proporcionar maior tempo livre ao homem para que ele possa desenvolver suas habilidades sociais são também tarefas a serem requisitadas dos avanços tecnológicos, e Antunes (1997: p.81) reforça essa busca ao referir-se que

(...)“a ação efetivamente capaz de possibilitar o salto para além do capital será aquela que incorpore as reivindicações presentes na cotidianidade do mundo do trabalho, com a redução radical da jornada de trabalho e a busca do tempo livre sob o capitalismo, desde que esta ação esteja indissolivelmente articulada com o fim da sociedade do trabalho e a sua conversão em uma sociedade criadora de coisas verdadeiramente úteis.”

Por fim, diante de tantas dificuldades em caracterizar o trabalho policial dentro de um contexto de tantas mudanças sociais no mundo contemporâneo entendemos que a caracterização da atividade do profissional de segurança como uma atividade essencial deve ser reforçada levando-se em consideração a complexidade de situações enfrentadas por esses profissionais. As infinitas situações de risco e violência a que estão sujeitos durante a realização de sua missão nos remetem a refletir sob ângulos diferenciados, entendendo que muitos executam sua atividade com grande dedicação e zelo e o estado não reconhece. O Estado precariza as condições de trabalho e salário desses profissionais ao destinar verbas pífias ao segmento, tal qual o faz com a saúde e educação que seriam seus trabalhos constitucionais primeiros. Por outro lado, temos profissionais que incorporam o estado autoritário e violento, elegendo inimigos e exercendo o poder de domínio, medo e violência sob pretexto da manutenção da ordem pública, situação que é de grande conveniência para o estado pois vê sua incompetência ser assumida pelos profissionais de segurança pública, livrando-o da responsabilidade pelas mazelas sociais por ele produzida.

Como reflexo da violência, falta de investimentos no setor, políticas desencontradas e pontuais enfrentados por esses profissionais percebemos manifestações de descontentamento e desânimo dos trabalhadores. A incapacidade de mudar os rumos se reflete no descrédito dos profissionais à sua instituição, os quais requerem mudanças na estrutura de gerenciamento e também nas políticas públicas do setor de segurança. As insatisfações foram identificadas pela pesquisa realizada pela SENASP com os profissionais e também pelas manifestações dos profissionais registradas na 1ª CONSEG e que indicam a urgência em realizar mudanças dentro das instituições e na condução das políticas públicas para o setor. Essas mudanças passam, necessariamente por um novo olhar ao trabalhador, um olhar de valorização e crédito, incluindo-o como partícipe das mudanças, com formação voltada ao trabalho comunitário, com a percepção clara de sua importância como ponto de equilíbrio e paz social.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 7ª reimpressão. São Paulo: Boitempo, 1999.

_____. **Adeus ao trabalho?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4ª ed. São Paulo: Cortez, 1997.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 12. ed. Brasília: Universidade de Brasília – UNB, 1999. v. 2.

CHAVES, Karine Elizabete. **As transformações no mundo do trabalho e a participação da pessoa com deficiência no processo de trabalho**: um estudo no programa cidadania em ação da ECT DR/SC. Trabalho de Conclusão do Curso de Serviço Social na Universidade Federal de Santa Catarina-UFSC. Florianópolis, 2006.

FRAGA, Cristina K. **A Polícia Militar ferida**: da violência visível à invisibilidade da violência nos acidentes em serviço. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós- Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUCRS, 2005.

FRAGA, Cristina K. **O processo de construção institucional da invisibilidade do acidente de trabalho na Brigada Militar**. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social na Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: PUCRS, 2002.

MARÇAL, Justen Filho. **Curso de direito administrativo**. São Paulo, Saraiva, 3ª ed., 2008.

MARX, Karl. **O capital: crítica da Economia Política**. Livro I, v. 1. Tradução de Reginaldo Sant'Ana. 20ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

MARX, Karl. **O capital, crítica de economia política**. Livro I. Ed. Civilização Brasileira, 1971.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro Setor e a Questão Social: Crítica ao padrão emergente de intervenção social**. 4ª São Paulo: Cortez, 2007. 288 p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de (Orgs.). **Missão investigar**: entre o ideal e a realidade de ser policial. 2ª ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; SOUZA, Edinilsa Ramos de. **Policial, risco como profissão**: morbimortalidade vinculada ao trabalho. *Ciência & Saúde Coletiva*, n° 4, vol. 10, 2005.

MONJARDET, Dominique. **O que faz a polícia:** Sociologia da Força Pública. Tradução de Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: EDUSP, 2003. (Série Polícia e Sociedade, n° 10)

MUNIZ, Jacqueline de Oliveira. **Ser policial é, sobretudo, uma razão de ser:** cultura e cotidiano da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro. RJ, 1999, tese de Doutorado. Instituto Universitário de Pesquisas.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **O trabalho duplicado** – A divisão sexual no trabalho e na reprodução: Um estudo das trabalhadoras de telemarketing. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2006, 240 p.

NOGUEIRA, Cláudia Mazzei. **A feminização no mundo do trabalho:** entre a emancipação e a Precarização. São Paulo: Autores Associados, 2004. 112 p.

NOGUEIRA, Marco A. **Um Estado Para a Sociedade Civil:** Temas éticos e Políticos da Gestão Democrática. São Paulo, Cortez, 2004.

OUTHWAITE, Willian; BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar editores, 1996. 970p.

PINTO, Ricardo J. V. de M. **Trabalho e identidade:** o eu faço construindo o eu sou. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília. Brasília – DF: UnB, 2000.

PONCIONI, Paula. **Tornar-se policial:** a construção da identidade profissional do policial no Estado do Rio de Janeiro. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2003.

SALANOVA, M; GRACIA, F J; PEIRÓ, J M (Org.). **Significado do trabalho e valores laborais:** Aspectos psicosociais do trabalho. 1ª Madri: Síntesis, 1996. (Tratado de psicologia do trabalho). Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-73722008000300004&script=sci_arttext>. Acesso em: 08 nov. 2009.

SANTOS, Cristiane Andrade Santos. **Significado do trabalho e conduta ético-profissional:** um estudo de caso na polícia militar baiana. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Administração da Universidade Federal da Bahia: UFBA, Salvador, 2006.

SANTOS, José V. T. dos. **A arma e a flor:** formação da organização policial, consenso e violência. Tempo Social – Revista de Sociologia da USP. São Paulo, v. 9, n. 1, 1997, p. 155-167.

SANTA CATARINA. **Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina,** Lei nº 6.218, de 10 de fevereiro de 1983.

_____. **Regulamento Disciplinar dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina**, Decreto Estadual nº 12.112, de 16 de setembro de 1980.

_____. **Diretriz de Procedimento Permanente nº 002/89 do Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina**. Dispõe sobre as características e princípios de ação do policiamento ostensivo.

_____. **Diretriz de Procedimento Permanente nº 005/89 do Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina**. Dispõe sobre escalas e turnos de serviço.

_____. **Diretriz de Procedimento Permanente nº 010/89 do Comando Geral da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina**. Dispõe sobre o Policiamento Ostensivo Geral.

_____. **LEI COMPLEMENTAR Nº 380, de 03 de maio de 2007**. Dispõe sobre o Corpo Temporário de Inativos da Segurança Pública no Estado.

_____. **LEI COMPLEMENTAR Nº 318, de 17 de janeiro de 2006**. Dispõe sobre a carreira e as promoções dos praças militares.

_____. **LEI COMPLEMENTAR Nº 302, de 28 de outubro de 2005**. Institui o Serviço Auxiliar Temporário na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar.

SOARES, Luiz Eduardo; RAMOS, Silvia; ROLIM, Marcos. **O que pensam os profissionais da segurança pública, no Brasil**. Brasília, Ministério da Justiça, SENASP, 2009. Disponível em: <http://www.pnud.org.br/seguranca/reportagens/index.php?id01=3309&lay=jse>

SOARES, Amauri. **O tamanho da nossa luta**. Florianópolis, 2004. Disponível em <http://www.aprasc.org.br/biblioteca.php>. acesso em 15 de novembro de 2009.

Sites consultados:

<http://www.tre-sc.gov.br/site/legislacao/legislacao/constituicao-do-estado-de-santa-catarina/index.html>

http://www.ucamcesec.com.br/arquivos/publicacoes/Do_tiro_ao_twitter.pdf

<http://www.pm.sc.gov.br/website/redir.php?site=40&act=1&id=13&url=13>

<http://legislacao.planalto.gov.br/legislacao/nsf/>

<http://www.alesc.sc.gov.br/portal/index.php#>

ANEXOS

ANEXO A - PANFLETO CONVIDANDO PARA REUNIÃO DA APESC**ESTÁ NASCENDO UMA NOVA CONSCIÊNCIA**

Você vai ouvir falar, nas próximas semanas, da criação da Associação dos Praças do Estado de Santa Catarina (APESC). Melhor que isso é o fato que você pode participar desse momento histórico.

Esse movimento começou em algumas Unidades da Grande Florianópolis e está se deslocando para outras cidades. Já são mais de mil assinaturas de adesão à proposta de criarmos uma entidade só de todos os Praças, que seja representativa dos nossos interesses, que sirva como entidade de classe, de defesa jurídica e de reivindicação de direitos.

Um esboço de estatuto está sendo discutido por uma Comissão Provisória escolhida em reunião na Capital no dia 17 de maio. Essa Comissão, além de fazer a proposta de estatuto, deve convocar e organizar uma Assembléia para as próximas semanas. Todos os Praças do estado estão, de antemão, convidados a participar.

Só existe uma forma de alcançarmos nossos objetivos e não sermos mais enrolados: é nos organizando por nós mesmos, com autonomia e clareza dos caminhos a seguir. Não podemos esperar mais com os braços cruzados.

Aguarde a chamada para a Assembléia Geral!

Florianópolis, em 30 de maio de 2001.

Membro da Comissão Provisória

ANEXO B - PANFLETO APÓCRIFO DIRIGIDO AOS PRAÇAS

POLICIAL MILITAR

LUTE PELA SUA SEGURANÇA

Nós Policiais Militares vivemos uma situação contraditória. Enquanto atuamos em nome da lei, enquanto os governantes usam de leis ultrapassadas e anti-democráticas para nos ameaçar e manter o silêncio nos quartéis, não vimos cumprido nosso direito de alimentar nossas famílias e prestar um bom serviço à sociedade.

Ao mesmo tempo que a sociedade reclama mais policiamento não existe concurso público sequer para suprir o número de policiais que se aposentam, saem da polícia, perdem as condições físicas e psicológicas de trabalho ou morrem. Nós que continuamos aptos para o trabalho, para sustentar nossas famílias, temos que mendigar o direito da hora-extra trabalhando muitas vezes doentes, sem falar do estresse diário da maioria que é forçada a fazer "bico" para incrementar o salário.

Outra injustiça que tem indignado todos os Praças e até os Oficiais inativos foi a medida discriminatória que concedeu 2,5 soldos aos Oficiais que têm condições de trabalhar, manobra esta utilizada para enfraquecer o movimento reivindicatório do final do ano passado, que buscava atender as necessi-

dades de todos os policiais catarinenses.

Continuamos fiéis àquela pauta de reivindicação, mas, no momento, temos que ser firmes em alguns pontos específicos:

- **Dois Soldos e Meio para todos os Policiais Militares, ativos e inativos;**
- **Manutenção e cumprimento da lei de hora-extra, sem as cotas arbitrárias, e sua extensão aos Oficiais;**
- **Fim imediato das prisões e detenções disciplinares;**
- **Direito de ir e vir, liberdade de expressão e de manifestação do pensamento.**

O que reivindicamos é bem pouco: apenas o que nos permita viver dignamente e prestar um bom serviço à sociedade. Nosso Movimento é pacífico e busca conquistar isso.

Apoiamos as justas reivindicações de todos os servidores públicos.

Convocamos todos os policiais de folga e familiares para participar da manifestação dos servidores públicos desse dia 09 de agosto (se não tiver prontidão).

PRAÇAS QUE QUEREM CONSTRUIR A APESC (ASSOCIAÇÃO DE PRAÇAS)

ANEXO C - 1º PANFLETO DA APRASC

A P R A S C

ASSOCIAÇÃO DE PRAÇAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Em 25 de agosto último, dia do Soldado, foi fundada a Associação de Praças do Estado de Santa Catarina - APRASC, uma Entidade de classe que tem como objetivo unir, discutir e defender os interesses da nossa categoria.

Entendemos que a categoria dos Praças está completamente dispersa, desorganizada, sem uma perspectiva unitária de luta. Por isso estamos construindo um mecanismo representativo (a APRASC) capaz de unir todos os Praças em torno de um programa que contenha nossas principais necessidades.

Não estamos construindo um partido, nem uma candidatura a deputado. Nosso objetivo é a defesa da categoria, sem confundir isso com cargo parlamentar, com partido, com candidatura, com essa ou aquela autoridade. Também não prometemos assistência médica, odontológica, clube social, etc. Para isso já existem instituições e entidades que descontam de nossos salários para nos prestar esses serviços. Nossa tarefa será cobrar para que essas organizações cumpram como devem suas obrigações.

Uma estrutura que tenha como objetivo defender judicial e extra judicialmente a categoria, que possa

aglutinar todos os Praças para conquistas salariais e melhores condições de vida e trabalho, precisa, no entanto, algum recurso para funcionar. Por isso foi aprovado na Assembléia de fundação e está registrado no Estatuto que a contribuição dos associados da APRASC será igual a 2% do soldo do soldado (que corresponderá a R\$ 3,34 reais).

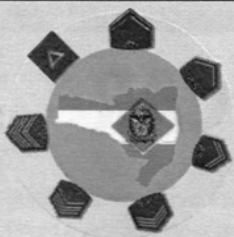
A próxima Assembléia Ordinária da APRASC, que será realizada em novembro próximo, elegerá a Diretoria Executiva e o Conselho Fiscal para a primeira gestão de 2 anos. Até lá temos uma Diretoria Executiva e um Conselho Fiscal Provisórios, cujo principal objetivo é divulgar a criação da APRASC e construir adesão. Nesse sentido contamos com seu apoio, sendo um associado, compondo o Conselho de Representantes e, principalmente, participando das atividades que viermos a realizar.

Faça contato conosco ou com o membro do Conselho de Representantes de sua unidade. Se onde você trabalha ainda não tem esse representante, você mesmo pode cumprir esse papel, ajudando a construir a APRASC, que deve pertencer a todos os Praças e não apenas à Diretoria.

Florianópolis, em 05 de setembro de 2001.

Respeitosamente,

DIRETORIA PROVISÓRIA



O PRAÇA

JORNAL DA ASSOCIAÇÃO DE PRAÇAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - APRASC

Visite nossa página: www.aprasc.com.br

POLICIAIS E BOMBEIROS MILITARES SE ORGANIZAM NA APRASC

No dia do Soldado, 25 de agosto, foi fundada a Associação de Praças do Estado de Santa Catarina - APRASC, entidade que nasce a partir de uma necessidade histórica dos Praças Policiais e Bombeiros Militares catarinenses, nos colocando diante do desafio inédito de criar uma Entidade que nos represente do ponto de vista judicial e trabalhista.

A realidade atual nos obriga a conquistar os espaços democráticos e fazer deles os fóruns de discussão dos nossos principais problemas: salário, condições de trabalho, segurança no trabalho, apoio

institucional, moradia digna, saúde, plano de carreira e respeito humano. Tudo isso, apesar de nunca nos ter sido garantido, não pode nos parecer estranho e faz parte do nosso dia-a-dia de profissionais da segurança.

Para nós da APRASC, a missão dos Praças a partir de agora vai além de representação corporativista. Devemos nos preparar para influenciar no processo vital de fortalecimento da instituição Policial Militar, segundo os preceitos da vontade da maioria, e para discutir segurança pública como direito social básico para o conjunto da sociedade.

ASSEMBLÉIA GERAL DOS PRAÇAS

Dia 09 de novembro – 19h – no Auditório da
Catedral Metropolitana de Florianópolis

SUA PARTICIPAÇÃO É MUITO IMPORTANTE

**SÓ HAVERÁ SEGURANÇA PÚBLICA DE
QUALIDADE COM MAIS SALÁRIO
E MELHORES CONDIÇÕES DE TRABALHO!**

ANEXO E – JORNAL O PRAÇA Nº 4 (CAPA)



A APRASC SEGUE... - EM FRENTE!!!

Quando você terminar de ler este jornal, já seremos mais de dois mil filiados à APRASC, sendo esta a **maior Entidade Representativa dos Praças em Santa Catarina**. Deste total, a grande maioria trabalha e mora nas cidades da Grande Florianópolis (Capital, São José, Palhoça, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas), que já tem cerca de 65% do efetivo filiado.

No interior, temos vários irmãos de farda que desde o início estão ajudando a fortalecer a credibilidade da APRASC enquanto Entidade estadual.

No entanto, temos plena consciência de que precisamos nos fazer muito mais presentes em todo o território catarinense.

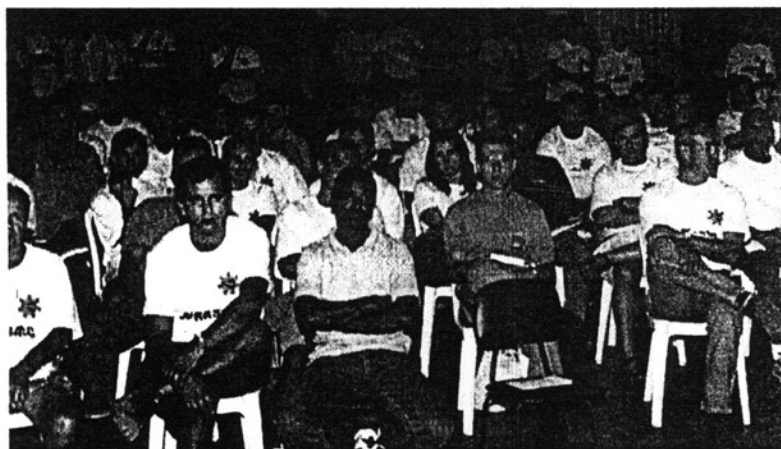
É evidente que temos muita vontade de viajar todo o Estado, conversar com todos os Praças interessados em ajudar a construir uma Entidade que efetivamente possa superar a situação de abandono em que vivemos. Não nos tem faltado vontade, e sim tempo.

Todos nós diretores da APRASC trabalhamos, sem nenhuma forma de regalia. Aliás, **não queremos essa "regalia"** que outros recebem, pois sabemos que ela vem acompanhada de compromissos que são con-

social participe dessa construção, desse movimento que cresce numa velocidade cada vez maior.

Quanto às represálias, cada um sabe o quanto quer e pode pagar pela realização dos ideais de milhares

de irmãos, antepassados e contemporâneos. São sonhos de vida digna, de condições adequadas de trabalho, de moradia, de educação para os filhos, sonho de respeito humano no local de trabalho. Quem de nós nunca se sentiu humilhado por alguém que não tem um pingão da dignidade que temos?!!



A assembleia o dia 21 de março foi a maior que já fizemos

trários à autonomia e aos interesses dos Praças. Trabalhamos, e via de regra, têm nos colocado nas piores escalas justamente para nos retirar o tempo livre.

Mas chegaremos muito mais efetivamente no interior do Estado, principalmente porque vários irmãos de farda têm dado seu apoio e ajudado a construir nossa Entidade. Pedimos justamente isso: que cada Praça consciente de sua condição profissional e

Então é hora de mudar tudo isso, é hora de escrever uma página grande na nossa história, é hora de deixar um legado de dignidade e honradez para aqueles que virão depois de nós. **Nós da APRASC contamos com você, da capital, do interior, de qualquer lugar desse Estado onde exista sede de justiça.** E continuamos a disposição, com a mesma garra de sempre. **Não nos vergarão jamais!!!**

AGENDE-SE

www.aprasc.com.br

DIA 9 DE MAIO

Reunião da Sub-Comissão de Segurança da Assembléia Legislativa, às 14:00h, na Assembléia. Em Pauta: Unificação das Polícias.

FINAL DO MÊS DE MAIO

Debate sobre a Unificação das Polícias, com a presença do Deputado Federal Cabo Júlio (de Minas Gerais) e outras autoridades. Aguarde Divulgação e Participe!

SEGUNDA QUINZENA DE JUNHO

Convenção dos Praças para escolher nosso Candidato a Deputado. Só unidos teremos Êxito!

TRÊS MOMENTOS MARCANTES

O primeiro foi a Vigília Cívica que fizemos na noite do dia 2 para o dia 3 de abril. Dezenas de Praças, de amigos, familiares, lideranças comunitárias e estudantes estivemos em frente ao Palácio Santa Catarina desde o término da audiência na Câmara de Vereadores até depois das 11 da noite. Depois disso, como começou a chover, nos recolhemos para as dependências da Assembléia Legislativa, onde o espaço foi garantido pelo Dep. Mantelli, que deixou seu gabinete à nossa disposição durante toda a noite.

O segundo momento a exaltar-mos foi a passeata que realizamos na noite do dia 4 de abril, das dependências do Clube XV de Outubro (onde

fizéramos mais uma Assembléia) até a frente do Palácio, onde permanecemos por duas horas em ato pelo atendimento de nossas reivindicações.

Como não poderíamos ficar calados diante do silêncio das pedras do Palácio, marcamos para a noite do dia 5 de abril um novo encontro no mesmo local. Nesse ato estiveram presentes centenas de Praças e os apoiadores civis dos dias anteriores. Foi uma manifestação emocionada, repleta do legítimo sentimento

de indignação diante do descaso com as questões mais caras da Segurança Pública catarinense. Tal manifestação, declarada Assembléia Extraordinária, tomou as seguintes decisões: declarar Estado de Operação Tartaruga em todo o território catarinense e fazer campanha pela não reeleição do atual governador e seus aliados no Poder Legislativo.



NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

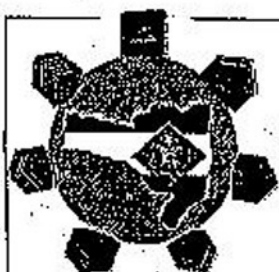


razão do assustador aumento dos índices de criminalidade, que tendem a aumentar com a manutenção da atual situação e do perigo enfrentado por toda a sociedade com a desmotivação dos agentes de segurança pública."

No dia 4 de abril a Assembléia legislativa aprovou a convocação ao Cmt Geral e ao Secretário de Segurança, nos termos que se segue:

"Senhor Comandante-Geral,

A Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina aprovando o Requerimento n. 199/02, de autoria da Senhora Deputada Ideli Salvatti, convoca Vossa Excelência para comparecer nesta Casa, em data a ser agendada posteriormente, com a finalidade de discutir a situação da Segurança Pública no Estado a partir dos dados estabelecidos no "Relatório da Segurança Pública em Santa Catarina II", elaborado pela Associação de Praças de Santa Catarina – APRASC -, e a situação salarial dos Policiais Militares do Estado de Santa Catarina."



O PRAÇA

Jornal da Associação de Praças de Santa Catarina

ANO II - Nº03
MAR/2002

Panfletagem da APRASC cumpriu os objetivos!

Como todos ficaram sabendo, no mês de janeiro a APRASC não ficou parada. Terminamos o mês de dezembro e começamos o ano novo nos reunindo para discutir os problemas causados pelos descasos na Operação Veraneio e os boatos que circulavam os quartéis sobre aumento para os Oficiais, dois soldos e meio, etc. Com o objetivo de esclarecer a situação e articular os Praças em torno de posições consensuais, realizamos uma Assembléia Geral no dia 17 de janeiro. Nessa Assembléia um companheiro sugeriu que a APRASC encontrasse um jeito de informar a população sobre a situação da Segurança Pública e a sugestão evoluiu para a elaboração de uma Carta Aberta à População a ser distribuída no Centro de Florianópolis no dia 30 de janeiro.

Embora o Comando tenha emitido uma ordem de Prontidão e Sobreaviso, realizamos a panfletagem contando com o apoio decisivo de familiares, amigos, lideranças estudantis e comunitárias. A manifestação foi um sucesso, e serviu para a população ver que a Segurança Pública está mesmo precária em Santa Catarina, apesar de todo empenho que tenhamos feito. Serviu também para a imprensa ir buscar suas informações em fontes seguras, o que redundou na publicação de dados ainda mais preocupantes, conforme pode ser visto no Diário Catarinense do dia 3 de fevereiro. Depois disso, em nova pesquisa, ficamos sabendo que Santa Catarina é um



dos estados campeões em furto.

Agora no mês de março, não podemos ficar parados. O Governo só tem até o dia 5 de abril para assinar qualquer lei ou decreto sobre reajuste e/ou gratificação. Não podemos acreditar em falsa informação, em boatos para nos desviar de nossos caminhos, nem ficar esperando que alguém resolva por nós os problemas. É preciso participação e unidade para reivindicar os dois soldos e meio. Conversa de gabinete é pura enrolação se a categoria não estiver unida e pronta para se manifestar publicamente! O mês de março é decisivo. Participe da Assembléia ou teremos que esperar até o ano que vem.

Assembléia Geral dos Praças

Em pauta: Salário e Condições de Trabalho

21 de março - 19h - Clube XV de Outubro - Fpolis

NOVA CENTRIC

AGORA VOCE PODE ADQUIRIR
SEU FARDAMENTO DIRETO E
A PREÇO DE FÁBRICA

CALÇAS
CAMISAS
BERMUDAS



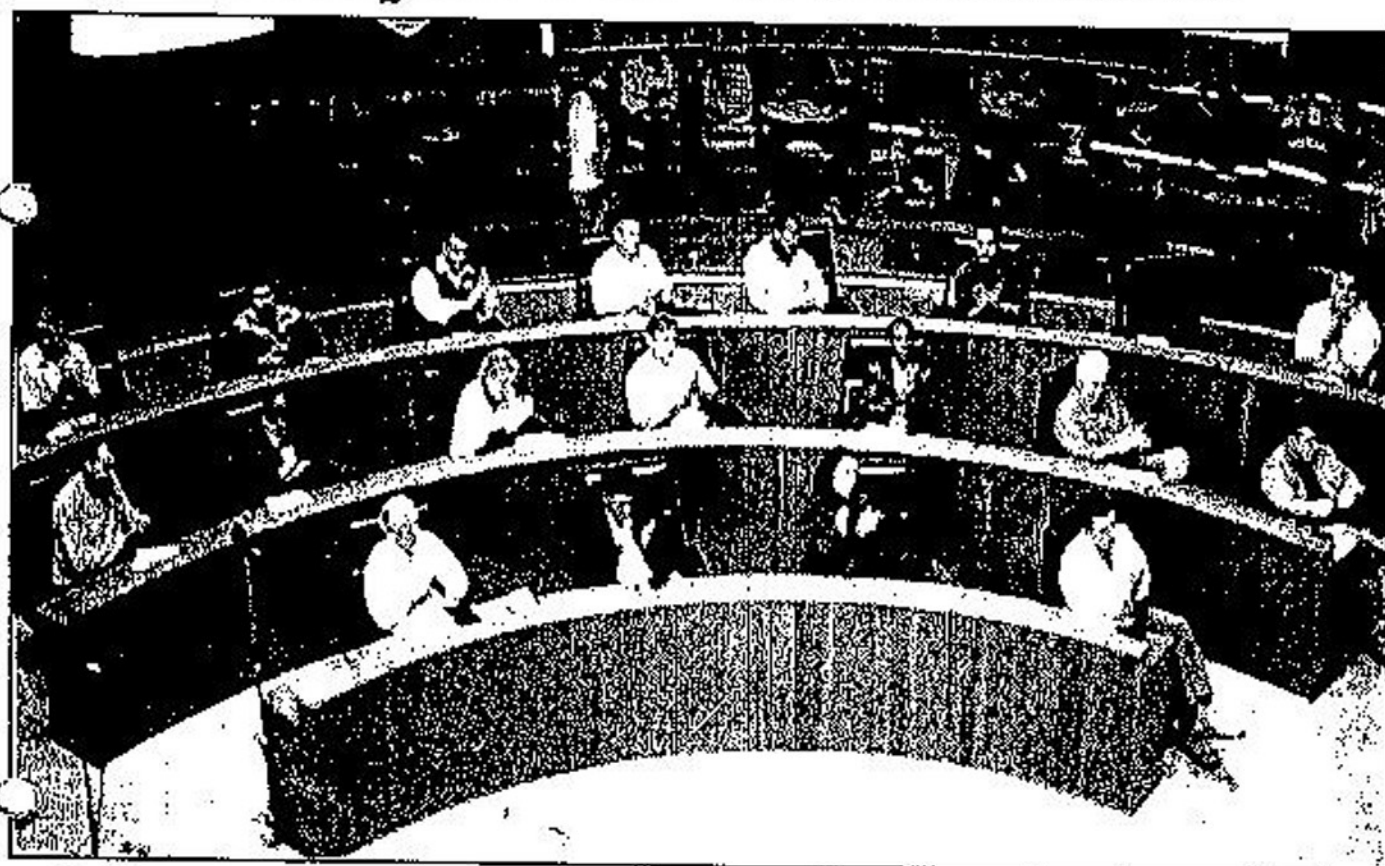


Jornal da Associação de Praças de Santa Catarina

ANO 11 - Nº 6
ACD 2102

www.aprasc.com.br

APRASC se Fortalece Para Conquistar o Futuro!!!



1ª Convenção Estadual dos Praças Marca o Início de uma Nova Cultura Política entre Policiais e Bombeiros Militares!

SANTA CATARINA TEM A CAPITAL CAMPEÃ EM FURTOS NO PAÍS



Enquanto os presos estão sendo soltos, policiais estão sendo presos por defenderem o Estado de Insegurança.

APRASC - ASSOCIAÇÃO DE PRAÇAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

File-se a APRASC

Preencha sua ficha de filiação e envie para nosso endereço


EDSON GARCIA FORTUNA

**O TRABALHO E SUAS SIGNIFICAÇÕES NA POLÍCIA MILITAR
DE SANTA CATARINA: A VISÃO DOS PRAÇAS**

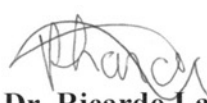
Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da
Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para obtenção do título de
bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Professora Doutora Claudia Mazzei Nogueira.

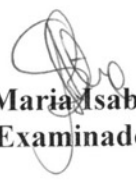
BANCA EXAMINADORA



Prof.ª Dr.ª Claudia Mazzei Nogueira
Orientadora



Prof. Dr. Ricardo Lara
1º Examinador



Prof.ª. Ma. Maria Isabel da Silva
1º Examinador

FLORIANÓPOLIS
2009/2

**ANEXO I - CARTA DE APOIO AOS PRAÇAS - ESTUDANTES
JANEIRO 2002**

ESTUDANTES UNIVERSITÁRIOS APOIAM A GREVE DOS POLICIAIS!!!

Já está claro qual tem sido a política do governo de Santa Catarina: arrochar salários dos servidores e sucatear as empresas públicas para "honrar os compromissos" do Estado com o governo federal e com os banqueiros internacionais. Essa foi a prioridade de Esperidião Amin desde seu primeiro dia de governo. O episódio da entrega do BESC é só um exemplo desse tipo de política entreguista.

Amin, dessa forma, torna-se um dos governos estaduais mais alinhados com a política de desmonte do patrimônio público e dos direitos trabalhistas levada a efeito por FHC, subordinando com toda subserviência a nação brasileira aos mandos de organismos internacionais, como FMI, Banco Mundial, Organização Mundial do Comércio (OMC). Essa política anti-nacional precisa ser contestada veementemente por todos os brasileiros comprometidos com uma nação livre e soberana.

A atual mobilização e greve dos policiais de Santa Catarina é legítima e justa, como todas as lutas dos trabalhadores por melhores condições de vida e de trabalho. Segurança pública é fundamental para que a sociedade possa crescer e desenvolver-se com prosperidade e justiça.

Nesse sentido, nós estudantes universitários nos colocamos incondicionalmente a favor das reivindicações dos policiais, e queremos deixar claro que tanto Amin quanto FHC são responsáveis pela situação de injustiça cometida contra todos os trabalhadores do país. A possibilidade de vida digna, de prosperidade e de justiça passa, necessariamente, pela derrota do projeto político-econômico levado a efeito por estes governos.

Você Policial Militar ou Civil, precisa aderir ao movimento com a clareza de que não se trata apenas de um movimento de policiais, e sim de mais uma justa demanda dos trabalhadores desse país. Nós estudantes universitários, estaremos com vocês nessa e em todas as lutas onde os interesses da maioria da população estejam em jogo contra a injustiça desse estado opressor e comprometido com os interesses dos monopólios empresariais, brasileiros e estrangeiros.

JUVENTUDE AVANÇANDO - UFSC

Debate com os Candidatos ao Governo de Santa Catarina

A Aprase em conjunto com a ASSESC enviou ofício para os quatro principais candidatos ao governo do estado, convidando para a reunião com os Praças. O primeiro a marcar foi Luiz Henrique da Silveira para o dia 04 de agosto. LHS esteve na sede da ASSESC nesse dia, mas,

devido a pouca presença de Policiais optou por transferir o debate para outra data, sendo que não conseguimos mais agendar. José Fritsch, do PT, esteve debatendo conosco no dia 04 de setembro, e Sérgio Grando, do PPS, do dia 17. Da parte da candidatura de Esperidião Amin,

não recebemos nenhum contato.

Os debates com Fritsch e Grando foram bastante produtivos, com troca e aprimoramento de idéias de ambas as partes. Publicaremos abaixo a íntegra da carta de reivindicações debatida com os candidatos:

Exmo. Sr. Candidato a Governador,

Nós Praças da Polícia Militar, diante da presente eleição que vai escolher o novo Governador do nosso Estado, e considerando a importância que o tema Segurança Pública tem assumido na atualidade, temos as seguintes reivindicações a fazer:

1 - Compromisso de que não haja política salarial discriminatória no interior da Polícia Militar, independente de qual seja a forma da concessão (reajuste, reposição, gratificação, etc). Garantir, nos primeiros meses do novo Governo, os dois soldos e meio a todos os Praças ativos e inativos da PM é condição indispensável para superar a desmobilização ora vigente entre o maior sub grupo da Segurança Pública;

2 - Organizar o planejamento fiscal no sentido de que seja possível alcançar o piso salarial reivindicado a nível nacional de 10 salários mínimos. (Consideramos que o período de quatro anos é suficiente para alcançar esse patamar);

3 - Encaminhar para a Assembléia Legislativa, no primeiro prazo possível, um Projeto de Lei criando um novo Plano de Carreira para a Polícia Militar, cujo conteúdo seja construído a partir do debate democrático entre as entidades representativas;

4 - Trabalhar pela unificação orgânica entre as Polícias Civil e Militar, desmilitarizando a PM, e criando uma só academia, com um currículo único de formação, aperfeiçoamento e reciclagem. Desde já é possível desenvolver ações concretas no sentido de desburocratizar e tornar mais

eficiente o serviço prestado à população, desde que haja atitude positiva por parte do Poder Executivo na sua relação com os outros Poderes Instituídos;

5 - Defendemos que o Comandante Geral seja escolhido pelos próprios Policiais e não apenas indicado pelo governador.



A pequena participação foi compensada pela qualidade dos participantes.

Essa é a forma mais eficiente para democratizar o debate sobre segurança pública no interior da Corporação, garantindo que todos os Policiais e Bombeiros participem da reflexão sobre o serviço a ser prestado;

6 - Promover a reforma do Estatuto e do Regulamento Disciplinar da Polícia Militar, colocando-os em consonância com a Constituição Federal de 1988. Nesse aspecto é urgente a extinção das punições restritivas de liberdade (prisão e detenção), pois isso é um método ultrapassado e arbitrário de relação profissional, sendo fator de desestruturação institucional e de manutenção da subserviência, que favorece todas as formas de abusos e corrupção;

7 - Manter a Lei da hora extra, fazendo com que seja cumprida na íntegra. É necessário que o Comando regularize as escalas em vigor na Corporação para impedir o desrespeito à Lei;

8 - A emancipação do Corpo de Bombeiros é um tema que ainda não foi democratizado no interior da Instituição.

É preciso que seja realizado um seminário estadual sobre o assunto, garantindo representação proporcional de todos os Bombeiros do Estado antes de qualquer mudança;

9 - Criar o Conselho Estadual e Conselhos Municipais de Segurança Pública, onde seja garantido participação paritária de todos os Sub Grupos de servidores da segurança, com ampla participação das organizações sociais, com o objetivo de fiscalizar os recursos, além de debater e planejar as ações;

10 - Encaminhar à Assembléia Legislativa nos primeiros meses do novo Go-

verno um Projeto de Lei que garanta a liberação dos dirigentes das entidades de classe da Polícia Militar, seguindo os mesmos critérios utilizados para todas as outras categorias do serviço público.

Temos certeza de que o diálogo e o compromisso em torno desses pontos são aspectos imprescindíveis para que possamos ter segurança pública de qualidade. Ter efetivo suficiente, condições materiais de trabalho e Policiais motivados é condição necessária para que a sociedade possa ser atendida de forma adequada.

No mais, nos colocamos a disposição para discutir estes e outros assuntos relacionados a Segurança Pública.

ANEXO K - PANFLETO DIA DOS EXCLUÍDOS 7 DE SETEMBRO DE 2004

LUIZ HENRIQUE TRAI CONFIANÇA DOS PRAÇAS NA SEMANA DA PÁTRIA

Neste dia em que se comemora e independência formal do Brasil, nós, praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, estamos aqui para informar à população da difícil situação em que vivemos. A dificuldade em prestarmos um bom serviço de segurança à sociedade é diretamente relacionada à manutenção de instituições arcaicas, à falta de uma estratégia racional e moderna de prestação de serviço em segurança e à continuidade do desrespeito aos profissionais da base do sistema.

O Tratamento dado aos Policiais e Bombeiros

A relação entre policiais e bombeiros, por um lado, nossos comandos e estruturas de governo, por outro, continua a mesma: alguns planejam sem contato com a realidade; a maioria executa sem saber quais os objetivos daquilo que foi planejado. Essa marcha cega, se não for revertida, nos levará ao precipício do caos social.

A relação interna nas instituições de segurança continua a mesma: velhos regulamentos e diretrizes tentam manter o silêncio daqueles que mais deveriam falar. O tratamento dispensado nos quartéis não só não muda, como retroage aos tempos de obscuridade.



APRASC
Associação de
Praças de
Santa Catarina

A Discriminação Salarial Continua

Luiz Henrique, ainda antes de assumir o Governo, afirmava que acabaria com a injustiça salarial dentro das instituições policiais, mas o que tem acontecido é o oposto: as cúpulas passaram a ganhar mais, enquanto os praças continuam esperando o pagamento da primeira parcela de uma Lei aprovada no ano passado (Lei Complementar 254/03).

Comprometeram-se a pagar 15% por semestre, mas, recentemente, o governador Luiz Henrique disse num canal de televisão que não se comprometeu com nada. E como não bastasse, falou que se for como a Lei prevê, "inverte-se toda a

hierarquia, e dentro de pouco tempo o praça menos graduado vai ganhar mais que um oficial". Isso é um absurdo, e o próprio governador sabe, pois a referida Lei tem por objetivo criar uma relação de uma para quatro vezes a diferença entre o menor e o maior salário. Hoje essa diferença é bem maior.

Tal declaração do governador não só expressa sua falta de vontade em resolver o problema, como é o atestado de que esse é mais um Governo das cúpulas. Nosso salário, a relação nos quartéis, a qualidade da segurança vai continuar sendo a mesma, pois serão as mesmas castas que continuarão decidindo tudo.

Vamos às Ruas por Justiça Salarial e pela sua Segurança

Para reverter esse quadro nós praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros precisamos contar com a participação da sociedade. Não podemos contar com os governantes, e esperamos contar com você. Resolver os graves problemas da falta de segurança passa pela realização da justiça salarial a seus profissionais. Nós vamos à luta, e precisamos da sua solidariedade e apoio. No dia 15 de setembro, faremos uma grande manifestação aqui na Capital. Participe, e traga seus familiares! Concentração às 09:00hs, na frente da Assembléia Legislativa.

Quanto a independência do Brasil, precisamos continuar lutando por ela, pois o país a independência formal de 1822 ainda não se fez realidade no cotidiano do nosso país. Continuamos seguindo a vontade de rapina de interesses estrangeiros, de bancos e de grandes corporações multinacionais. Nossa independência terá que ser fruto da unidade de todo o povo, lutando e construindo na prática um novo projeto de sociedade.

Pátria Livre! Venceremos!

MOVIMENTOS EM DEFESA DA SOBERANIA NACIONAL SOBERANIA SIM, ALCA NÃO!

Como divulgamos na oportunidade, no ano passado foi realizado um plebiscito popular para discutir a proposta dos Estados Unidos de implementação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e da concessão da Base Militar de Alcântara (no Maranhão) para os Estados Unidos. Participamos da realização do plebiscito e temos certeza de que muitos Policiais e Bombeiros votaram contra essas duas propostas.

Pois bem, tivemos uma vitória parcial nesse aspecto. O Governo Lula, através do Ministério das Relações Exteriores, retirou o projeto da concessão da Base de Alcântara do Congresso, e está fazendo um convênio temporário com a Ucrânia que é muito mais interessante para o Brasil e não afeta a soberania nacional. O empréstimo é para um experimento específico e trás consigo a importância da participação do Brasil em convênios científicos com a Ucrânia, mesmo convênio que pode ser feito com qualquer outro país, preservando a soberania nacional sobre a totalidade do território brasileiro e garantindo avanços científicos próprios. Embora obtivemos um êxito com o plebiscito que, embora parcial, é muito importante.

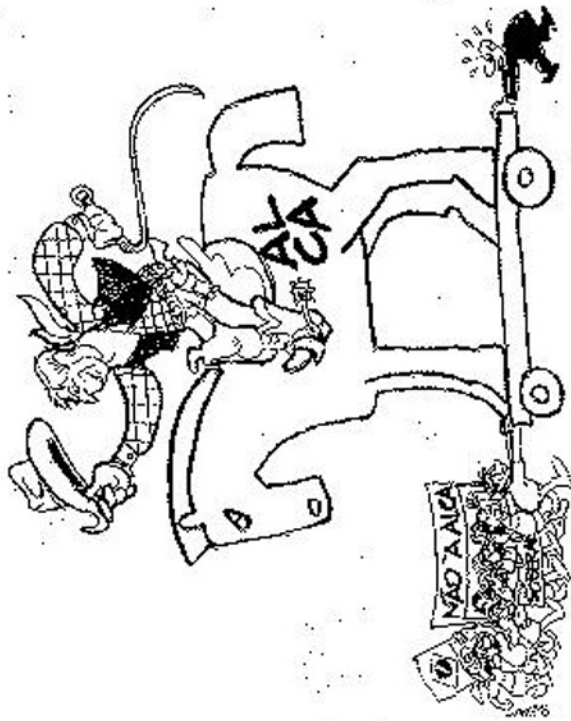
A questão do acordo da ALCA é que ainda está em risco. Esse tratado, que trás consigo o signo da

dos os eleitores brasileiros possam opinar. Tem um Projeto no Congresso Nacional propondo o Plebiscito Oficial, cuja relatora é a senadora Ideli Salvatti. Temos trabalhado para que seu relatório seja favorável à realização do Plebiscito.

Entendemos que o Plebiscito Oficial, onde todos os brasileiros com mais de 16 anos sejam convocados a votar, será a pá de cal na proposta da ALCA. Por isso a APRASC está se somando às demais organizações populares para realzar os debates necessários e coletar as assinaturas suficientes para forçar a aprovação do Plebiscito.

Nós militares, que aprendemos na labuta diária a importância da soberania e dos valores patrióticos temos uma obrigação especial com o tema. Estamos distribuindo as listas para coleta de assinaturas e nos colocamos a disposição para todo o debate necessário. Podemos fornecer todos os materiais sobre o assunto para os interessados em aprofundar o debate e contribuir. A APRASC estará recolhendo as listas de assinaturas, que deverão ser feitas no máximo até o dia 7 de Setembro e lançamos um desafio: coletarmos 10 mil assinaturas entre nossos pares, amigos, vizinhos e parentes.

É a luta política no presente para não precisarmos fazer uma guerra no futuro.



recolonização de todos os países da América pelos EUA (com exceção de Cuba), precisa ser barrado em nome do nosso futuro. O Governo Lula tem assumido compromissos em assinar a ALCA em 2005, o que é uma decepção para os setores populares.

Dessa forma, as entidades e organizações populares que organizaram o plebiscito do ano passado estão agora fazendo a discussão e coletando assinaturas para que o Governo realize um Plebiscito Oficial sobre a ALCA, dando oportunidade para que to-

ANEXO M - PANFLETO FORUM SOCIAL MUNDIAL



APRASC

Associação de Praças do
Estado de Santa Catarina

EU NÃO MATEI

VLADIMIR HERZOG

Praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina - Brasil
questionam a Ordem e defendem a Segurança Pública

problemas sociais. A sociedade quer solução, mas não confia nas instituições de segurança, fator provocado pela ineficiência dessas, pela prioridade que é dada a segurança pública, e não a miséria. Queremos fazer de diálogo aberto e desprovido de preconceito entre os profissionais de segurança e os agentes sociais preocupados com o assunto.

Do Estado e das classes dominantes jamais virá uma solução satisfatória das grandes necessidades da maioria da população, como foi dito, porque Estado e classe dominante estão preocupados com a segurança pública e econômica, política e social. Segurança pública é quase tão somente um argumento para justificar o fortalecimento do aparato que garante a ordem.

Só a sociedade, organizada em associações, sindicatos, partidos, etc, pode mudar esse quadro, exigindo que as instituições de segurança priorizem a segurança pública, aquela que interessa à maioria da população. Abolutamente necessário as instituições e adequá-las às necessidades sociais, pois uma instituição discriminatória internamente não poderá ser democrática para fora de si.

Como todos sabem, os índices de criminalidade estão aumentando sem parar, tendo como causas mais profundas os graves

problemas sociais. A sociedade quer solução, mas não confia nas instituições de segurança, fator provocado pela ineficiência dessas, pela prioridade que é dada a segurança pública, e não a miséria. Queremos fazer de diálogo aberto e desprovido de preconceito entre os profissionais de segurança e os agentes sociais preocupados com o assunto.

Não queremos ser uma tropa de ocupação em nosso próprio país, ou em nossa própria comunidade. Queremos, immanados com os setores sociais organizados, buscar soluções práticas e eficientes para os problemas de segurança pública. Quanto à ordem de que tanto falam, precisa deixar de ser a ordem da opressão e da miséria para a maioria. Essa ordem não nos serve, e sim os nossos patrões. É preciso que seja mudada, transformada.

Nós não matamos Vladimir Herzog, nem pretendemos que nenhum outro Vladimir tenha que morrer em nome da preservação da ordem. Nossa missão é outra, e queremos que a sociedade participe do planejamento e do controle do serviço público de segurança. Quem quer manter a ordem, acaba alimentando a desordem da miséria e do caos. Nós queremos fazer segurança pública, e que a ordem seja transformada segundo a vontade da maioria.

As instituições de segurança no Brasil, todas elas, têm como prioridade a defesa da ordem, e quando se diz isso, compreende-se ordem econômica, social e política. Ou seja, a prioridade é manter o status quo, essa ordem que leva a maioria da população ao caos do desemprego, da miséria e da violência comum. Já mais entenda outra coisa quando as classes dominantes e seus representantes nos governos (e na estrutura regular do Estado) dizem que é preciso defender a ordem.

Segurança pública é outra coisa: está relacionada à possibilidade de andarmos em segurança pelas ruas, em nossas casas e no nosso trabalho. Está na garantia de que nossos filhos serão ultrajados nos parques públicos ou nas entradas e saídas do colégio. Está na fluidez do trânsito e no socorro adequado em caso de acidentes ou catástrofes naturais.

Entendemos que nossa profissão, de policiais e bombeiros, deve estar relacionada a garantir segurança pública às pessoas, e não segurança política à classe dominante e seus representantes no interior do aparato estatal.

Como todos sabem, os índices de criminalidade estão aumentando sem parar, tendo como causas mais profundas os graves

O título acima não pretende inocentar nem acusar alguém em particular. Entretanto, não é um texto isento, de quem prenda o muro. Como policiais e bombeiros militares temos toda a intenção de adentrar nesse assunto com uma visão nosa, de trabalhador em segurança pública, e não com os termos do estado autocrático brasileiro e das classes dominantes.

A morte do jornalista Vladimir Herzog em uma Delegacia da Ordem Política e Social (DOPS) durante a ditadura civil-militar inaugurada no Brasil em 1964 tornou-se um fato nacional e mundialmente conhecido por todos que lutam pela democracia, pela liberdade de expressão e pelos direitos civis fundamentais. Tomamos esse

o argumento justo de que é preciso combater a criminalidade, acabam criminalizando o direito de manifestação e de reivindicação, o que, além de injusto, atenta contra os valores maiores da sociedade humana.

Quando os agentes dos movimentos sociais e os militantes do movimento político contrários à ordem são colocados no mesmo patamar de valorização do lado de residências e do asfalto de pequenos estabelecimentos comerciais, está-se cometendo uma fraude repleta de vício. Com o argumento justo de que é preciso combater a criminalidade, acabam criminalizando o direito de manifestação e de reivindicação, o que, além de injusto, atenta contra os valores maiores da sociedade humana.

Com o argumento justo de que é preciso combater a criminalidade, acabam criminalizando o direito de manifestação e de reivindicação

Que vamos fazer da necessidade de separarmos o conceito de segurança pública do conceito de ordem social e política. As autoridades em geral e os grandes meios de comunicação de massa sempre tratam estas duas questões com os mesmos critérios, geralmente evitados de parcialidade político-ideológica e de preconceito. Criminalizam os movimentos sociais

ANEXO N - PANFLETO MULHERES QUE LUTAM NOVEMBRO DE 2008



MULHERES EM LUTA PELOS DIREITOS DOS PRAÇAS

O Movimento das Esposas e Familiares de Praças foi criado com o objetivo de contribuir na luta por melhores condições de trabalho dos praças da Polícia Militar do do Corpo de Bombeiros. O movimento é formado pelas esposas e demais familiares, e se organiza de forma autônoma e independente. Não é um apêndice da Aprasc e não pretende estar nem atrás, nem ao lado do movimento dos praças, e sim a frente. Os militares estão submetidos ao regulamento disciplinar, que pode punir até com cadeia qualquer atividade reivindicatória, mas nós, esposas e familiares, não estamos subjugadas a esse regulamento, portanto podemos em muito contribuir com a luta.

No momento, a principal luta do movimento é fazer o governo do Estado pagar integralmente a Lei 254, que foi instituída em 2003 e deveria promover justiça salarial entre todos os agentes da segurança pública.

Nós, esposas e familiares, sentimos em casa o descaso do governo do Estado com a segurança pública, quando paga baixos salários aos servidores, quando não fornece condições adequadas de trabalho, com viaturas avariadas, falta de armamento, fardamento de baixa qualidade, entre outros problemas.

Além da luta pela Lei 254, o movimento também reivindica outros direitos, como a saúde do trabalhador de segurança, que pela característica de trabalho passa por muita pressão e abalo emocional, e por respeito e dignidade, pois a hierarquia e disciplina deve ser usada em prol da segurança e não para humilhar os profissionais.

Nesse momento de tragédia que nosso Estado está passando, seja solidário também aos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiro, que estão na linha de frente salvando e resgatando vítimas, e protegendo lares e as comunidades, de manhã, a tarde e a noite. **Junte-se a luta! Lei 254 já!**

Movimento das Esposas e Familiares de Praças

Contatos
Edileuza (9129-2730) e Lucia (9985-7267)

Policiais defendem seu direito à voz

SEGURANÇA PÚBLICA Policiais, esposas e parentes fecham unidades militares de Santa Catarina e montam vigílias politizadas

Pedro Carrano
enviado a Florianópolis (SC)

"OS PRAÇAS do Estado de Santa Catarina não estão em greve, mas estão permanentemente mobilizados". Essa é uma das frases presentes nas manifestações da Associação de Praças do Estado de Santa Catarina (Aprasc), movimento composto por policiais militares e bombeiros, ao lado do movimento de mulheres, organizados em vigílias desde o início de janeiro em seis cidades do Estado.

No final de 2008, as esposas e parentes dos praças desencadearam uma luta por melhores salários para os maridos, e nada menos que 34 unidades militares estiveram bloqueadas entre os dias 22 e 27 de dezembro. A maior parte das tropas ficou aquartelada e, apesar do risco da punição, muitos se somaram à luta puxada pelas próprias esposas em frente aos quartéis.

Cerca de 4 mil pessoas, entre praças, mulheres e parentes, participaram ativamente. O movimento contou com o apoio da categoria, formada por soldados, cabos, sargentos e subtenentes, todos impedidos pela corporação de reivindicar direitos. Agora, a vigília é uma forma de resistência contra a criminalização dos praças que atuaram no movimento. Em Florianópolis, estão instalados no centro da capital. "A vigília é a nossa forma de nos mantermos vivos", afirma um dos soldados.

A bandeira principal da Aprasc é a Lei nº 254, aprovada em 2003 e ainda não cumprida. Com ela, a categoria tem direito a 93% de aumento dos salários, cuja média no Estado é de R\$ 1.300 - o 21º pior do país. Há três anos, os salários estão congelados. A Lei nº 254 também estabelece um limite para a diferença de salários, entre oficial e praça, de quatro vezes.

O governador de Santa Catarina, Luiz Henrique Silveira (PMDB), foi reeleito em 2006 e acenava com o cumprimento das exigências. Até agora, porém, conce-

Principais exigências da Aprasc:

- Justiça salarial. Reajuste de salário e efetivação da Lei 254/2003
- Isonomia salarial entre oficialato e praças. Proporção de quatro vezes entre o maior e o menor salário
- Plano de Carreira
- Mudança no regulamento disciplinar
- Fim da repressão ao movimento

deu somente 50% de reajuste. A promessa do governador transformou-se em criminalização e violência: neste instante, 17 praças ativos nas mobilizações passam pelo Conselho de Disciplina (que geralmente analisa crimes como estupro etc.). Outros cerca de cem praças estão no Inquérito Policial Militar (IPM) e no Conselho Administrativo da corporação.

"Não acreditava que a instituição que amo de coração fosse me tratar assim", lamenta soldado

Enfrentamento

Era a manhã do dia 25 de dezembro. Durante a mobilização desencadeada pelas mulheres dos praças, o governador esteve prestes a gerar um enfrentamento militar em Santa Catarina. Negouse a dialogar com a Aprasc e enviou a tropa de elite para retirar os bloqueios da frente das unidades militares. O confronto era dado como certo, uma vez que os praças não estavam dispostos a sair e montaram barricadas com as viaturas. A maioria da tropa de confiança de Silveira, porém, recusou-se a cumprir o operativo. As informações que chegavam para a Aprasc, de dentro dos quartéis, era um sinal de apoio da categoria à luta.

"Uma vez que o governador se recusou a conversar, ofendeu o movimento", analisa o sargento Amauri Soares. O governador pediu ainda a dissolução da Aprasc e a retirada do ar do site da organização. Nesse contexto, Soares analisa que houve um salto na politização dos aprasquianos. A luta passou a ser por dignidade. A pauta política do movimento posiciona-se contra a criminalização dos movimentos sociais (fenômeno crescente nos três estados do Sul do país).

No horizonte dos praças está o questionamento dos regulamentos disciplinares da corporação; a possibilidade de associar-se, reivindicar sem ser reprimido. O soldado Eliseo, 43 anos e 22 no cargo, é um dos nomes chamados no Conselho de Disciplina. "Não acreditava que a instituição que amo de coração fosse me tratar assim", lamenta. Também indiciado, Cesar Ney Rosa, subtenente aposentado há um ano e meio, afirma que, com o enfrentamento político, os praças passam a ser vistos como categoria, não mais apenas como um braço da repressão do Estado. "Exigimos direitos sociais como toda categoria de trabalhadores", afirma. Toda semana, o movimento realiza um ato durante o depoimento de um companheiro.

"A vigília é um quartel nosso, é um quartel da liberdade, onde mantemos a chama acesa. Aqui, a qualquer momento, conseguimos mobilizar 50 pessoas. Se não fosse isso, já teríamos vários companheiros presos", declara o soldado Eliseo.



Esposas e parentes dos praças se uniram na luta por melhores salários

Estado precisa de policiais cegos politicamente

Sargento acredita que só assim militares podem atuar como instrumento da classe dominante

do enviado a Florianópolis (SC)

O sargento Amauri Soares, presidente da Aprasc e deputado estadual (PDT), é o representante escolhido pela categoria para atuar no parlamento, onde faz denúncias semanais do descumprimento da lei 254. Na sua análise, no marco da sociedade de classes, no qual o Estado é um instrumento da classe dominante, a força policial é incumbida da contenção do movimento social organizado e da pobreza, o que determina a hierarquia da corporação e os interesses que defende. "É preciso uma força militar cega do ponto de vista político e suficientemente disciplinada para isso, o que significa obedecer a ordem independentemente de qual seja, desde que esteja sendo dirigida pelas esteras de comando", analisa.

Essa situação faz do profissional da segurança pública um "sujeito cheio de contradições, sujeito que sofre por conta dessa condição, inclusive sem saber por que está sofrendo, daí o índice de



Para o sargento, "movimento social não é caso de polícia nunca"

"Não vamos vencer se o conjunto da classe não vencer", analisa Amauri, completando: "Movimento social não é caso de polícia nunca, é para ser resolvido no espaço da política"

suicídios ser maior dentro das polícias, um índice maior que a média da sociedade. Do ponto de vista de sociedade, a maioria das ordens que escutam são absurdas. Precisamos democratizar a polícia, ainda que seja impossível sem outra forma de organização social", avalia.

Memória

Ano de 1988. A aprovação da Constituição favorece o movimento militar progressista, quando cabos e solda-

dos passam a votar. Passada a ditadura militar e a repressão dentro da corporação, um dos primeiros manifestos de peso de policiais militares e bombeiros ocorreu, de forma espontânea, em 1997, em Minas Gerais. Ali, os praças conquistaram um código de ética que permite mais autonomia ao profissional da segurança pública, em contraposição aos regulamentos disciplinares.

Amauri reconhece as limitações da Constituição, mas

analisa que tem início nesse período um silencioso movimento por salários e também mais liberdade de organização no interior da Polícia Militar. Em Santa Catarina, a Aprasc foi formada em 2001. Até então não havia movimentos de praças organizados, apenas para questões recreativas. Amauri narra a história de um policial excluído por 12 anos por iniciar a organização naquela época.

Hoje, no plano político, a Aprasc avança para a unidade com o movimento social. "Não vamos vencer se o conjunto da classe não vencer", analisa Amauri, completando: "Movimento social não é caso de polícia nunca, é para ser resolvido no espaço da política". (PC)

Mulheres que lutam

Movimento de esposas e familiares de praças conquista autonomia e visibilidade política

do enviado a Florianópolis (SC)

O Movimento de Esposas e Familiares dos Praças ganhou corpo no final de 2008. À revelia do comando da Aprasc, as mulheres decidiram fechar os comandos da Polícia Militar de Santa Catarina. Lucita Costa Pereira, uma das coordenadoras do movimento, narra que um dos batalhões da capital Florianópolis foi fechado por cerca de 300 mulheres. O movimento de mulheres começou com apenas nove delas.

Logo após a primeira assembleia, decidiram fazer a paralisação por uma tarde. Como não foram atendidas, a mobilização atingiu seu ápice, atravessando os dias 22 e 27 de dezembro. "Nossos maridos não podem reivindicar salário", justifica. Houve um fator simbólico na ocupação do quartel, na opinião de Lucita, algo que causou furor no oficialato. A mídia local fez uma cobertura de acordo com os interesses desse segmento, oferecendo as filmagens para ser instrumento da denúncia do comando da PM, narra a coordenadora.

Criminalizados

No dia 12 de março, a repressão contra a Aprasc se transformará em ato nacio-

nal contra a criminalização dos movimentos sociais, em Florianópolis (SC). O objetivo da manifestação é reunir sindicatos, movimentos sociais e a militância de outros estados. Em uma conjuntura de crise do capitalismo e possível ascenso das lutas populares, a criminalização tende a se acentuar, avaliam.

Uma derrota da vigília e da mobilização dos praças levaria anos para reorganizar-se, reflete Adriana Carvalho, do Comitê contra a Criminalização dos Movimentos Sociais. Ela ressalta a unidade proporcionada pela vigília entre o movimento dos praças e de outras organizações. Durante a apuração desta reportagem do Brasil de Fato, a vigília dos praças recebeu a solidariedade do Comitê de apoio à Palestina e da comunidade árabe em geral.

Até mesmo o Movimento Passe-Livre (MPL) de Florianópolis, que sofre criminalização e, em certos momentos, esteve em lado oposto da barricada, contra os PMS, compareceu à vigília da Aprasc para ressaltar a identidade de classe entre os dois movimentos, na luta por direitos. O movimento social também assinou um manifesto de apoio à luta da Aprasc, no qual mais de 100 sindicatos incluíram o nome. (PC)

ANEXO P - JORNAL O PRAÇA Nº 40 - CARTA DE APOIO APRASC

6

O Praça - janeiro 2009

Fotos: Thiago Bianchin



Na foto manifestantes em frente ao Centro de Ensino e do 11º Batalhão de Polícia Militar da cidade de São Miguel do Oeste

MANIFESTO DE APOIO À LUTA DA APRASC

Nós - organizações populares e sindicais, partidos e organizações políticas, militantes das causas democráticas e por justiça social - manifestamos a nossa solidariedade e apoio ativo ao corajoso e consequente movimento dos praças (soldados, cabos sargentos e sub-oficiais) da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros de Santa Catarina, organizado de modo legítimo e representativo na APRASC (Associação dos Praças de Santa Catarina) em conjunto com o nascente Movimento de Esposas e Familiares dos Praças. Trata-se de uma luta em defesa da segurança pública para todo o povo catarinense e em defesa da dignidade e dos direitos dos servidores públicos.

O CARÁTER E AS REIVINDICAÇÕES DO MOVIMENTO

A principal reivindicação imediata do movimento é o cumprimento integral da Lei Complementar nº 254 - conquistada pela luta dos servidores da segurança pública, procedente do governo do Estado, aprovada na Assembleia Legislativa e sancionada pelo governador, Luís Henrique da Silveira, em 15 de dezembro de 2003 - que reorganiza a estrutura administrativa e a remuneração dos profissionais do Sistema de Segurança Pública. A lei incorpora abonos e gratificações aos salários, prevê reajustes salariais, cria adicional de atividade progressivo e avança uma espécie de plano de carreira, estabelecendo a proporcionalidade remuneratória (o maior saldo não pode ser superior a quatro vezes o menor salário, eliminando

as graves distorções vigentes até hoje, quando a diferença ultrapassa sete vezes). Embora no caso dos oficiais os abonos de dois soldos e meio já tenham sido incorporados aos salários, os praças sofrem há três anos com os salários congelados, ao arrepio da lei e corroídos

tares (que são o seu lugar de trabalho). As esposas e familiares garantiam a segurança, como prevenção contra um confronto que poderia ter consequências terríveis. A noite da véspera de natal foi emocionante: as famílias dos praças reunidas nos quartéis, as

za de modo a não prejudicar o povo trabalhador, do qual o movimento faz parte; pois seu objetivo é pressionar um governo que não cumpre suas promessas, um governo que se autodestabiliza ao mentir e reprimir.

guerrilheiros; e também mulheres: como a baiana Maria Quitéria que lutou de armas na mão pela independência e a nossa conterrânea Anita Garibaldi, heroína dos dois mundos, que lutou pela República no sul do Brasil e pela unificação e democratização da velha Itália. A questão é que o movimento dos praças é organizado, disciplinado e combativo, mas pacífico; um movimento de trabalhadores da segurança, que aposta na elevação da consciência do povo e sabe da justeza de suas bandeiras como parte do povo, que se organiza segundo as mais democráticas tradições dos movimentos de trabalhadores.

A retórica absolutamente irrealista das declarações do governo não se explica pelo mero descontrolo emocional; não se trata de simples devaneios histéricos devidos a uma mentalidade autoritária oligárquica, que não admite a luta organizada dos trabalhadores. Esta retórica é seguida por medidas práticas autocráticas: sentenciam absurdas multas, tentando destruir a organização dos praças; decretam a ilegalidade do movimento; ameaçam prender as lideranças e "punir exemplarmente" os milhares de militantes da ativa e da reserva. O executivo logrou a colaboração de agentes judiciários subservientes para obter uma sentença que retira do ar o site oficial da APRASC; uma volta da censura, inédita desde o fim da ditadura, que desrespeita a liberdade de manifestação e expressão, devido ao despuadorado medo das informações verdadeiras que o site divulgava, furando o monopólio da informação criado



A 4ª Companhia de Santo Amaro da Imperatriz sem efetivo

pela inflação.

Após cinco anos de promessas não cumpridas por parte do Governo Estadual e inúmeras mesas de negociação, nas quais o governo sequer apresentou uma proposta de cronograma para o cumprimento prático da Lei, os servidores da segurança pública junto com o Movimento de Esposas e Familiares partem para uma inovadora forma de protesto organizado em todo o território catarinense. Durante seis dias, contando com o apoio de cerca de 90% da categoria, ocupam 34 unidades mili-

mulheres e filhos finalmente podendo desfrutar da presença dos maridos e pais (cotidianamente sobrecarregados nos feriados, com plantões e principalmente "bicos" para complementar seus miseráveis rendimentos).

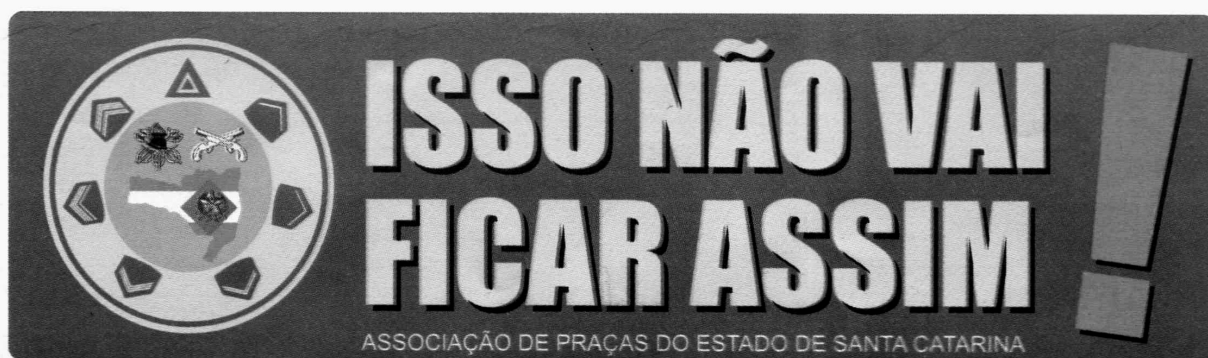
Ao mesmo tempo, o movimento da APRASC, responsabilmente, decidiu manter integralmente os socorros do corpo de bombeiro, a segurança dos presídios e pequenos contingentes para atender emergências. Fica evidente a elevada maturidade de um movimento que se organi-

O GOVERNO TENTA CRIMINALIZAR O MOVIMENTO POPULAR

Em resposta a esse legítimo protesto, o governo estadual e seus órgãos auxiliares desenvolvem uma sórdida campanha de contra-informações, calúnias, provocações e manipulação da opinião pública para tentar CRIMINALIZAR O MOVIMENTO.

O Governador acusa o movimento de "guerrilheiro" e seus aliados falam de "motim" e "terrorismo". Ora, grandes homens da nossa história foram

ANEXO Q - PANFLETO SOBRE INQUISIÇÃO DOS PRAÇAS ABRIL DE 2009



A sociedade precisa saber que os policiais, os bombeiros e os agentes prisionais estão há mais de três anos com os salários congelados. A última proposta concreta de incremento salarial que o governo Luiz Henrique da Silveira fez para os servidores da segurança foi em outubro de 2005. Temos, hoje, uma maioria de servidores endividados, e muitos sem condições sequer de comprar a alimentação básica para a família.

O governo tem justificado sua intransigência usando a Lei de Responsabilidade Fiscal como escudo para não apresentar nenhuma proposta de reposição salarial para os trabalhadores da segurança. A sociedade precisa saber que o governo está mentindo quando alega que a LRF impede maiores gastos com salários, pois, pelos critérios dessa mesma lei, o governo poderia gastar praticamente 10% a mais do que gasta com salários dos servidores públicos estaduais.

O governo Luiz Henrique não cumpriu seus compromissos com os praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, e agora manda punir e expulsar aqueles que se manifestam para que fossem cumpridos os compromissos e a lei salarial.

Faz quatro meses que a prioridade da Polícia Militar deixou de ser a segurança da sociedade. O Comando da PM está mais interessado em punir policiais honestos e competentes, que no mês de dezembro se manifestaram por melhores salários. Pretendem excluir dezenas e punir centenas de policiais, todos eles com ampla ficha de bons serviços prestados à população, com elogios e condecorações concedidas pelo próprio Comando. Enquanto isso, a sociedade clama por mais segurança, exigindo a cada dia mais policiais e bombeiros nas ruas, mesmo sentimento dos praças organizados na Associação de Praças.

Além de já ter começado a excluir policiais honestos e dedicados ao serviço, o governo de LHS pretende fechar a Associação de Praças (APRASC), entidade que luta há oito anos por dignidade salarial e



profissional aos servidores e pelo fortalecimento democrático das instituições públicas que devem fazer a segurança da sociedade.

Continuamos nas ruas, manifestando nosso compromisso intransigente com as necessidades da população em segurança. Continuaremos defendendo nossos direitos elementares, em termos salariais, de manifestação democrática, de capacitação, de moradia, de transporte. Pedimos o apoio da sociedade para nossas demandas, pois entendemos que é junto com a população que os órgãos de segurança podem melhorar a quantidade e a qualidade do serviço de segurança que a sociedade precisa.

Não aceitamos nenhuma exclusão nem punições desproporcionais para os policiais e bombeiros que se manifestaram no último mês de dezembro. Queremos justiça salarial, o funcionamento efetivo do Plano de Carreira, o fim dos regulamentos arcaicos. Queremos democracia na segurança pública, porque é só assim que a sociedade vai ter os serviços que merece.

Da nossa parte, isso não vai ficar assim! Lutaremos por todas as formas democráticas para mudar esse quadro de intransigência do governo Luiz Henrique e do Comando da Polícia Militar, e precisamos contar com o apoio da população. Comungamos plenamente com o tema da Campanha da Fraternidade da CNBB desse ano: **"Fraternidade e Segurança Pública: A Paz é Fruto da Justiça"**.

APRASC - Associação de Praças do Estado de Santa Catarina
Mulheres que Lutam - Movimento das Esposas e Familiares de Praças

Entre em contato: www.aprasc.org.br e aprasc@aprasc.org.br

Fone: (48) 3223-2241

ANEXO R - PANFLETO SOBRE DESMILITARIZAÇÃO

DESMILITARIZAÇÃO JÁ!

SEGURANÇA PÚBLICA: A SOCIEDADE QUER MUDANÇAS! NÓS TAMBÉM!

Saudamos esta 1ª Conferência Nacional de Segurança, que será legítima na medida em que os reais anseios da sociedade civil e dos trabalhadores de segurança pública sejam acatados como poder soberano pelos órgãos governamentais.

A sociedade clama e precisa de transformações profundas nas estruturas de segurança pública. Nós trabalhadores e trabalhadores do setor também consideramos necessárias tais transformações, até porque nossa realização profissional e humana só pode ser alcançada na medida em que pudermos realizar bem o nosso serviço.

Defendemos a desmilitarização das polícias militares e corpos de bombeiros militares, entendendo ser essa a condição necessária para a democratização interna e externa destas instituições. A gestão democrática da segurança pública só será alcançada quando suas próprias instituições forem democratizadas. Nossa função, zelar pela segurança da sociedade, é civil. Portanto, não existe nenhum motivo para sermos militares.

Defendemos instituições de segurança fortes, democráticas, disciplinadas e organizadas conforme as condições impostas pela realidade social. Para termos tudo isso, não precisamos de estrutura militar, que tem servido mais para suprir satisfações pessoais alheias aos interesses públicos do que para realizar o serviço que a sociedade precisa.

Uma polícia única, desmilitarizada e de carreira, com setores uniformizados para a prevenção e patrulhamento ostensivo e setores descaracterizados, para a investigação de delitos. Tudo isso pode ser realizado sem a necessidade da cara e pesada estrutura militar.

É junto com a sociedade que podemos avançar para as transformações que a segurança pública precisa, e esse nosso método, até porque é para a sociedade que trabalhamos e não para a perpetuação de velhas formas de dominação e de arbítrio.

Desmilitarizar significa abrir diálogo, garantindo vida institucional, inclusive com hierarquia e disciplina, mas sem a mordada contra a grande maioria dos servidores, mesmo para as questões de interesse direto da população.

- Associação de Praças de Santa Catarina – APRASC
- Associação de Praças da PM e BM do Rio de Janeiro – ASPRA-PM/BM-RJ
- Associação de Praças da PM e BM do Ceará – ASPRAMECE
- Associação dos Policiais e Bombeiros do Distrito Federal – ASPOL
- Associação de Policiais, Bombeiros e Familiares da Bahia – ASPRA Bahia
- Associação dos Policiais e Bombeiros Militares de Roraima – APBM-RR
- Associação de Policiais e Bombeiros Militares de Goiás – APBM-GO
- Associação de Sub-Tenentes e Sargentos do Rio Grande do Norte – ASSPMBM-RN
- Associação dos Bombeiros Militares do Rio Grande do Norte – ABM-RN
- Movimento das Esposas e Familiares de Praças de Santa Catarina
- Associação de Familiares e Amigos dos PMs e BMs de Roraima – AFAPBM
- Associação dos Sub-tenentes e sargentos do estado do Espírito Santo – ASSES – ES
- Associação de cabos e soldados da PM da Paraíba – ACS PB
- Associação de cabos e soldados da PM – RN – ACS PM – RN
- Associação dos Sub-tenentes e sargentos PM / BM - RN – ASSPMBM –RN
- Associação dos Bombeiros Militar do RN – ABM – RN
- Associação de cabos e soldados da PM / BM – SE – ACS PMBM – SE
- Associação de Praças Militares de Sergipe – ASPRASE – SE
- Associação dos Sub-tenentes e Sargentos da PM do Estado de Sergipe – ASSPM – SE
- Deputado Distrital Cabo Patrício – DF
- Deputado Estadual Sargento Amauri Soares – SC
- Deputado Estadual Cabo da Vitória – ES
- Coronel BMES Martinho Pansini – Cientista Político
- Ten Coronel PMSC RR Alvir Antônio Schneider – Sec. de Segurança de Joinville – SC

APÊNDICE – QUESTIONÁRIO

Universidade Federal de Santa Catarina

Centro Sócio Econômico

Departamento de Serviço Social

O presente questionário está sendo aplicado junto aos praças Militares Estaduais do Estado de Santa Catarina e os dados da presente pesquisa subsidiarão o Trabalho de Conclusão de Curso de Serviço Social do acadêmico **Edson Garcia Fortuna**, 2º Sargento da Polícia Militar de Santa Catarina que tem como orientadora a Professora Dra. Claudia Mazzei Nogueira.

As respostas são voluntárias e somente serão publicadas com a autorização expressa dos participantes, pois, a monografia acadêmica tem objetivo de tornar o trabalho dos militares estaduais conhecidos dentro e fora das instituições militares e também tornar os praças partícipes da pesquisa, ou seja, sujeitos que refletem sobre a sua profissão.

1 – Identificação:

a) Nome: (opcional)

b) Município de Trabalho

c) Idade:

até 25 anos

entre 35 e 45 anos

entre 26 e 35 anos

acima de 45 anos

d) Sexo:

masculino

feminino

e) Estado Civil:

- | | |
|-----------------------------------|---|
| <input type="checkbox"/> casado | <input type="checkbox"/> viúvo |
| <input type="checkbox"/> solteiro | <input type="checkbox"/> divorciado |
| <input type="checkbox"/> separado | <input type="checkbox"/> outra situação |
| <input type="checkbox"/> amasiado | |

f) Tem filhos?

- | | |
|------------------------------|------------------------------|
| <input type="checkbox"/> sim | <input type="checkbox"/> não |
|------------------------------|------------------------------|

g) Quantos? R: _____

h) Em qual instituição trabalha?

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Polícia Militar | <input type="checkbox"/> Corpo de Bombeiros Militar |
|--|---|

i) Qual sua graduação?

- | | |
|---|--------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Soldado de 3ª classe | <input type="checkbox"/> 3º Sargento |
| <input type="checkbox"/> Soldado de 2ª classe | <input type="checkbox"/> 2º Sargento |
| <input type="checkbox"/> Soldado de 1ª classe | <input type="checkbox"/> 1º Sargento |
| <input type="checkbox"/> Cabo | <input type="checkbox"/> Sub Tenente |

j) Há quanto tempo está nesta graduação?

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> até 5 anos | <input type="checkbox"/> entre 11 e 20 anos |
| <input type="checkbox"/> entre 6 e 10 anos | <input type="checkbox"/> acima de 21 anos |

k) Em qual área de trabalho exerce as suas funções laborais?

área operacional

área burocrática

l) Há quanto tempo está nesta área ou função?

até 5 anos

entre 11 e 20 anos

entre 6 e 10 anos

acima de 21 anos

m) Há quanto tempo está na instituição?

até 5 anos

entre 11 e 20 anos

entre 6 e 10 anos

acima de 21 anos

2 – O que você entende por TRABALHO ?

3 – Como são as suas condições de trabalho?

- a- Ótimas
- b- Boas
- c- regulares
- d- Ruins

Justifique a resposta:

4 – Dos direitos abaixo, quais você possui ?

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> hora-extra | <input type="checkbox"/> 13º salário |
| <input type="checkbox"/> jornada de trabalho | <input type="checkbox"/> plano de saúde |
| <input type="checkbox"/> insalubridade | <input type="checkbox"/> plano de carreira |
| <input type="checkbox"/> salário
saúde | <input type="checkbox"/> licença para tratamento de |
| <input type="checkbox"/> banco de horas | <input type="checkbox"/> férias |

4.1 Dos direitos assinalados, qual é a sua opinião sobre eles? Justifique:

5 – Levando em consideração as suas respostas, você poderia afirmar que é um trabalhador?

Local e data - _____, _____/junho/2008

Assinatura do participante
autorizando a utilização das respostas